

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA**

LARISSA SOUZA TEIXEIRA

**O HOMEM PERANTE O CAPITALISMO: INTERROGAÇÕES SOBRE
CONSUMO E HETERONOMIA**

CAMPO GRANDE/MS

2016

LARISSA SOUZA TEIXEIRA

**O HOMEM PERANTE O CAPITALISMO: INTERROGAÇÕES SOBRE
CONSUMO E HETERONOMIA**

Dissertação apresentada como exigência final à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro

CAMPO GRANDE/MS

2016

LARISSA SOUZA TEIXEIRA

**O HOMEM PERANTE O CAPITALISMO: INTERROGAÇÕES SOBRE
CONSUMO E HETERONOMIA**

Dissertação apresentada como exigência final à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. David Victor Emmanuel-Tauro – UFMS – (Orientador)

Prof. Dr. Henrique de Oliveira Lee – UFMT – (Membro externo)

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório – UFMS – (Membro interno)

Profª. Dra. Inara Barbosa Leão – UFMS – (Suplente)



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas, na Sala de Aula, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: David Victor Emmanuel Tauro (UFMS), Antonio Carlos do Nascimento Osorio (UFMS) e Henrique de Oliveira Lee (UFMT), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: **LARISSA SOUZA TEIXEIRA**, CPF 02811632190, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**O homem perante o capitalismo: interrogações sobre consumo e heteronomia**" e orientação de David Victor Emmanuel Tauro. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu Parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

ASSINATURA

AVALIAÇÃO

Dr. David Victor Emmanuel Tauro

Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osorio

Dr. Henrique de Oliveira Lee

	<i>APROVADA</i>
	<i>APROV</i>
	<i>APROV.</i>

RESULTADO FINAL:

Aprovação Aprovação com revisão Reprovação

OBSERVAÇÕES:

Observar as considerações da banca e incorporar as observações propostas.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Presidente da Banca Examinadora

Larissa Souza Teixeira
Aluna

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares, pela força e carinho neste momento tão importante da minha vida.

À Carla Fabiana, amiga querida, que me ajudou e incentivou a entrar no mestrado.

À Vanessa Teodoro, por todos os livros disponibilizados, pelo carinho e amparo nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Ao orientador mais humano que conheci Prof. David Victor-Emmanuel Tauro, sempre atencioso, dedicado e presente.

Ao Ronaldo Pavão, pelas contribuições tanto relativas à teoria, quanto relativas à vida. Os comentários assertivos e bem direcionados, com certeza, fizeram diferença na composição do presente trabalho.

À querida amiga Livia Borges, pela atenção nos momentos de desespero e pelas boas risadas nos momentos de alegria e descontração.

À banca, composta pelos professores Henrique, Osório, pelas contribuições no exame de qualificação. As considerações feitas por cada um foram de extrema importância para o desenvolvimento do presente trabalho.

A todos que não foram citados, mas que contribuíram de maneira efetiva e, as vezes, até indireta, nesta trajetória complexa que foi este mestrado.

Obrigada a todos.

[...] Qual é a parcela de nosso pensar e de nossos modos de olhar para as coisas e fazer as coisas que não é, e em grau decisivo, condicionada e co-determinada pelas estruturas e pelos significados de uma língua determinada, pela organização do mundo que essa língua impõe, pelo nosso primeiro ambiente familiar, pela escola, por todos os “faças” e não “faças” a que tivemos constantemente expostos, pelos amigos, pelas opiniões correntes, pelos modos de agir forçados em nós pelos inúmeros artifícios que nos rodeiam? (CASTORIADIS, 1985, p.28).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação do capitalismo, bem como o processo de subjetivação heterônoma sob o consumo contemporâneo. Intenta-se elucidar o objeto através do estudo parcial da história da humanidade, pois esta é a história do imaginário humano, ou seja, de suas obras – criações. Nesse sentido, o recorte histórico utilizado passa por momentos da criação humana de extrema importância, por terem mudado totalmente as formas de vida social, e psíquica da humanidade. Assim, apresenta-se o período mercantilista, a Revolução Industrial e o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, visto que são momentos em que surge e se consolida o capitalismo. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica. O referencial teórico utilizado para lançar luz ao objetivo deste estudo foi baseado na obra de Cornelius Castoriadis (1922-1997). A análise estabeleceu-se tanto sob o âmbito social quanto o âmbito psíquico devido à indissociabilidade destes elementos. A importância desse estudo reside no fato de entender as consequências e tendências do capitalismo, enquanto domínio que confecciona necessidades individuais e coletivas e, também, o processo de subjetivação dos indivíduos dentro deste domínio social-histórico. Estabeleceu-se, igualmente, interrogações sobre os sentidos dados pela sociedade, através de significações como a de expansão da produção e a expansão do consumo. Como resultado, tem-se a verificação de uma sociedade, na qual o consumo possui caráter heterônomo. Nesse sentido, ainda, observamos a necessidade de se discutir quanto à necessidade de autonomia neste processo de subjetivação sobre o consumo contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo. Psique. Consumo. Heteronomia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the creation of capitalism, and the process of subjectivity heteronomous in the contemporary consumption. Attempts to elucidate the object through a partial study of the social imaginary, since the history of mankind is the history of human imagination, that is, of its works - creations. In this sense, the historical period used goes through moments of human creation is extremely important, because they totally changed the forms of social life, and psychic humanity. Thus, it presents the mercantilist period, the Industrial Revolution and the post-World War II world, as are times when it emerges and consolidates capitalism. The methodology used was the bibliographical research. The methodology used was the bibliographical research. The theoretical framework used to shed light to the objective of this study was based on the work of Cornelius Castoriadis. The analysis has established itself both in the social sphere and the psychic part due to the inseparability of these elements. The importance of this study lies in the fact to understand the consequences and trends of capitalism, as a field that prepares individual and collective needs and also the subjective process of individuals within this social-historical domain. It was established also questions about the meaning of the society through meanings as the expansion of production and the expansion of consumption. As a result, there is the verification of a society in which consumption has heteronomous character. In this sense also noted the need to discuss the need for autonomy in this subjective process on contemporary consumption.

Keywords: Capitalism. Psyche. Consumption. Heteronomy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A FABRICAÇÃO SOCIAL DO HOMEM.....	20
2.1 A INSTITUIÇÃO.....	20
2.2 AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS.....	21
2.3 IMAGINAÇÃO RADICAL E SURGIMENTO DA PSIQUE.....	24
2.3.1 Da mônada psíquica ao indivíduo social.....	25
2.4 O IMAGINÁRIO SOCIAL.....	29
2.5 PARA UM ENCERRAMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM.....	30
3 MERCANTILISMO	33
3.1 PORTUGAL E O CAPITALISMO PATRIMONIAL	34
3.2 INGLATERRA/EUROPA E O CAPITALISMO DE MERCADO	40
3.3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL	45
3.4 O PENSAMENTO MERCANTILISTA	47
3.5 A CRIAÇÃO DO MERCADO NO DOMÍNIO SOCIAL-HISTÓRICO	51
3.6 PSIQUE: O INDIVÍDUO NO MERCANTILISMO	54
4 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	59
4.1 PONTO DE PARTIDA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS	60
4.2 DA MECANIZAÇÃO À ELETRIFICAÇÃO	66
4.3 A DEPRESSÃO DE 1873 E SUAS SAÍDAS	70
4.4 A CLASSE OPERÁRIA	72
4.4.1 Da luta	76
4.4.2 A abastança	80
4.5 O PLANEJAMENTO E A ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO.....	83
5 O MUNDO CONTEMPORÂNEO: CAPITALISMO E CONSUMO.....	89
5.1 O MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	90
5.1.1 Reestruturação e reforma do sistema capitalista.....	95
5.1.2 Deslocamento das empresas, trabalhadores e consumo em massa.....	97
5.2 AS SIGNIFICAÇÕES DO CAPITALISMO NO MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA: DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO/PROGRESSO.....	100
5.2.1 Racionalidade.....	104
5.3 HETERONOMIA.....	107

5.4 INTERROGAÇÕES SOBRE O CONSUMO.....	111
6 EM LUGAR DE CONCLUSÃO.....	116
7 REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

A questão que permeia esta pesquisa diz respeito ao consumo. Longe de se chegar a ele pelas vias comuns da contemporaneidade, propõe-se, ao invés disso, a compreensão da criação do capitalismo desde suas raízes no mercantilismo até seu incrível crescimento e expansão no mundo pós-Segunda Guerra Mundial para analisar a instituição do consumo.

Pretende-se observar, igualmente, o processo de subjetivação humana, de forma a entender como o indivíduo se constitui e o entrelaçamento entre psique e sociedade e suas consequências. Entender o consumo é, necessariamente, entender o que é o homem e suas relações onde ele está inserido.

Investiga-se a relação entre o consumo e a heteronomia, nesse sentido, se o homem consome incitado e impelido pelo imaginário capitalista no qual está inserido, bem como quais são as características tanto sociais quanto psíquicas envolvidas neste processo. A relevância deste trabalho reside no fato de que toda a análise é desenvolvida considerando a indissociabilidade entre o psíquico e o social. Não se admite a separação convencional, praticada por (alguns) trabalhos psicológicos e (outros) trabalhos sociológicos. Pretende-se, assim, avançar na discussão do tema a partir deste fato.

Outra questão importante no que se refere à relevância deste trabalho é, justamente, colocar em questão tanto indivíduo quanto sociedade. Assim, o questionamento sobre o homem e suas relações, acarreta igualmente uma discussão sobre quais formas sociais observam-se no mundo e, se há possibilidade de pensar novas formas de agir e novas relações entre homem e sociedade. Nesse sentido, se faz presente a interrogação, bem como a reflexão no processo de desenvolvimento do presente trabalho.

Utiliza-se como referencial teórico para as discussões, a teoria de Cornelius Castoriadis (1922-1997). As obras de Castoriadis, devido a sua ampla formação intelectual – economia, filosofia, ciências sociais e psicanálise – permitem um extenso olhar sobre sociedade e psique. Autor da obra ‘Instituição Imaginária da Sociedade’ e da série ‘As Encruzilhadas do Labirinto’ além de outros escritos, sua produção foi constante e de admirável profundidade.

Segundo Tauro (2003, p.26), Castoriadis em seu início como revolucionário – o que nunca deixou de ser –, criticou questões do marxismo, do trotskismo e do stalinismo. Castoriadis analisou a sociedade e os movimentos revolucionários, desde a revolução russa até a reconstrução do mundo pós-guerra, bem como o imaginário capitalista e suas

significações imaginárias sociais. Dedicou-se à investigação sobre a sociedade capitalista e à luta pela autonomia:

Até o fim, Castoriadis nunca cedeu na sua convicção que a luta contra a sociedade capitalista e a liberação de sua opressão eram fundadas na convicção que os homens e mulheres podem criar instituições autônomas para viverem livres, sem serem obrigados a aceitar o mando de outros (que sejam chefes, gerentes, políticos, quadros, militantes, padres, terapeutas, faquires, ou, mesmo, professores). Exemplificou, assim, em pessoa e como ninguém mais, a luta contra a heteronomia em todos os níveis (TAURO, 2003, p.26).

Segundo Tauro (2003, p.34), Castoriadis analisou o desenvolvimento do capitalismo, a economia, as ideias e concepções da época, bem como, posteriormente, o desenvolvimento da psique e suas relações com a sociedade. Assim, durante seu percurso prático e teórico, Castoriadis observou a necessidade de questionar a racionalidade reproduzida pelo capitalismo.

Na verdade, Castoriadis notou a urgência de “teorizar a ruptura com a ordem estabelecida no mundo e em todas as suas dimensões” (TAURO, 2004, p.6). Ou seja, a interrogação das relações capitalistas o levou, justamente, a questionar tanto as formas instituídas socialmente, tais como, educação, família, sexualidade, cultura, quanto as significações imaginárias que fazem parte de tais instituições.

Criticou fortemente a teoria econômica do capitalismo e enfatizou a necessidade de “conceituar o socialismo como gestão coletiva da produção e da vida social pelos trabalhadores” (TAURO, 2004, p.5). Segundo Tauro (2004, p.8), por meio da análise crítica do capitalismo, Castoriadis define o socialismo¹ da seguinte maneira:

[...] o verdadeiro conteúdo do socialismo não era nem o crescimento econômico nem o consumo ao máximo, nem o aumento de um tempo livre (vazio) como tais, mas a restauração, melhor a instauração pela primeira vez na história, do domínio dos homens sobre suas atividades e, logo, sobre sua atividade primeira, o trabalho; [...] o socialismo tinha a ver não somente com os pretendidos ‘grandes assuntos’ da sociedade, mas com a transformação de todos os aspectos da vida e, em particular, com a transformação da vida quotidiana, ‘o primeiro dos grandes assuntos’.

Castoriadis afirma a necessidade de repensar a posição da economia na sociedade, também, da tecnologia, da divisão da sociedade entre dirigentes e executantes, da desigualdade nos salários e rendas, do crescimento pelo crescimento, da exploração dos trabalhadores e do meio ambiente, do consumo em massa, entre outras questões. O único caminho para romper com a lógica da sociedade capitalista é a criação de novas formas sociais (por exemplo, da relação de produção) de forma autônoma – coletiva.

¹ Posteriormente, Castoriadis (1979, p.15) designa a sociedade socialista de sociedade autônoma e seus escritos tratam da teorização da autonomia social/coletiva e individual.

Assim, Castoriadis desenvolve categorias importantes para se pensar e refletir sobre a criação e reprodução da sociedade, a criação de novas formas sociais, o processo de subjetivação dos indivíduos, entre outras questões. Após esta pequena nota introdutória sobre o autor, faz-se necessário entender qual caminho metodológico será seguido para o desenvolvimento do presente trabalho.

No que se refere à metodologia, o tema deste estudo trata de criações humanas históricas complexas e, sendo assim, várias condições se apresentam na composição da mesma. É importante frisar, nesse caso, que não se trata aqui de relações causais, pois não existem causas na história, mas condições bastante complexas de suas manifestações (CASTORIADIS, 2000, p.17).

Por exemplo, o capitalismo é uma criação humana que, segundo Castoriadis (1982, p.59) surge de uma série de acontecimentos, nos quais cada indivíduo ou grupo busca apenas seus interesses e não a totalidade. “o que importa é que esse resultado possui uma coerência que nada nem ninguém desejava ou garantia, quer no início quer no seu desenvolvimento”, assim, surge o capitalismo (CASTORIADIS, 1982, p.59).

Outro fato importante, é que a sociedade se cria a si mesma, se auto-institui a partir do coletivo anônimo. Dessa forma, ela apresenta sua potência de criação humana. Pela história pode-se observar este movimento incessante de criação e destruição de instituições sociais e de significações imaginárias sociais.

Castoriadis (2007, p.36) ressalta, no que diz respeito às continuidades e descontinuidades históricas, que estas questões não podem ser explicadas de maneira causal, visto que:

[...] uma explicação desse tipo estabelece leis, conjuntos e condições necessárias. Essas leis causais, que devem ser respeitadas, existem em outros domínios. Mas, no caso da história, não se trata apenas, como se diz geralmente, de não ter as condições que permitiriam uma verificação da lei causal, ou seja, da impossibilidade de reproduzir as condições de aparição de fenômeno A para constatar que o fenômeno B vai, efetivamente, se verificar.

Isto mostra que a criação histórica, enquanto domínio humano e coletivo, não obedece somente à lógica conídica, mas sim, que tem seu caráter, também, na indeterminação. A lógica conídica, ou conjuntista identitária “atua como exigência de determinação de “identidades” e de relações entre identidades para tudo o que existe – e que se faz presente no fazer e no representar/dizer social. E, de fato, a lógica determina, até certo ponto, a linguagem e o fazer humano” (VIEIRA, 2010, p.77).

Segundo Castoriadis (1982, p.210):

[...] esta lógica que impera soberanamente e inevitavelmente em duas instituições sem as quais não há vida social; a instituição do *legein*, componente ineliminável da linguagem e do representar social, a instituição do *teukhein*, componente ineliminável do fazer social. O fato de que uma vida social tenha podido existir mostra que esta lógica identitária ou conjuntista tem apoio no que existe – não somente no mundo natural no qual a sociedade surge, mas na própria sociedade, que não pode representar e se representar, dizer e se dizer, fazer e se fazer sem colocar em ação também esta lógica identitária ou conjuntista, que só pode instituir e se instituir instituindo também o *legein* e o *teukhein*. [...] Porque a lógica identitária é lógica da determinação, se especifica segundo os casos como relação de causa e efeito, de meio a fim ou de implicação lógica.

Assim, observa-se que no âmbito conídico há certa possibilidade de estabelecer relações causais. Pois a lógica obedece à determinação, a categorização, a separação/junção, a classificação, enfim. Entretanto, as “conexões do mundo social não são exaustivamente conídicas, não há no próprio objeto as condições que me permitiriam estabelecer um encadeamento causal” (CASTORIADIS, 2007, p.37). Aqui entram as significações imaginárias sociais, visto que seus componentes não obedecem a dados puramente funcionais e determinantes. Dessa forma, não há explicações causais no que tange ao âmbito das significações imaginárias sociais, mas sim condições várias e humanas.

Segundo Castoriadis (2007, p.53), na história não há explicações causais, mas isto não impede a pesquisa e a compreensão das sociedades. Sendo as condições para essa compreensão

[...] a dimensão conídica, de um lado, limitando as possibilidades, colocando determinadas referências (...). Por outro lado, a capacidade que devemos postular – e tal postulado verifica-se na efetividade da pesquisa histórica – de reviver, reconstituir as significações imaginárias sociais de outras civilizações, sociedades, épocas.

Castoriadis (2007, p.40) revela que para que haja a compreensão de uma sociedade passada ou do desenvolvimento histórico, precisam-se levar em conta que lidamos com conexões conídicas (conjuntista identitária), mas

mais geralmente, existe uma racionalidade instituída a cada vez e não no absoluto, por certo, pois existem as imposições do primeiro estrato natural: é em relação a ela que se deve julgar os encadeamentos das ações dos atores. Contudo há também uma outra coisa. Para compreender o desenrolar histórico, devemos fazer apelo, a cada vez, às significações imaginárias sociais da sociedade e aquilo que acontece com elas. Essas significações imaginárias sociais, nós não podemos abordá-las segundo um modo causal e não podemos compreender como é possível que elas motivem as pessoas de forma causal, nem como elas surgem, nem mesmo como elas se desgastam ou se destroem.

Sendo assim, este é o direcionamento do presente estudo. Através do destaque da dimensão histórica (dados geográficos, população, normas e leis, modo de produção, políticas adotadas, entre outras), adentrar o campo das significações imaginárias sociais para a

compreensão de desenvolvimento histórico, tanto da sociedade quanto do indivíduo. Entretanto, cabe aqui ressaltar a complexidade de tal tarefa, principalmente, no tocante à análise de sociedades de outrora e da sociedade contemporânea.

Pode-se pensar no capitalismo: ele não é, apenas, um aglomerado de máquinas, conjunto de operários, de leis econômicas liberais, de empresas e multinacionais, de produtos tecnológicos e assim por diante. O capitalismo, segundo Castoriadis (2007, p.42) é “aquilo que por trás de todos esses objetos, essas atividades, essas regras legais ou de fato etc., anima, impulsiona e conduz, por exemplo, à produção crescente de uma multitude de trecos – é a palavra que convém – cada vez mais poderosos”.

Estabelecemos o método do trabalho, sem é claro, ambicionar revelar exhaustivamente todo o âmbito conídico, histórico, nem todo o âmbito das significações, mas sim tentando destacar em cada âmbito, as questões necessárias para a compreensão do objeto de estudo proposto pelo presente trabalho. Dessa forma, o presente estudo teve como procedimento a pesquisa bibliográfica.

Na busca por alcançar a proposta desse estudo, observou-se a necessidade de elencar momentos importantes da criação humana para a construção de um caminho de elucidação. Este caminho elucidativo é traçado por meio da discussão de três períodos de intensa criação no domínio social-histórico: o mercantilismo, a Revolução Industrial e o mundo pós-Segunda Guerra Mundial.

A importância em abordar o mercantilismo reside no fato de que a raiz do capitalismo aí se encontra, dando a perceber a relevância do surgimento de uma burguesia dedicada ao comércio e lucros, dos descobrimentos e das grandes navegações na criação de um mercado internacional exportador e importador, entre outras questões. Na Revolução Industrial percebe-se a importante revolução no campo do conhecimento científico aliado ao aumento da produção, entre outras. No mundo pós-Segunda Guerra Mundial, observa-se o incrível aumento na produção de bens, serviços e uma difusão mundial do modelo econômico capitalista, bem como a criação de significações imaginárias sociais que permeiam o pensar e agir social.

O domínio-social histórico – tanto conídico, quanto de significações e instituições – é extremamente amplo, pois se trata do humano, suas relações pessoais, econômicas e políticas. Trata-se ainda de um domínio geográfico, científico, físico, das artes, e outros, que compreende as línguas em sua complexidade e singularidade, as culturas e as infinitas e ilimitadas criações de significações imaginárias sociais, pertencendo ao domínio do ser e do fazer humano em todos os seus âmbitos. Não se tem aqui a pretensão de exaurir este vasto

domínio, mas sim, destacar dentro deste domínio criações vistas como relevantes, para a apreensão, desse estudo.

Para caracterização dos momentos históricos, recorreu-se a autores, tais como Maurice Dobb (1900-1976), Eric J. Hobsbawm (1917-2012), Pierre Vilar (1903-2003), Raymundo Faoro (1925-2003), entre outros. Já no sentido de jogar luz sob o objeto em questão, utilizou-se o autor Cornelius Castoriadis (1922-1997). Este permitiu elucidar o tema, inclusive, observar todos os meandros que o perpassam.

Segundo Castoriadis (2002), o indivíduo nasce um monstro, isolado em uma mônada psíquica², fechado em si mesmo e é devido ao processo de socialização – que irá colocá-lo em relação com os significantes e significados instituídos no social-histórico – que se torna humano. Nesse sentido, a partir do rompimento da mônada psíquica emerge a psique, sendo criada a sociedade e as instituições. É precisamente a instituição que “permite a sobrevivência da psique ao impor-lhe a forma social do indivíduo, ao lhe impor uma outra origem e outra modalidade do sentido: a significação imaginária social [...]” (Castoriadis, 2002, p.386).

Nesse sentido, ao passar pelo processo de socialização, os indivíduos tornam-se:

[...] fragmentos ambulantes e falantes de uma sociedade dada; e são fragmentos totais; isto é, encarnam, em parte efetivamente, em parte potencialmente, o núcleo essencial das instituições e significações de sua sociedade; o indivíduo é uma criação social, tanto como tal, quanto em sua forma social-histórica cada vez dada (CASTORIADIS, 1999, p. 280).

A sociedade é criação e autocriação. Assim, ela é uma quase-totalidade sustentada pelas instituições tais como linguagem, normas, família, modos de produção, instrumentos, identificações, entre outras.; bem como pelas significações que essas instituições encarnam, tais como mercadoria, totens, tabus, deuses, Deus, *polis*, e outras. O autor destaca a importância das significações imaginárias sociais na criação de um mundo próprio a cada sociedade e afirma que “na verdade elas são esse mundo; e elas formam a psique do indivíduo” (CASTORIADIS, 1999, p. 286).

Para entendermos a instituição do consumo, dentro do imaginário capitalista, devemos entender que este é uma “rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (Castoriadis, 1982, p.158). Nesse ponto, é importante ressaltar a impossibilidade de entender as instituições e o conjunto da vida social, apenas, a partir de um sistema funcional. O sentido que damos à vida e às nossas ações e atitudes diárias escapam do nível puramente funcional, isto porque as instituições carregam em si um conjunto de significações imaginárias.

² Termo cunhado por Castoriadis: é definida como um encapsulamento no qual a psique vive. Na sua fase originária é dominada unicamente pelo princípio de prazer, encontrando assim, satisfação de um modo autístico.

O mundo social é cada vez – isto porque está extremamente vinculado ao período histórico – constituído e articulado em função de um sistema de significações, com estas formando o imaginário efetivo. Para Castoriadis, a sociedade deve “definir sua “identidade”, sua articulação; o mundo, suas relações com ele e com os objetos que contém; suas necessidades e seus desejos” (Castoriadis, 1982, p.177). Assim, apresenta-se uma “forma” específica na qual e a partir da qual se produz toda coletividade humana.

Devemos compreender que a forma “específica” de nossa sociedade é o capitalismo, este é visto como uma “significação central, organização em sistema de significantes e de significados, o que sustenta a unidade cruzada de uns e de outros, o que permite também sua extensão, sua multiplicação, sua modificação” (CASTORIADIS, 1982, p. 170). Pode-se pensar que este “estabelece” o consumo contemporâneo. Assim, o consumo instituído no e pelo capitalismo e a relação do indivíduo com este será nosso escopo – psique e sociedade.

Outros conceitos importantes formulados por Castoriadis e que serão utilizados nas discussões deste trabalho, são: heteronomia e autonomia. Entende-se por heteronomia, o fato de pensar e julgar, somente, segundo critérios sociais, e não por si mesmo – esta questão será aprofundada no decorrer do trabalho. Já a autonomia é o fato de questionar os critérios sociais e pensar e julgar de acordo com os critérios estabelecidos de forma reflexiva e deliberante pelo indivíduo.

Sendo assim, nesta dissertação o estudo será apresentado da seguinte forma, no segundo capítulo, intitulado A fabricação social do homem, buscou-se compreender como psique e sociedade se entrelaçam. Assim, apresentam-se os seguintes subitens: 2.1 a instituição, 2.2 significações imaginárias sociais, 2.3 imaginação radical e o surgimento da psique, 2.3.1 da mônada psíquica ao indivíduo social, 2.4 o imaginário social e 2.5 para um encerramento: considerações sobre o homem.

No terceiro capítulo, intitulado Mercantilismo, procurou-se compreender a raiz do capitalismo, bem como a criação de um mercado mundial e a importância do consumo na época. Assim, apresentam-se os seguintes subitens: 3.1 Portugal e o capitalismo patrimonial, 3.2 Inglaterra/Europa e o capitalismo de mercado, 3.3 acumulação primitiva de capital, 3.4 o pensamento Mercantilista, 3.5 a criação do mercado no domínio social-histórico, 3.6 psique: o indivíduo no Mercantilismo.

No quarto capítulo, intitulado Revolução Industrial, buscou-se investigar as mudanças ocasionadas neste período, tanto no que tange à produção quanto ao consumo. Dessa forma, apresentam-se os subitens: 4.1 pontos de partida: algumas características históricas, 4.2 da

mecanização à eletrificação, 4.3 a depressão e suas saídas, 4.4 a classe operária, 4.4.1 da luta, 4.4.2 à abundância, 4.5 o planejamento e a administração científica do trabalho e da produção.

No quinto capítulo, intitulado O mundo contemporâneo: capitalismo e consumo, buscou-se apresentar as profundas mudanças no capitalismo, bem como o consumo instituído neste período. Assim, apresentam-se os seguintes subitens: 5.1 o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, 5.1.1 reestruturação e reforma do sistema capitalista, 5.1.2 deslocamento das empresas, trabalhadores e consumo em massa, 5.2 as significações do capitalismo no mundo pós-guerra: desenvolvimento e crescimento/progresso, 5.2.1 racionalidade, 5.3 heteronomia 5.4 interrogações sobre o consumo. Por fim, no sexto capítulo apresenta-se a conclusão e, no sétimo capítulo referências.

2 A FABRICAÇÃO SOCIAL DO HOMEM³

Imaginação Radical e Imaginário Social mostram a potencialidade criadora tanto da psique quanto da coletividade humana. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo penetrar no labirinto da simbolização do imaginário – tanto radical, quanto social – para buscar descobrir como a psique se estrutura (organiza), bem como o processo até seu fim último, o homem (a constituição da subjetividade).

Compreender a instituição do homem torna-se imprescindível neste ponto para entender como diferentes homens são fabricados por diferentes sociedades. De fato, cada sociedade a cada tempo determina suas formas de ser, seu sentido, o que é importante e o que não é. Assim, as determinações na formação dos indivíduos são específicas em cada sociedade. Nesse sentido, a importância deste capítulo reside na compreensão de como o âmbito psíquico e social se interrelacionam.

Parte-se para o entendimento desta questão de forma mais detalhada. Assim, pretende-se expor, utilizando o referencial teórico da psicanálise castoriadiana, conceitos importantes no que tange a compreensão da estruturação da psique e da fabricação do homem. Inicia-se o trajeto pelas instituições e significações imaginárias sociais porque estas já estão presentes nas sociedades antes mesmo do nascimento dos indivíduos.

2.1 A INSTITUIÇÃO

A instituição é uma “rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (Castoriadis, 1982, p.158). Nesse ponto, é importante ressaltar a impossibilidade de entender as instituições e o conjunto da vida social, apenas, a partir de um sistema funcional. O sentido que damos à vida e às ações e atitudes diárias escapam do nível puramente funcional, isto porque as instituições carregam em si um conjunto de significações imaginárias.

A sociedade é criação e autocriação. Ela é uma quase-totalidade sustentada pelas instituições tais como linguagem, normas, família, modos de produção, instrumentos, identificações, entre outras. E também, pelas significações que essas instituições encarnam, tais como: mercadoria, totens, tabus, deuses, Deus, *polis*, entre outras. Destaca-se a importância das significações imaginárias sociais na criação de um mundo próprio a cada

³ Quando se fala indivíduo, fala-se de alguém já socializado, ou seja, já fabricado socialmente. No presente trabalho homem e indivíduo são utilizados como sinônimos.

sociedade pois, “na verdade elas são esse mundo; e elas formam a psique do indivíduo” (CASTORIADIS, 1999, p.286).

Para Castoriadis (2002, p.286), o indivíduo nasce isolado em uma mônada psíquica⁴, fechado em si mesmo e é devido ao processo de socialização – que irá colocá-lo em relação com os significantes e significados instituídos no social-histórico – que se torna humano.

É precisamente a instituição que “permite a sobrevivência da psique ao impor-lhe a forma social do indivíduo, ao lhe impor uma outra origem e outra modalidade do sentido: a significação imaginária social” (Castoriadis, 2002, p.386). Assim, ela interioriza as instituições e as significações sociais e, aprende que o sentido da vida se encontra em outros “lugares” socialmente instituídos.

Assim, a instituição fornece o “sentido da vida” ao indivíduo socializado – cada sociedade em cada tempo – de forma específica. Este sentido, segundo Castoriadis (2004, p.168) pode estar “no fato de contar com a estima do clã ou na esperança de poder repousar um dia com Abraão no seio de Deus, ou de ser *kalos kagathos* e cuidar de seu *kleos* e de seu *kudos*, ou de ser santo, ou de acumular riquezas, ou de desenvolver as forças produtivas, ou de “construir o socialismo” etc.”.

Sendo assim, para Castoriadis (2004, p.280), por meio das instituições sociais e significações sociais, os indivíduos “encarnam, em parte efetivamente, em parte potencialmente, o núcleo essencial das instituições e significações de sua sociedade; o indivíduo é uma criação social, tanto como tal, quanto em sua forma social-histórica cada vez dada”.

Observa-se a importância desta rede constituída pelas instituições e significações no sentido de fornecer ao homem sentidos para a vida humana. Após esta breve exposição, cabe explicitar a questão das significações imaginárias sociais e sua importância na constituição do mundo a cada vez instituído, bem como na constituição do indivíduo específico em cada sociedade social-histórica.

2.2 SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS

O mundo real é constituído por um complexo conjunto de significações imaginárias sociais. Estas significações organizam a vida e fornecem sentido às ações, como se observou no subitem anterior. As significações imaginárias sociais são criações humanas e entender sua

⁴ O conceito de mônada psíquica será aprofundado no subitem 2.3.1.

gênese e transformações, permite compreender a mundo de ontem e de hoje, ou seja, a história do fazer humano.

Segundo Castoriadis (1982, p.168), só existe história devido ao fato dos homens comunicarem e cooperarem num meio simbólico – a característica deste é sua indeterminação relativa. Nesse sentido, ele é criado constantemente pela sociedade. Como exemplo, temos a linguagem e a possibilidade de construção dentro dela. Castoriadis destaca a importância da história nas seguintes questões: “a gênese do sentido, a produção de novos sistemas de significados e de significantes” (CASTORIADIS, 1982, p.168).

A instituição possui significação, esta tem o poder de criar valor e reorganizar todo um sistema de significações. O sistema simbólico das instituições tem a capacidade de autonomizar-se, nesse caso, subordina a vida efetiva da sociedade e dos indivíduos. Isto é definido como heteronomia por Castoriadis, sendo uma característica das sociedades modernas. Entretanto, o mesmo autor demonstra a possibilidade de reflexão sobre estas instituições e significações sociais e possível autonomia⁵ do sujeito.

Para Castoriadis (1982, p.170), a significação imaginária social é uma “significação central, organização de sistema de significantes e de significados, o que sustenta uma unidade cruzada de uns e de outros, o que permite também sua extensão, sua multiplicação, sua modificação” e mais importante, essa significação não diz respeito “nem de uma percepção (real) nem de um pensamento (racional)”.

Cabe frisar que a significação imaginária social “age na prática e no fazer da sociedade considerada como sentido organizador do comportamento humano e das relações sociais” (CASTORIADIS, 1982, p.171). Assim, nenhuma sociedade pode existir sem uma organização de sua vida material e sem perpetuação enquanto sociedade. A sociedade cabe destacar, não segue somente à leis naturais ou é regida somente por causas racionais em sua constituição.

Segundo Castoriadis (1982, p.176), As significações imaginárias sociais demonstram:

[...] que o mundo total dado a esta sociedade é captado de uma maneira determinada, praticamente, afetivamente e mentalmente, que um sentido articulado lhe é imposto, que são operadas distinções correlativas ao que vale e ao que não vale (em todos os sentidos da palavra valer, do mais econômico ao mais especulativo), entre o que deve e o que não deve ser feito.

A importância do conhecimento das significações reside no fato de que o mundo social é “cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações *existem*, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o *imaginário*

⁵ Heteronomia e autonomia são conceitos que serão aprofundados no quinto capítulo, item 5.3.

efetivo” (CASTORIADIS, 1982, p.171). Estas permitem compreender a maneira como a sociedade cria uma determinada identidade, articulações com o mundo e relações sociais, bem como uma série de comportamentos específicos.

Segundo Castoriadis (1982, p.177), outro papel das significações imaginárias sociais é o de fornecer uma identidade (sentido) para a sociedade (responder às perguntas quanto à vida e o fazer humanos), ou seja, uma identidade individual e coletiva; estabelecer quais as necessidades, desejos; o que são as pessoas; o que “sou eu” para os outros, e para mim; o que é o mundo; o que são os objetos e minha relação com eles.

Castoriadis (1982, p.177) afirma:

[...] a sociedade se constitui fazendo emergir uma resposta de fato a essas perguntas em sua vida, em sua atividade. É no fazer de cada coletividade que surge como sentido encarnado a resposta a essas perguntas, é esse fazer social que só se deixa compreender como resposta a perguntas que ele próprio coloca implicitamente.

O sentido necessário ao fazer humano é construído, assim, socialmente. Como exemplo, pode-se pensar no que é ser admirado socialmente, qual é o modelo a ser seguido pelo indivíduo nos dias atuais? Hoje, podemos elencar respostas tais como, ter dinheiro para poder consumir/comprar, ter sucesso profissional (um emprego que é valorizado pela sociedade), estar sempre na moda, entre outros. A sociedade pode fornecer tais significações, mas o indivíduo pode alienar-se a elas ou pode refletir sobre as mesmas e conseqüentemente, agir de forma lúcida, ou seja, autônoma.

O sentido autêntico de uma sociedade deve ser procurado em primeiro lugar na sua vida e suas atividades efetivas (1982, p.177). Isto porque, cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo e uma imagem de si, sendo estas indissociáveis. Segundo Castoriadis (1982, p.179), “esta imagem, esta visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana disponível, utiliza as nervuras racionais do dado, mas as dispõe segundo significações e as subordina a significações que como tais não dependem do racional (nem, aliás, de um racional positivo) mas sim do imaginário”.

O que Castoriadis destaca é a importante característica de que as significações não são necessariamente só vinculadas ao funcional (racional), mas também são dotadas do imaginário, do simbólico enquanto capacidade de formação e criação. Nesse sentido, não obedecem a uma lógica, puramente racional. Isto se mostrara importante quanto à discussão do consumo⁶.

Ao compreender as significações imaginárias sociais tem-se a possibilidade de entender o estabelecimento do fazer humano, e como a sociedade estabelece e dota de valor

⁶ Esta questão será aprofundada no último capítulo do presente trabalho, subitem 5.4.

cultural determinados objetos. Estas significações sociais estabelecem a forma como o indivíduo nota, pensa e age em sociedade. O seu conhecimento permite pensar o homem no mundo e possíveis mudanças nos mesmos, pela atividade política instituinte.

Agora, deve-se caminhar em busca da compreensão da psique, de como ocorre sua estruturação/organização e, conseqüente, socialização.

2.3 IMAGINAÇÃO RADICAL E O SURGIMENTO DA PSIQUE

A imaginação radical é o que define o psiquismo humano como capacidade de produzir representações. Nesse sentido “não se trata apenas de ver – ou de se ver – em um espelho, mas também da capacidade de formular aquilo que não está lá” (CASTORIADIS, 2004, p.327). A psique é fluxo incessante de representação, intenção e afeto. Este fluxo não é determinado, isto demonstra sua incessante capacidade de criação, sua potencialidade.

É exatamente esta capacidade de representação que permite a pulsão encontrar seus representantes. Estas representações particulares de cada indivíduo ou da coletividade não são universais para a espécie, justamente pela questão da característica do psiquismo humano de a-funcionalidade. No psiquismo animal, pode-se pensar que o instinto define de maneira fixa a representação, nesse caso, a representação é funcional. Mas não no humano.

Castoriadis descreve como (2004, p.329) a-funcionalidade:

[...] aquilo que se imagina, aquilo que se representa – seja no plano consciente ou no inconsciente – não é determinado por uma funcionalidade biológica. Mesmo que isso possa coincidir de tempos em tempos: quantos atos sexuais cujo objetivo seja a reprodução pode ter no curso da vida, digamos, de um neurótico [...].

E Castoriadis (2004, p.329) afirma categoricamente:

É preciso, portanto, admitir esta característica essencial do psiquismo humano que é sua “desfuncionalização”. E que se combina indissolúvelmente com a capacidade que tem a psique de experimentar prazer mediante a representação, apenas representando. E este desligamento entre o prazer de representação e o prazer de órgão não é possível senão para o ser humano.

O que há, nessa perspectiva, é a imaginação radical enquanto criação de afetos, representações, desejos e intenções nunca predeterminadas. Isto explica a desfuncionalização – porque não existe um motor externo da psique e sim uma potência espontânea criadora (CASTORIADIS, 2004, p.329). Assim podemos compreender os atos e comportamentos humanos que escapam à “funcionalidade” ou à “racionalidade” – mas que necessitam delas para serem explicados.

Segundo Castoriadis (2004, p.330), “a imaginação radical está também na base de uma outra capacidade extraordinária do ser humano: o simbolismo. É graças à imaginação radical

que o ser humano pode ver uma coisa em um outra coisa. [...] E é isso que torna possível, é sobre isso que se apoia a linguagem”.

Na dimensão social, a imaginação radical demonstra sua importância na estruturação da psique (por exemplo, criação da linguagem). Para Castoriadis, o inconsciente é a mais importante realização da imaginação radical. Mas também são importantes seus outros produtos, tais como o consciente, a vida diurna, entre outros. Todos esses domínios são manifestação do imaginário radical, isto porque a vida não é apenas repetição, mas sim criação de novas formas, pensamentos, representações (CASTORIADIS, 2004, p.331).

Posto isto, procura-se agora entender a primeira fase do psiquismo, antes de todas as outras. A maneira pela qual o “projeto de homem” se apresenta em sua origem, bem como para onde caminha seu desenvolvimento e fim – enquanto ser social.

2.3.1 Da mônada psíquica ao indivíduo social

A mônada psíquica é fechamento, mas é aquele do psiquismo sobre si, é a representação “fechada sobre si mesma” que o sujeito cria de si e do mundo (CASTORIADIS, 2004, p.340). Para Castoriadis, todos os fenômenos psíquicos tem sua origem na fase em que ele chama de mônada psíquica.

Neste primeiro estado psíquico nada existe para o sujeito fora ele mesmo, ou seja, ele mesmo “que se vê como uma fonte de prazer e como capaz de realizar esse prazer. Como satisfação imediata de todo desejo que poderia se apresentar” (CASTORIADIS, 2004, p.337). Este momento é marcado pela satisfação, prazer e onipotência.

Assim, segundo Castoriadis (2004, p.337), neste primeiro estado psíquico “esta dominação tenta dar conta de sua característica essencial, a saber: nada existe para o sujeito fora do sujeito ele mesmo. Que se vê como uma fonte de prazer e como capaz de realizar esse prazer. Como satisfação imediata de todo desejo que poderia se apresentar”.

O recém-nascido, num primeiro momento, “é o seio” no sentido de que não existe separação. Esta questão, segundo Castoriadis (2004, p.337) demonstra que:

O objeto não é um objeto separado. O “objeto bom” é o recém-nascido para ele mesmo. “Eu sou o seio” não é, portanto, uma afirmação atributiva ou transitiva, como “eu sou louro”. Poderíamos tentar representar isso completando a descrição: o bebê se vê, ao mesmo tempo, da superfície labial, da cavidade bucal e provavelmente da primeira parte do sistema digestivo, como indiferenciado daquela fonte de líquido quente agradável que é o leite, e ele se vê como tendo – sendo – um desejo e podendo realizá-lo com prazer.

Pode-se inferir que aqui se encontra a origem da busca pelo prazer e evitação do desprazer, do egocentrismo absoluto, da onipotência mágica do pensamento, da tendência do inconsciente a formar representações que satisfaçam seu desejo (alucinação, fantasia, e outros), da eterna busca pelo retorno à mônada psíquica (primeiro estado psíquico), dentre outros fenômenos psicológicos.

Segundo Castoriadis (2004, p.338). O modelo psíquico é constituído/formado desse modo:

A mônada organiza a experiência do prazer, não “com um objeto”, mas como experiência total – totalitária, completa, absoluta – de um estado. Essa experiência magnetiza para sempre o psiquismo, cujo “objeto de desejo”, cuja busca, será a recuperação de, o retorno a esse estado. **É mais um “desejo de estado” do que um desejo de objeto.**

Vale assinalar, no que tange a alucinação, à importância desse fato na constituição de uma capacidade que irá acompanhar o indivíduo, de forma diferente, mas por toda vida. Castoriadis (2004, p.338-9) aponta que,

o que mostra o prolongamento do momento de satisfação “real”, orgânica, através da alucinação, é a capacidade do ser humano de experimentar prazer mediante simples representação – seja ela acompanhada ou não de prazer de órgão. É o ponto nodal. E ele vai se desenvolver na vida psíquica: veremos a predominância cada vez maior do prazer de representação sobre o de órgão. No momento da satisfação alucinatória, temos o primeiro momento dessa capacidade do ser humano em ação.

Entretanto, o fechamento em si mesmo vivido pela mônada psíquica é um estado temporário, pois logo surge a necessidade de separação. Esta separação é o que Castoriadis (2004, p.338) chama de ruptura da mônada psíquica. Este rompimento violento acontece por meio do processo de socialização e é, justamente, este processo que permite o surgimento do indivíduo.

Segundo Castoriadis (2004, p.338) esta ruptura de fato acontece porque:

Existe a necessidade somática que impulsiona e existe também a presença do outro que rompe esse circuito fechado em si mesmo. Mas não será tanto a fome quanto o desprazer que irá romper o fechamento da mônada. Vale dizer que a necessidade de dar sentido a esse desprazer – apoiado na tensão somática – torna necessária a criação pela psique de um exterior ao qual atribuir a fonte de desprazer; necessidade que torna manifesta aquela outra de dar um sentido.

Para Castoriadis (2004, p.341), a fase triádica representa o início da ruptura, ou seja, de diferenciação e separação, o que provoca um primeiro momento de socialização. Nos termos do autor, a fase triádica é:

[...] definida pela instalação de um jogo, pela criação de uma relação entre o recém-nascido, a mãe e o seio. A mãe aparece como quem dispõe do seio e o recém-nascido, na base de seu único esquema, a onipotência, o “projeta” na mãe. Em outras palavras, o recém-nascido que “se acreditava” onipotente descobre que não o é e transfere essa onipotência para a mãe. Disso surgirá a ambivalência do bebê em relação a mãe. (...). Nessa etapa se constitui uma relação entre três termos, onde o

objeto parcial, o seio, é a encruzilhada, a zona de entrecruzamento, da relação do bebê com a mãe. Mas ainda não se trata de um mundo aberto, embora se passe a três termos.

Nesta fase, a mãe aparece como “senhor do objeto de desejo”, “senhor da significação”, senhor do “dar sentido”. Isto porque o Outro – a mãe – é a primeira a estabelecer comunicação com o bebê, sendo que “qualquer comunicação entre sujeitos implica a possibilidade de receber e de incorporar palavras, sentidos, significações que provém do outro” (CASTORIADIS, 2004, p.343). A mãe é a que atribui significação a cada situação, inclusive, é ela quem nomeia os afetos do bebê, além de estabelecer o que é “bom” e o que é “ruim”.

O início da socialização começa a partir daí, pois “é a mãe a primeira a dizer “não” à criança. Assim, se constrói simultaneamente a mãe como onipotência, reconhecendo-lhe uma existência e um desejo ou vontade que são estranhos à criança e que ela não domina. E isso obriga a reconhecê-la como separada” (CASTORIADIS, 2004, p.343).

Mas a saída da fase triádica é a destituição da mãe do lugar de onipotência – de “senhor das significações” – e, isto é realizado através do estabelecimento da relação com os outros, com o pai e com o social. Segundo Castoriadis (2004, p.344) isto acontece:

[...] efetivamente com a função edipiana. A mãe não aparece mais como onipotência, a única detentora de poder; ela também é reconhecida como incompleta, presa em seu desejo pelo outro, isto é, o pai. Ela é então obrigada a considerar a palavra do pai. E é neste momento que se produz, quando a mãe cai como figura onipotente, uma abertura socializadora.

Esta ruptura ocasiona a instauração de um mundo público/coletivo ou comum e de um mundo privado/particular para o indivíduo. Esta instauração – ruptura violenta da mônada – é, nesse sentido, “forçada por sua “relação” com os outros, mais exatamente pela invasão dos outros como outros, mediante a qual se constitui, para o sujeito, uma “realidade” ” entre a psique e o somático, o que irá fundar o indivíduo (CASTORIADIS, 1982, p.344).

Para Castoriadis (2004, p.342), o indivíduo social é formado a partir da:

[...] imposição dessa relação com o outro e, depois, com os outros é uma sucessão de rupturas infligidas à mônada psíquica através das quais se constitui o indivíduo social como sujeito dividido entre um pólo monádico – que tende sempre para um re-fechamento – e aquilo que lhe foi imposto e que ele organizou e integrou pouco a pouco em sínteses variáveis.

Através das sucessivas formações psíquicas do sujeito – e pela tendência a unificação das diversidades de relações impostas à psique – é que é assegurada uma identidade singular ao mesmo. A instituição social do indivíduo permite esta identidade singular pois coloca o indivíduo “como “alguém” reconhecido pelos outros, proporciona-lhe ainda que – ou

sobretudo – a nível imaginário, satisfações, apresenta-lhe um mundo onde tudo pode ser referido a uma significação” (CASTORIADIS, 1982, p.345).

Isto porque o processo de socialização se desenvolve pelo processo de significação. Castoriadis (2004, p.345) afirma que “sociedade é essencialmente um magma de significações imaginárias sociais que dão sentido a vida coletiva e individual. Consequentemente, a socialização nada mais é que a entrada – e o funcionamento – nesse magma instituído de significações sociais”.

A entrada do indivíduo no social – espaço e ação de criação – é marcado pela mudança, ruptura e criação incessante. Para Castoriadis (2004, p.345) o

[...] social-histórico é essencialmente emergência de novas significações imaginárias sociais. Sua instituição, a dinâmica entre o instituinte – a imaginação radial – e o instituído – as instituições já criadas – é secundária em relação a essa característica essencial dos coletivos humanos, que é a capacidade de criar novos sentidos.

Sendo assim, Castoriadis (2004, p.346) afirma a importância desse processo de socialização para a estruturação da psique, pois:

[...] se a psique não encontra no espaço social um sentido capaz de substituir o sentido original, monádico, ela não poderá evidentemente sair do fechamento e sobreviver. É uma condição que a psique “exige” da sociedade: pode-se fazer com quase qualquer coisa, um budista, um cristão, um burguês, um nazista etc., mas o que a sociedade não pode fazer é deixar de lhe fornecer um sentido.

Diante disso, concluímos a necessidade de ruptura da mônada psíquica para o surgimento de um indivíduo inserido em um mundo que fornece a ele sentido, através de um magma de significações imaginárias sociais. Este processo se torna importante na medida em que o contato ou entrelaçamento entre psique e sociedade possibilitam o surgimento de um ser social dotado de subjetividade. Assim, concebe-se a formação do indivíduo psíquico e social.

Entretanto, a subjetividade não é simples processo de socialização. A dimensão subjetiva, segundo Castoriadis (2007, p.70), também chamada de para-si, mostra de forma mais profunda a ligação entre psique e sociedade. Nesse sentido, “o conjunto concreto de indivíduos socializados, de instituições e de significações” pertencem a classe de seres que é chamada de para-si. Castoriadis (2007, p.71), categoriza quatro para-si, sendo eles,

primeiro, o ser vivente como tal, pelo menos no nível da célula, Em seguida, o psíquico – a psique como tal, assim em sua integralidade como em sua pluralidade, ou seja, através das diversas instancias ou “pessoas psíquicas”: por exemplo, em uma tópica freudiana, um consciente ou um inconsciente, ou um Id, um Ego e um Superego são cada um um para-si. É para-si, em terceiro lugar, o indivíduo social concreto, o indivíduo socialmente construído ou fabricado, ou seja, ainda, produto da transformação do psíquico por sua socialização; transformação que a partir de cada psique/soma singular, dá existência a uma entidade socialmente definida, orientada em seus papéis sexuais, profissionais..., em seu estado, suas pertinências, suas motivações etc. Em quarto lugar, é para-si, a sociedade dada a cada vez enquanto tal.

Sendo que, a partir das relações entre estes para-si, surge a possibilidade do sujeito – este entendido enquanto ser reflexivo e deliberante –, bem como a possibilidade de uma sociedade autônoma – enquanto sociedade capaz de refletir-se e auto-instituir-se. Castoriadis (2007, p.71), frisa que estes dois níveis relacionados à categoria dos para-si, “de um lado o sujeito humano propriamente dito enquanto subjetividade em pleno direito e, de outro, a sociedade vista no projeto de autonomia” pertencem à ordem do dever-ser, de um projeto que deve ser realizado pelos indivíduos e, conseqüentemente, pela sociedade.

Mediante a descoberta do significativo papel da sociedade na constituição do indivíduo, faz-se necessário esclarecer o que é este Imaginário Social – como se forma, qual sua característica e importância na constituição do indivíduo.

2.4 O IMAGINÁRIO SOCIAL

Nesse ponto, deve-se destacar a compreensão da *criação* enquanto característica fundante da sociedade e do indivíduo. O imaginário enquanto potência de criação permite o entendimento do ser social, de suas instituições, de suas alterações. A sociedade nunca é a mesma, não é estática, assim como o indivíduo. A cada época e para cada sociedade, especificamente, o imaginário se constitui de determinada forma. Segundo Castoriadis (1982, p.175), este imaginário fornece:

[...] a cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individuais ou coletivos.

A sociedade enquanto coletividade humana – imaginário social instituinte – portadora de uma *vis formandis* (potência de criação) necessita criar um imaginário social instituído para que possa estabelecer sua maneira singular de fazer, ver e viver sua existência. Neste processo, percebe-se a importância do imaginário para fazer com que o mundo seja ordenado e organizado, pois que ele “faz emergir o valor e o não valor, que traça para essas sociedades a demarcação entre o falso e o verdadeiro, o permitido e o proibido – sem o que elas não poderiam existir nem por um segundo” (CASTORIADIS 1982, p.195).

O imaginário social instituído é, desse modo, descrito por Castoriadis (2004, p.130) da seguinte maneira:

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições, se cristalizam ou se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição da mesma forma que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha a transformá-las ou substituí-las radicalmente por outras.

Segundo Castoriadis (1982, p.359), o homem se constitui no e pelo imaginário, visto que se forma “mediante a referência a coisas e a outros indivíduos sociais, que ele próprio é incapaz de criar ontologicamente, porque eles só podem existir na e pela instituição, e ele é constituído subjetivamente”, dessa maneira. Ocorre, dessa forma, o investimento nas coisas, objetos, ideias e concepções do imaginário social instituído.

Castoriadis (1982, p.359) ainda afirma que “esta “retomada” pelo indivíduo da rede constituída por outros indivíduos e por coisas implica evidentemente também com que ele próprio encontre um lugar nessa rede e a que tenha acesso a ela”. Isto possibilita a formação do “modelo identificatório” do indivíduo. Este modelo é formado por dois pólos, no qual um é

[...] uma significação imaginária social que concretiza e articula a instituição do indivíduo pela sociedade considerada (o caçador, o guerreiro, o artesão, a *mater familias*, a vedeta, o militante, o inventor etc). Mediatizado pela própria história do indivíduo, ele possui um segundo pólo na singularidade da imaginação criadora deste. Assim ele pode, às vezes, exceder em pouco ou em muito, o “modelo” socialmente proposto (e geralmente imposto “suficientemente quanto ao uso”) e tornar-se, se ele se encontra por sua vez socialmente retomado e valorizado, fonte e origem de uma alteração da instituição do indivíduo social em seu conteúdo específico.

Esta questão se mostra de fundamental importância, pois revela que a instituição social do homem nunca será capaz de suprimir a psique em termos de imaginação radical. E é exatamente este fato que faz com que haja singularidade, e/ou o aparecimento de novos indivíduos sociais, e/ou novas instituições e significações. O homem pode ser socialmente fabricado, mas isto não tira a possibilidade do novo, pois a psique é fonte incessante de representação, afeto e intenção, ou seja, de possibilidade de criação.

2.5 PARA UM ENCERRAMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM

A partir das constatações aqui realizadas, sobre constituição do homem, pode-se afirmar que este tem como característica “a imaginação e o imaginário social. O homem é primeiramente psique. Homem, psique profunda, inconsciente. E o homem é sociedade. Ele é apenas na e pela sociedade e sua instituição e pelas significações imaginárias sociais, que

tornam a psique apta para a vida. E a sociedade é sempre também história” (CASTORIADIS, 1992, p.90).

O percurso traçado até aqui evidencia a impossibilidade de separação entre psique e sociedade. O entrelaçamento destes âmbitos da vida fornece um campo vasto para o conhecimento das formas socialmente criadas nas sociedades. Principalmente através do conhecimento das instituições e significações imaginárias sociais que regem a vida e comportamento humanos.

Como se observou, o processo de socialização carrega em si uma certa heteronomia – pois ocorre a adoção pelos indivíduos das significações e instituições já postas pela sociedade. Nesse sentido, Castoriadis (1979, p.13) destaca que a sociedade heterônoma é assegurada e conservada, pois é instituída “incorporando nesta instituição a representação de uma origem extra-social da lei, que é como que estabelecida por definição e por essência subtraída à atividade instituinte dos humanos” (CASTORIADIS, 1979, p.13). Nesse caso, os indivíduos não tem a percepção de que são eles próprios que criam a sociedade.

Castoriadis (1979, p.14) afirma, então, a importância “da ruptura com a heteronomia mítica ou religiosa, a contestação das significações sociais imaginárias instituídas, o reconhecimento do caráter historicamente *criado* da instituição – da lei, do *nomos* [...]”. Uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos. Sendo assim, deste rompimento com a sociedade heterônoma emerge o sujeito,

[...] autônomo, que – sabendo-se mergulhado na ordem/desordem a-sensata do mundo – se quer e se faz responsável pelo que é, pelo que faz, nasce ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento do qual emerge a cidade, a *pólis*, como coletividade autônoma, isto é, que não reconhece suas leis em uma instância que lhe seria exterior e superior, mas que ela mesma por si mesma, as estabelece. (CASTORIADIS, 1979, p. 14).

Segundo Castoriadis (1979, p.34), é necessário compreender que a sociedade possui dois aspectos: a sociedade instituída (tudo que já existe) e a sociedade instituinte (possibilidade de criação). Nesse caso, a eliminação da sociedade heterônoma deve abolir a submissão da sociedade instituinte à sociedade instituída. Assim, possibilitando aos indivíduos o reconhecimento de que eles instituem a mesma – capacidade de destruir o que já existe e criar novas instituições e significações imaginárias sociais.

Esta possibilidade de ruptura com a heteronomia demonstra a capacidade de reflexão e deliberação do indivíduo sobre os sentidos dados pela sociedade. Isto porque a subjetividade humana possui a capacidade de reflexão: “possibilidade de que a própria atividade de sujeito torne-se objeto explícito, e isso independentemente de qualquer funcionalidade”

(CASTORIADIS, 2007, p.126). Nesse sentido, há possibilidade do sujeito colocar em questão a si mesmo.

Segundo Castoriadis (2007, p.127), esta reflexividade está presente como possibilidade em todos os sujeitos humanos, mas ela não necessariamente se realiza. Importante, frisar que esta passagem do indivíduo fabricado socialmente para um sujeito reflexivo e deliberante é marcada pelo questionamento de si mesmo e, conseqüentemente, da sociedade. Castoriadis (2007, p.130), ressalta que a condição *sine qua non* da reflexividade é a imaginação radical, enquanto potência de criação humana, esta *vis formandis* incessante, tanto psíquica quanto social.

Segundo Castoriadis (2007, p.130), sem esta condição da representação, “sem esta imaginação desregrada eu não poderia refletir, limitar-me-ia a calcular, a raciocinar, fazer *reckoning*, a computar” – ou seja, o sujeito não poderia representar-se como outro, não conseguiria ver ele mesmo como outro.

O que também se apresenta, nesse caso, como característica desse processo é a vontade, pois esta direciona deliberadamente o sujeito. É preciso que o sujeito se considere como sujeito de uma atividade deliberada assim como considere os outros como sujeitos de uma atividade deliberada (CASTORIADIS, 2007, p.131). Para pensar ou refletir é necessário vontade, a capacidade deliberada de agir.

O que se deve considerar nesta questão, além do processo de socialização do indivíduo é sua possível capacidade de refletir, deliberar e agir. A importância dessa capacidade da subjetividade humana mostra a emergência de um sujeito autônomo e lúcido, que coloca em questão tanto a sociedade quanto a si próprio, por vontade, num esforço constante de reflexão, permitindo, assim, o surgimento de novas formas tanto individuais quanto coletivas.

Após o exposto, compreendida a inseparabilidade entre o indivíduo e sociedade e, a importância desta para o processo de subjetivação do homem, segue-se o caminho elucidativo em busca de remontar o desenvolvimento do capitalismo e suas características. Este interesse vai ao encontro do objetivo proposto pelo trabalho, desse modo, analisar a criação do capitalismo, bem como o processo de subjetivação heterônoma sobre o consumo contemporâneo.

3 MERCANTILISMO

Após a discussão sobre a fabricação do homem social, seguiremos no objetivo deste trabalho. Agora, apresenta-se a necessidade em se explicar a contextualização deste capítulo visto a importância em deixar claro aos leitores seu propósito. Como o objetivo do estudo reside na análise do capitalismo e, no processo de subjetivação heterônoma do sujeito – sobre o consumo – se faz presente a necessidade de entender como ocorre a criação do capitalismo para posteriormente discutir sobre consumo e heteronomia.

Importante frisar que o capitalismo tem sua raiz no mercantilismo. Este período foi de grandes mudanças sociais, econômicas e políticas. Com o surgimento da burguesia e das cidades e com as Grandes Navegações, houve a abertura de um mundo antes restrito a pequenos burgos, houve o contato com outros povos, culturas, formas de ver e pensar o mundo, mercadorias, produtos e matérias-primas antes nunca vistas.

O rompimento do feudalismo possibilitou o nascimento de uma burguesia sedenta em conquistas e poder que, dedicada ao comércio e às aventuras marítimas, estava disposta a viagens para pilhar e escravizar povos. O objetivo, nesse sentido, eram as vultosas conquistas de lucros estratosféricos na época. E de fato, reuniram capitais grandiosos por meio da acumulação primitiva de capital.

Longe de se restringir a isso, este capítulo mostra a criação humana de maior interesse, neste caso, a criação de um Mercado internacional – desenvolvido através da importação e exportação de produtos e matérias-primas e envolvendo tanto países quanto colônias. Duas questões se destacam: o aumento de produtos a serem consumidos (devido à descoberta de novas culturas e povos); e o estabelecimento da significação imaginária social que imperava nas relações de comércio capitalista: “riqueza”.

Logo, desenvolveram-se grandes cidades, centros comerciais, políticas para proteção do comércio, monopólios, entre outras, e as significações imaginárias sociais que lhes são consubstanciais. Todas essas mudanças evidenciam um novo tipo de homem, nunca visto antes. Os aventureiros e destemidos navegadores nos mostram tal ideia. Nesse ponto, o homem (servo ou camponês) encontra-se livre das amarras feudais e torna-se responsável pelas suas ações. Não mais encontra os cuidados dos senhores feudais, mas depara-se com a possibilidade, ou não, da mobilidade social.

Busca-se também, neste capítulo, utilizar os conceitos de Cornelius Castoriadis, para destacar aspectos do imaginário social – conjunto social da vida humana. Nesse sentido, procura-se desvendar as significações imaginárias sociais, inculcadas nos fatos históricos, pois

como se observou, elas “penetram na totalidade da vida social, encarnam em instituições particulares conferindo sentido e dinamicidade. Estas instituições e significações garantem a coesão interna de uma sociedade”, formando assim o tecido das sociedades (GABATZ, 2014, p.11).

Portanto, o interesse deste capítulo caminha no sentido de mostrar esta criação humana, o capitalismo comercial, ou seja, elementos e conceitos, formas de comércio e ideias (significações) relacionadas a este período do mercantilismo. E, também, pode-se destacar que a conjuntura criada nesta fase proporcionou condições para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Esta revolução foi um período intenso de criação humana e mais um passo importante na consolidação do capitalismo.

3.1 PORTUGAL E O CAPITALISMO PATRIMONIAL

Primeiramente, caracterizado como uma monarquia agrária – devido ao fato de que a exploração feita pelo reino era sobre as propriedades de terra –, Portugal não demorou a encontrar outra forma de rendimento para a Coroa. Faoro (2000, p.12) aponta que “as garras reais, desde cedo, se estenderam ao comércio” e “já nos meados do século XIII, estimulado pela conquista de Lisboa em 1147, o comércio marítimo mostra os sinais de seu futuro”.

Nessa época, Portugal já dispunha de trocas de produtos com a Inglaterra, França, Castela, Flandres e Andaluzia. Os produtos tais como sal, vinho, frutas, couros, azeites, o ferro, as madeiras do norte, o açúcar e as especiarias eram fornecidos por flamengos e italianos, pela Europa, formando assim um intenso tráfico internacional (FAORO, 2000, p.12). Eram dadas concessões para importar e exportar, mas cabe ressaltar que o príncipe arrecadava sua parte da renda dessas transações.

Segundo Faoro (2000, p.12), “Portugal, além disso, cobria-se de feiras, ardentes e ativas na promoção do comércio interno, já vinculado à navegação internacional”. Nesse sentido, o autor destaca a importância do comércio como fermentos do mercantilismo que iria propiciar o surgimento da indústria, posteriormente.

Nesse ponto, observa-se que Portugal estabeleceu o comércio desde cedo, tendo sido pioneiro no ramo das navegações – importação e exportação. O consumo de matérias-primas e especiarias compunha o cenário da época. O comércio antes interno e restrito se abre para o âmbito internacional, estabelecendo assim novas possibilidades de consumo.

O panorama em que se forma o Estado moderno, Segundo Faoro (2000, p.14), consiste no “Estado que se consagra a supremacia do príncipe, a unidade do reino e a submissão dos

súditos a um poder mais alto e coordenador das vontades”. Nesse sentido, o objetivo do rei era tanto o domínio da nobreza quanto do clero. Ainda de acordo com Faoro (2000, p.18) no século XV o rei se reconheceu como soberano absoluto.

Para Faoro (2000, p.25), Portugal não se estabeleceu como regime feudal, mas sim enquanto Estado patrimonial, visto que “na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio – o reino tem um dominus, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua”.

Nesse ponto, apresentam-se significações imaginárias sociais e instituições que dominam o imaginário da época, tendo destaque o Estado enquanto poder soberano exercido pelo rei, bem como a significação do comércio e da riqueza. Pode-se pensar que o conjunto da vida social será submetido a essas significações, tendo em vista a importância do comércio em gerar riquezas para o Rei e, conseqüentemente, para o Estado.

O comércio decidiu o destino do Reino, bem como o tráfico se converteu numa maneira particular de expandir suas atividades (FAORO, 2000, p.25). Nesse sentido, destaca-se a importância das grandes navegações no crescimento e fortalecimento do comércio, bem como a formação de uma nação gerada por fortes pressões e estabelecida sob o signo do Estado patrimonial.

Cabe destacar que segundo Castoriadis (1982, p.179), a importância da significação imaginária “Nação” está em sua função de identificação histórica comum que une um povo com laços fortemente reais – mas que na realidade não é tão comum assim, só é passado e, em maior parte mítico. Entretanto, o autor destaca enfaticamente que “esse imaginário da nação se revela no entanto mais sólido do que todas as realidades”⁷. E isso é de fato compreendido através do conceito das significações imaginárias.

Para Faoro (2000, p.58), a conjugação de vários fatores foi responsável pelo sucesso de Portugal no que tange às navegações. Um dos aspectos foi a geografia, pois o comércio no atlântico permitiu a troca de produtos com o Mediterrâneo, com Flandres, e em pouco tempo se expandiu para a África, França e Inglaterra (FAORO, 2000, p.58).

Outro aspecto destacado por Faoro (2000, p.58) foi a organização do estado por estamentos⁸, o que deu um elemento de unidade, energia para a obra de alargamento do mundo europeu. Faoro (2000, p.59) levanta a questão de que Portugal não se empenhou na

⁷ As duas guerras mundiais e o nacionalismo demonstram toda força desta significação.

⁸ Constitui uma forma de estratificação social com camadas sociais mais fechadas do que as classes sociais, e mais abertas do que as castas, reconhecidas por lei e geralmente ligadas ao conceito de honra.

exploração agrária, tendo em vista que a economia agrária acabava “ajustando-se aos interesses ligados ao comércio”. Encontra-se em Portugal uma economia monetária capitalista; diferentemente do caso da Europa, no qual se desenvolve o capitalismo industrial (FAORO, 2000, p.59).

Segundo o autor, as viagens de descobrimento eram cada vez mais incentivadas, tendo em vista as riquezas já encontradas – como exemplo, as orientais, as especiarias – e as possíveis que poderiam ser descobertas (FAORO, 2000, p.60). Nesse sentido, completa que “em oitenta anos – entre Ceuta⁹ e Vasco da Gama –, a mentalidade não mudou: o comércio exigia maiores lucros, maiores rendas e maiores vantagens. Comércio, note-se sempre e uma vez mais, conduzidos pelo rei, herdeiro do estado patrimonial, cercado pelo estamento, que discutia razões e objeções”.

Assim, observa-se que a significação imaginária social da “Riqueza”, foi umas das significações preponderantes para gerar atitudes e comportamentos bem como decisões importantes na vida humana. A própria palavra “descoberta” já dita o seu caráter, – descoberta de algo – de novas terras, de pedras preciosas, de ouro. O interesse era a descoberta de tudo que pudesse gerar lucro, renda ou vantagem, ou seja, riquezas.

Segundo Faoro (2000, p.60), Portugal granjeou, no século XV, o status de plataforma de expedições ultramarinas. Lisboa era a mais populosa, tornando-se, o centro de irradiação de vários comerciantes estrangeiros – ingleses, flamengos, alemães, catalões, franceses, italianos, galegos, biscainhos e aragoneses. Um ativo comércio de transportes tomou conta do país, este gerava muito lucro. Para Faoro (2000, p.61), o comércio português era composto, principalmente, por quatro produtos – o azeite, frutas, sal e vinhos – e era complementado por outros produtos, como mercadorias manufaturadas e matérias-primas importadas do norte.

Cabe ressaltar que produção é igualmente consumo, tendo em vista a necessidade de comprar matéria/produtos/artesão para a produção. Nesse sentido, além da abertura a novos produtos para consumo, ocorreu também uma expansão do mercado, ou seja, novos mercados que ofereciam novos produtos para importação (tanto para produção, quanto para consumo), bem como mais produtos para exportar. O mundo concebe, assim, novos objetos para consumo.

Para Faoro (2000, p.61), Portugal inicia sua arrancada ultramarina sobre o cais do atlântico, e destaca que,

desde muito longe, os comerciantes estrangeiros, sobretudo os italianos, gozavam, mercê de favores do soberano, de privilégios para desenvolver suas atividades,

⁹ Mãe das jornadas da África, Ásia e América (FAORO, 2000, p.61).

sediadas em Lisboa. Estas garantias, “cartas de segurança” ou “carta de segurança real”, atribuíam ao seu titular a certeza “de que coisa alguma lhe seria tomada ou penhorada de suas mercadorias, ouro e prata, e não seria posto embargo nem exercida represália sobre elas; ainda que el-rei houvesse guerra com a terra de sua naturalidade”.

Dessa forma, Portugal escoava seus produtos para outras nações e, concomitantemente, estabelecia seu comércio nas mesmas. Faoro (2000, p.61) destaca que “concentrava-se em Portugal o centro das transações mundiais do comércio, Bolsa da Europa, ninho das especulações de toda a sorte”.

Para Faoro (2000, p. 63), o capitalismo de estado foi caracterizado dessa forma, ante a conquista de Celta, as cruzadas (que não eram missionárias), e muitas expedições ultramarinas. A religião no século XV, em Portugal, era vista como uma causa nacional, bem como da independência, sendo uma missão de reino. Nesse sentido, além de ligar o homem à Deus, ligava também à pátria (FAORO, 2000, p.63).

Assim, o empreendimento era vinculado à burguesia cosmopolita e à nobreza. Mais do que uma obra restrita a uma classe, o capitalismo de estado foi uma manifestação, visto que “senhores territoriais, comerciantes, letrados, todos se congregam sob um comando superior, representado por um corpo dirigente, que recruta os membros de toda a parte, sem guardar o caráter de mandatário” (FAORO, 2000, p.63).

Nota-se o caráter fortemente estabelecido das significações imaginárias sociais, já nesta fase, na formação de indivíduos, com um sentido determinado. Segundo Castoriadis (1982, p.362), só pode haver o capitalismo se capitalistas forem sendo produzidos cotidianamente, pelo funcionamento social, “exatamente onde este funcionamento produzia, há apenas um século, semifeudais e camponeses”. A sociedade produz um tipo específico de indivíduos de acordo com suas significações e instituições.

Ainda aqui, deve-se observar que o comércio da época, era baseado em expedições ultramarinas. Estas expedições traziam volumosos lucros – adiante. O objetivo nessa perspectiva era o fator econômico/financeiro tanto quanto de aventuras e conquistas. Pode-se inferir que o interesse econômico voltado para o lucro nascido neste período foi uma característica que a sociedade levou adiante até a contemporaneidade.

Nesse sentido, Faoro (2000, p.63) frisa que,

nenhuma classe, nenhum conjunto de cobiças, ou ambições, por si só, seria capaz de movimentar as naus rumo ao mar alto – nem o comércio, imperfeitamente autônomo, nem a nobreza territorial, com as garras aparadas depois da crise de 1383-85, nem o clero, de há muito subjugado. Todos colaboraram na grande arrancada, submissos, famintos de honras e de saques, ávidos de lucros ardentes de fé – todos por si sob a bandeira real, que os cobria e lhes dava cor, vida e energia. (...) Seu espírito: cruzada, rapina, pirataria, comércio, dilatação do império e da fé.

Segundo Faoro (2000, p.63), foi na era de D. Henrique que o comércio se intensificou e que ocorreu uma expansão ultramarina. Tendo como o modelo do comércio ultramarino africano, a Coroa empreendeu dois tipos de modalidades, uma a encargo do príncipe, outra por delegação régia. O autor frisa que o comércio, nesse período, era uma atividade do Estado, sendo que este poderia delegar atividades à terceiros por meio de concessões e privilégios (2000, p.63).

Faoro (2000, p.64) destaca que viagens às novas descobertas, tais como Ásia, África e América, eram roteiros abertos – mesmo sendo um monopólio inalienável da Coroa –, somente à “particulares nacionais e estrangeiros, contanto que se submetessem ao patrocínio real, com aceitação de condições impostas, todas definidas na concessão do privilégio e conversíveis, em última instância, a uma sociedade de lucros”.

A rede comercial, do tráfico ultramarino, formada na época se estendia desde a Itália até a Inglaterra. Sendo o capitalismo monárquico português caracterizado pelo monopólio régio, que se reduzia a “uma superintendência comercial, orientadora da circulação” (FAORO, 2000, p.64).

A expansão marítima, ou seja, a atividade mercantil desenvolveu-se plenamente e dominou o cenário político e econômico do reino, entretanto, este crescimento não ocasionou o capitalismo industrial. Segundo Faoro (2000, p.65), a atividade econômica girava em torno do “trato de mercadorias importadas, para a troca com outras mercadorias importadas, vindas umas da África, Ásia e América e outras dos países marítimos da Europa”.

Outra questão importante da história portuguesa é que, mesmo com a precocidade do comércio, não houve, simultaneamente, a valorização dos comerciantes. Nesse sentido, Faoro (2000, p.66) destaca que “o comércio permaneceu, depois de algum momento de expansão autônoma, subjugado pelas rédeas manipuladas da Coroa”.

Após a revolução portuguesa, a burguesia comercial continuou subjugada pela Coroa, assim, continuou “subjugada ao papel de órgão delegado ao supremo mercador, o rei em pessoa” (FAORO, 2000, p.67). Para o autor, a burguesia apenas se acomodou à dirigência do Estado maior. Faoro (2000, p.68), afirma que a causa do impedimento da emancipação da burguesia, é a ideologia do estamento, pois este impede a possibilidade de surgimento de um novo pensamento social.

Pode-se pensar que este posicionamento da burguesia se deve ao fato dela estar inserida em uma sociedade heterônoma, sendo assim, ela “encontra-se, institucionalmente estabelecida e sancionada, a representação de uma origem da instituição da sociedade posta fora da sociedade” (VIEIRA, 2010, p.87), por exemplo, nos deuses, no Rei, nas leis da

História. Dessa forma, não havia no pensamento destes burgueses – nesse momento e fato específico – nenhuma possibilidade de auto-instituição e/ou auto-alteração da sociedade.

Outro ponto importante, na história portuguesa, segundo Faoro (2000, p.68), é que o mercantilismo português estava vinculado à religião e, dessa forma, manteve o modelo do pensamento medieval. Assim, “os interesses econômicos se subordinavam à salvação da alma, verdadeiro fim da vida, entendida a atividade econômica como integrante da conduta moral, ditada pela moral teológica” (FAORO, 2000, p.67). Outra forma de instituição heterônoma que tira do indivíduo a possibilidade de estabelecer novas significações imaginárias sociais, novas formas de vida social, comportamentos e formas de agir.

O pensamento medieval resistiu no pensamento da corte, dos letrados, dos comerciantes, ao mesmo tempo das aventuras ultramarinas (FAORO, 2000, p.68). Somente no século XVIII, com a decadência do comércio ultramarino, o mercantilismo fortificou-se no pensamento português (2000, p.69). Nesse momento, surgem mercantilistas avançados que lutam contra o estado de coisas existentes – o capitalismo politicamente orientado –, tipicamente homens que passaram um bom tempo no exterior (FAORO, 2000, p.70). Isto demonstra a ruptura com o pensamento instituído – significações e instituições – antes inquestionado e uma abertura para a criação de novas formas sociais, políticas e econômicas.

Outra questão importante, foi que o pensamento científico (base da expansão capitalista industrial) de Portugal, mostra todo seu atraso. Faoro (2000, p.71) destaca, “dedicado à navegação, em nada contribuiu para a ciência náutica; voltado para as minas, não se conhece nenhuma contribuição na lavra e na usinagem dos metais”.

Em último aspecto, a supremacia definitiva do rei se fez presente, também, na criação do direito. Este não privilegiava nem servia ao “comerciante e ao comércio, racional, calculável na sua expressão, mas ao Estado e ao estamento” (FAORO, 2000, p.75). Dessa forma, destaca-se que “a lógica das leis e das decisões estava longe da impessoalidade e da igualdade de valores, senão que sofria o arbítrio do príncipe, que alterava o regime jurídico de acordo com sua conveniência, sem se prender às resistências dos interessados”.

Logo, na caracterização do mercantilismo português, percebe-se uma estrutura na qual a interferência do Estado/Nação é predominante. Acentua-se ainda, a forma interventora e diretora com que o Estado manda na atividade econômica. Um fator importante, nesse sentido, é a constatação do capitalismo desenvolvido em Portugal, este difere do capitalismo na Inglaterra e outros países europeus. No caso de Portugal, a economia comercial não ocasionou o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Os fatores importantes aqui apresentados correspondem a determinadas características quanto ao surgimento de um mercado¹⁰ grande e forte e, principalmente, o pensamento dominado por significações imaginárias sociais, tais como, a riqueza, o lucro, e a exploração. Nesse período, pode-se inferir que o consumo é transformado em suas formas antes restritas do feudalismo, permitindo o surgimento de novas mercadorias (antes nunca vistas e imaginadas).

Tendo em vista os pontos destacados, agora cabe prosseguir na compreensão de um tipo diferente de mercantilismo – o mercantilismo comercial. Assim, o próximo subitem trata de analisar o mercantilismo na Inglaterra e suas consequências.

3.2 INGLATERRA/EUROPA E O CAPITALISMO DE MERCADO

Segundo Vilar (2006, p.39), somente a partir do século XI, o grande comércio tornara-se difundido. O crescimento da produção ocorre junto ao aumento de oficinas urbanas de fabricação de objetos de uso. Para Vilar (2006, p.39) esta questão foi importante, pois caminhava em direção à especulação e a diferenciação cidade-campo.

Entretanto Dobb (1987, p.49), afirma que o crescimento do comércio e dos mercados urbanos “foi uma característica do século XIII, quando a reação feudal estava ocorrendo e não do século XII, quando se encontra a tendência à comutação”. Reação no sentido de um aumento de prestações de serviço e uma intensificação da pressão sobre o campesinato, exploração (DOBB, 1987, p.49). Para Dobb (1987, p.46), o revivescimento do comércio na Europa ocidental depois de 1100, acarretou na concepção da comunidade comercial e do comerciante, logo, também, no crescimento da troca e de circulação de dinheiro.

O crescimento do mercado produziu severos efeitos de desintegração do sistema feudal. Dobb (1987, p.79) destaca um importante fato, o surgimento das cidades “como organizações corporativas, ao passarem a possuir independência econômica e política em diversos graus”, também influenciaram grandemente a desintegração do antigo sistema. Isto porque gerou um escoamento em massa de camponeses que fugiam da exploração feudal e do declínio da agricultura.

Aqui, pode-se observar a característica marcante da criação no imaginário social. A desintegração da sociedade feudal mostra que, da tensão entre a sociedade instituída e a sociedade instituinte, emerge a capacidade fundamental do imaginário radical e social –

¹⁰ A criação do mercado no domínio humano será aprofundado no subitem 3.5 deste capítulo.

potência de criação –, a criação de novas formas, de novas significações imaginárias e instituições.

Para Vilar (2006, p.39), a revolução comunal – o acelerado surgimento de cidades livres – teve um alcance limitado porque não mudou completamente o sistema e as relações de produção da maioria da população. Sendo assim, a maioria dos camponeses continuou como camponeses. Segundo a autora, “no interior das cidades, os nobres (que por vezes aí habitam), os mercadores, as corporações artesanais, disputam o poder municipal, eliminam-se reciprocamente ou firmam compromissos” (VILAR, 2006, p.39).

No século XV, o modo de produção praticado, inicialmente, nas cidades, era o artesanato urbano, considerado “uma forma de produção mercantil simples, de um tipo sem classes, camponês, onde os instrumentos utilizados eram de propriedade dos artesãos” (DOBB, 1987, p.80). Nas oficinas urbanas, os artesãos trabalhavam na fabricação de objetos. Esta mudança na produção acarretou em uma mudança no consumo. O que antes era feito em “casa” ou no domínio do senhor feudal, agora poderia ser comprado pronto.

Com a liberdade das comunas, houve a possibilidade de controle econômico para regulamentação das relações comerciais com o campo “de forma a transferir para si o lucro desse comércio, que de outra forma caberia ao príncipe, senhor ou abbé do lugar” (DOBB, 1987, p.81). Assim, começa a surgir uma diferenciação dentro da própria classe da burguesia nascente, nas comunidades urbanas, o que permite o nascimento de uma oligarquia comercial dentro das guildas e do governo da cidade.

Segundo Dobb (1987, p.90), “o ponto crítico econômico estava evidentemente nas vantagens que o controle do mercado local podia oferecer – vantagens não tanto da cobrança de pedágios e taxas diversas, mas da capacidade de controlar os regulamentos do mercado para influenciar as condições de comércio em vantagem própria”.

O que se segue, neste período, é uma longa história de regulamentações e monopólios. Dobb (1987, p.90) afirma que

parece provável, no entanto, que a iniciativa na luta pela independência urbana tenha vindo inicialmente daqueles elementos menos sujeitos a dominação feudal, porque eram mercadores atraídos ao lugar vindos de fora, ou, desde o início, achavam-se dotados de uma posição privilegiada por alguma concessão ou patente especial. Tais elementos estariam inclinados a situar-se incomodamente no corpo da economia feudal precisamente porque, embora a posse de terra dentro do burgo fosse geralmente condição de cidadania, sua fonte de subsistência consistia essencialmente no comércio – fazendo mercadorias para venda, ou agindo simplesmente como intermediários ambulantes. Foram eles os que mais provavelmente formaram, em data bem recuada, uma hansa ou guilda entre si – uma guilda mercantil, como veio a ser chamada, e vieram a lutar pelo direito dessa guilda, ou do governo da cidade que a guilda de fato dominava, controlar o artesanato e o mercado locais em seu próprio proveito.

Apresenta-se aqui uma questão muito interessante. Quando Dobb afirma a existência de “elementos menos sujeitos a dominação feudal” e justifica esse posicionamento desses indivíduos apenas por serem “mercadores estrangeiros” ou portarem posição “privilegiada”, observa-se a lacuna deixada pela consideração apenas da dimensão conídica. No que se refere às significações imaginárias sociais, pode-se inferir que eles são menos submissos devido à sua capacidade de questionar o instituído, bem como pensar novas formas de instituição. Sendo uma criação deles as Hansas e Guildas mercantis.

A cidadania burguesa, Segundo Dobb (1987, p.94), estava ligada a posse de terras ou casas dentro das cidades. O surgimento de uma classe privilegiada que se separou do modo de produção simples da época e se dedicou exclusivamente ao comércio atacadista, marcou o começo da burguesia (DOBB, 1987, p.94). Nesse caso, “num mercado mais amplo e crescente, estavam ricas oportunidades de ganho, que ultrapassava em muito a modesta subsistência de um artesão que trabalhava” (DOBB, 1987, p. 94). E já em tempos recuados, houve uma diferenciação entre burgueses inferiores e burgueses ricos.

Dobb (1987, p.96), ao questionar a riqueza e acumulação da burguesia urbana dos séculos XIV e XV, afirma que a expansão do comércio marítimo aumentou o padrão de comunidades antes isoladas e presas a um mercado interno. Entretanto, o que realmente justifica as enormes quantias de fortunas e acumulações da classe mercantil desse período é que “parte do comércio naqueles tempos, especialmente o exterior, consistia na exploração de alguma vantagem política ou em pilhagem quase declarada” (DOBB, 1987, p.96).

A segunda questão apontada por Dobb (1987, p.96), que justifica o despontar dessa classe mercantil, é que ao unirem-se em corporações fechadas (Guilda mercantil, guilda artesanal ou Hansas), estes adquiriram “prontamente poderes de monopólio que protegiam suas fileiras da concorrência e serviam para transformar as relações de troca em sua própria vantagem, em seus negócios com produtor e consumidor”.

Esta forma de acumulação do capital mercantil que está na base do mercantilismo, segundo Dobb (1987, p.97) pode ser chamada de acumulação primitiva. Nesse sentido, a fonte de lucro primordial era o lucro obtido através da compra e venda – comprar barato e vender caro –, não há troca de equivalentes. Segundo o autor (1987, p.97),

foi precisamente a falta de desenvolvimento do mercado – a incapacidade dos produtores para efetuar uma troca de seus produtos em escala mais do que regional – o que deu ao capital mercantil sua oportunidade magna. Foi a separação entre matéria-prima e o artesão, e entre este e o consumidor nesse período, além do fato de que os recursos em mãos do produtor eram tão escassos e de que sua escassez estreitava tanto seu horizonte no espaço e tempo, o que formou a fonte de lucro comercial.

Importante questão se mostra nesse caso, pois destaca o interesse comercial voltado para o lucro. Nas negociações, ressalta-se a importância da significação imaginária social do lucro – fala-se aqui do lucro, mas não há dúvidas de que há uma rede de significações que sustentam o comércio e as negociações. Pode-se pensar, dessa forma, que esta é uma das significações do imaginário mercantilista, sendo que em função dela há o surgimento de comportamentos específicos no que se refere ao comércio. Como exemplo, pode-se pensar na criação de regulamentações e monopólios para garantir, além de outras coisas – domínio, poder, expansão, entre outros. – o lucro.

Nesse sentido, as regulamentações continuavam ocorrendo a favor dos que comerciavam, assim, o monopólio estava instituído na vida econômica desse período histórico. Dobb (1987, p.97) ressalta que estes grandes ganhos comerciais permitiram o fortalecimento da prática da usura, sendo explorada a possibilidade de aumentar esse capital por meio dela. Mais uma vez, tem-se a significação imaginária social do lucro. O interesse na prática da usura era que o dinheiro podia gerar dinheiro, entre outras questões. Não iremos aprofundar neste assunto em razão do escopo de trabalho.

O controle exercido pela guilda mercantil e pela administração urbana, inicialmente volta-se em benefício da cidade, por meio de sua autoridade era possível regulamentar todas as atividades e transações comerciais em favor dos mercadores. Um exemplo dado por Dobb (1987, p.99) é o caso das Portarias de Southampton, que determinam que “nenhum simples habitante ou estrangeiro negociará ou comprará qualquer tipo de mercadoria que chegue à cidade antes dos burgueses da Guilda Mercantil, enquanto um membro desta estiver presente e desejar negociar ou comprar a mercadoria”.

Esta política de guildas mercantis incluía regulamentações tais como: impedir que os estrangeiros comerciassem diretamente com camponeses ou moradores das cidades; restringir a concorrência entre os próprios artesãos; detalhar questões sobre padrão de qualidades dos produtos; e até regulamentar o monopólio de algumas matérias-primas para venda exclusiva à alguns artesãos. Segundo Dobb (1987, p.101), “os açougueiros da cidade, por exemplo, às vezes só podiam vender seu sebo aos fabricantes de velas”. Nesse sentido, o monopólio era um privilégio procurado e conservado veementemente através destas regulamentações impostas pelas guildas.

Mas, o que se pode aqui pensar no que se refere às significações imaginárias sociais? Será que este fechamento diz respeito a uma forte ideia de comunidade? É certo que estes indivíduos se reúnem e se identificam entre si, estabelecendo assim, uma identidade comum, bem como um sentido comum. Pode-se inferir que as significações aqui seriam relacionadas a

um sentimento de classe dos mercadores e que estas giram em torno de seus interesses comerciais.

Segundo Dobb (1987, p.105), todas essas regulamentações mostram que, posteriormente, o interesse das políticas de guildas não estavam voltados para os interesses coletivos da cidade, mas sim, para o interesse da classe dos mercadores. Sendo assim, houve a constituição de novas organizações comerciais, esta tanto com poder de monopólios quanto, mais importante ainda, com poder político nas cidades. Assim, apresenta-se a união de duas significações/instituições: o mercado e a política. Sendo a política utilizada à favor do mercado, ou seja, do interesse dos mercadores/comerciantes.

Nesse sentido, Dobb (1987, p.108) destaca que nas cidades, quem assumiu o controle político foi a burguesia rica, assim,

no século XV, torna-se claro que o grupo controlador da cidade consistia em negociantes de fazendas e fanqueiros¹¹, e que os últimos usavam seu poder para subordinar os artesanatos empenhados na fabricação e acabamentos de tecidos e excluí-los do comércio de suas matérias-primas ou de seus produtos acabados, a não ser através dos fanqueiros.

Inicialmente, a entrada nas guildas mercantis era facilitada, sendo que mesmo artesãos poderiam fazer parte dela mediante o pagamento de uma pequena taxa. Entretanto, a partir de 1300, segundo Dobb (1987, p.107), há indícios de que as guildas passaram a excluir os artesãos da participação da mesma, elevando as taxas para entrar na guilda, visando a selecionar os membros, tornando-se assim uma organização extremamente fechada.

Tanto a Guilda artesanal quanto a guilda mercantil, no século XIV, limitou a entrada de membros, a primeira para ter menor concorrência e a segunda para manter monopólios. A primeira instituindo uma série de regulamentações e a segunda por meio do aumento absurdo nas taxas de admissão. Visando mais precisamente, diminuir a concorrência.

Dobb (1987, p.109) ressalta que os surgimentos de companhias gerais de mercadores e órgãos mais especializados de mercadores foram comuns a partir do século XIV, e, também, que o surgimento de uma oligarquia urbana, teve como consequência o domínio do capital mercantil nas cidades, sendo assim, “o poder foi monopolizado por um grupo de interesses comerciais” (DOBB, 1987, p.113).

Uma importante questão no que tange ao nascimento da burguesia mercantil e seu crescimento no seio de uma sociedade feudal, segundo Dobb (1987, p.127), são seus acordos:

Tal acordo, em parte, foi econômico – ela adquiriu terra, entrou em sociedades comerciais com a aristocracia e recebeu uma pequena nobreza e seus filhos como membros de suas principais guildas. Em parte, foi social – os matrimônios mistos

¹¹ Ricos tecelões.

entre aristocracia e burguesia e a aquisição de títulos de nobreza por membros da burguesia. Em parte, foi político – a presteza em aceitar uma coalisão política.

O capital mercantil, durante os séculos XIV e XVI, “floresceu como intermediário, cujo sucesso dependia de sua habilidade insinuante, de sua facilidade de adaptação e dos favores políticos que conseguisse” (DOBB, 1987, p.127). Assim, os interesses dos mercadores eram em grande parte o interesse dos reis, príncipes e senhores. O que importava era a submissão dos produtores, pois os mercadores só se preocupavam com o comércio, ou seja, o lucro que obteriam no processo de compra e venda de produtos.

Percebe-se, então, que este período é caracterizado pela acumulação primitiva de capital. O que se torna mais interessante, no caso, é o domínio das significações imaginárias, da “riqueza”, do “lucro”, do “acúmulo de dinheiro” (capital), do “poder”, da “expansão”. Mais adiante, pode-se inferir que estes pensamentos incutidos nos homens de seu tempo vão gerar novos comportamentos acerca do que fazer com esse capital acumulado, novas criações terão lugar na sociedade e se verá um acontecimento: a Revolução Industrial.

Isto porque, não se pode pensar unicamente uma relação causal entre acúmulo de capital e consequente Revolução Industrial, demonstrada pelos historiadores. Segundo Castoriadis (1982) há de se pensar também fora de relações causais, pois a criação histórica, enquanto domínio humano e coletivo, também se apresenta enquanto significações imaginárias sociais (criação humana).

Diante disso, cabe seguir em direção à compreensão desta acumulação e consequentemente do pensamento mercantilista.

3.3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

Para Dobb (1987, p.182), ao apontar a acumulação num sentido histórico, é necessário pensar em duas questões importantes:

[...] em primeiro lugar como uma acumulação de valores de capital – de títulos e bens acumulados inicialmente por motivos especulativos; e, em segundo lugar, como acumulação em mãos de uma classe que, em virtude de sua posição peculiar na sociedade, é finalmente capaz de transformar esses títulos de patrimônios acumulados em meios reais de produção.

A característica explicitada pelo autor não se trata apenas de uma acumulação, mas também, da transferência e consequente concentração de capital – para a classe burguesa (DOBB, 1987, p.182). Guerras e crises econômicas contribuíram para a baixa nos preços de terras no século XIV, bem como para a crise na atividade agrícola no século XV.

Sendo assim, segundo o autor, os meios de uma classe aumentar suas posses são principalmente duas: comprar propriedades com dinheiro ou bens não duráveis; e, comprar uma propriedade barata e, posteriormente, vender com um preço maior, quando o valor de mercado da propriedade subir (DOBB, 1987, p.183).

Dobb (1987, p.186) cita o comércio ultramarino como uma grande fonte de riqueza da burguesia, pois houve muita tomada de mercadorias e propriedades, pela força, ou seja, muita pilhagem. Os lucros dessas aventuras comerciais eram escandalosos. Por Exemplo, em uma viagem que custava cinco mil libras esterlinas era possível voltar com um saque avaliado entre meio e um e meio milhão de libras esterlinas; o tráfico de escravos rendia lucros de 100% a 300%; entre outros exemplos (Dobb, 1978, p.195).

Outro fator importante, citado pelo autor, para o enriquecimento da burguesia, foi a grande entrada de metais preciosos no século XVI, que ocasionou inflação e facilitou a passagem de terras para as mãos burguesas.

Dobb (1987, p.188) divide a acumulação em duas fases, a primeira de aquisição e a segunda de realização, ou seja, a transferência de riqueza burguesa para o investimento industrial. Nesse sentido, Dobb (1987, p.189) afirma:

A essência dessa acumulação primária, por isso mesmo, é vista como consentindo não simplesmente na transferência de propriedade de uma classe antiga para uma nova, mesmo que isso acarretasse uma concentração de propriedade em poucas mãos, mas na transferência do patrimônio dos pequenos proprietários para a burguesia em ascensão, e na pauperização dos primeiros.

Na Inglaterra, nos séculos XIV, XV e XVI localizamos a tendência à venda de terras, devido a crises econômicas, crise na agricultura e guerras. O endividamento por hipotecas e outras questões ocasionaram grande transferência de terras à burguesia (DOBB, 1978, p.190). Segundo autor, essa tendência também pôde ser vista na Alemanha, Holanda e França.

Segundo Dobb (1987, p.192), outra fonte de acumulação de capital – essa, bem mais prestigiosa – estava no “crescimento das instituições bancárias e no aumento dos empréstimos feitos à Coroa e a dívida estatal”. Os empréstimos eram feitos à juros altos, sendo assim, houve muito lucro devido à usura. Estes empréstimos eram feitos tanto pelos financistas aristocráticos, quanto por advogados, comerciantes e mercadores (DOBB, 1987, p.193).

Dobb (1987, p.193) destaca que, nos séculos XIV e XVI,

hipotecas, financiamentos de pequenos negócios, investimento em empréstimos públicos, anuidades, tudo lhes interessava... Era pela atividade dessa sólida burguesia e não pelos *coups* mais sensacionais dos capitalistas maiores que se efetuaría o desenvolvimento financeiro mais momentoso do meio século seguinte.

Posteriormente, percebe-se a relação do crescimento da burguesia em riqueza com o incentivo à indústria. Assim, Dobb (1978, p.199), retrata a “importância de um mercado

exportador na ampliação no campo de investimento industrial na Inglaterra, a partir de meados do século XVIII”. Nesse sentido, o aumento da riqueza da burguesia – o crescimento do comércio¹² –, bem como o crescimento da produção para exportação, é uma tendência importante para o desenvolvimento da economia industrial.

Para melhor compreender este período histórico, o próximo item abordará o pensamento mercantilista e suas principais ideias.

3.4 O PENSAMENTO MERCANTILISTA

A escola mercantilista diferencia-se da escola clássica, principalmente por sua crença fundamental. Enquanto a escola mercantilista acredita que a regulamentação econômica é a condição primordial para obter qualquer lucro no comércio – regulamentação comercial e privilégio político –, a escola clássica acredita na capacidade do mercado externo crescer concomitantemente ao progresso da indústria e da divisão do trabalho (DOBB, 1978, p.202).

Os autores econômicos anteriores ao século XVIII davam ênfase às regulamentações. Dobb (1987, p.203) ressalta que, naquela época,

era difícil para os contemporâneos descobrir qualquer fonte da qual, em condições de concorrência livre, até mesmo uma fortuna modesta pudesse formar-se. Daí não constituir surpresa nesse período que o lucro fosse encarado como fruto da especulação bem-sucedida, no sentido de tirar-se vantagens das diferenças de preço: lucro que desapareceria rapidamente se um número demasiado de pessoas estivesse em posição de participar nas transações de compra e revenda.

Assim, acreditava-se que as regulamentações eram necessárias para garantir os lucros do capital mercantil. Pode-se notar, novamente, a forte ligação entre significações tais como “lucro”, “especulação bem-sucedida”, “tirar vantagens” e “supressão da concorrência”. Estas significações imaginárias destacavam-se nas relações comerciais. Tendo em vista que o mundo social é “cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações”, ressalta-se que este mundo fabricava indivíduos sociais de determinado tipo em função dessas significações (CASTORIADIS, 1982, p.171).

O comportamento (o agir) dos homens estava, dessa forma, voltado para uma negociação vantajosa, ou seja, o ganho. Isto pode ser estendido aos dias de hoje às relações humanas, tanto comerciais quando de qualquer tipo. O que se percebe é a atitude entre os homens de “levar vantagem” sobre o outro ou sobre qualquer situação. Nesse sentido, pode-se

¹² O comércio consiste em trocar, comprar e vender mercadorias/produtos, nesse ponto, o consumo apresenta-se tanto como compra de insumos/produtos para fabricação de mercadorias quanto na venda dessas mercadorias.

observar o valor¹³ dessa significação imaginária social nas ações humanas. Isso é um exemplo da prevalência “mais ainda, da penetração de parte a parte, em cada um de nós, daquilo que é instituído em nossa sociedade” (CASTORIADIS, 2004, p.159).

Segundo Dobb (1987, p.204), as doutrinas dos autores mercantilistas não eram homogêneas. Entretanto, algumas questões eram uniformes entre os mesmos. Como exemplo, temos no século XVII, a afirmação da positividade da atração de metais preciosos para as nações (DOBB, 1987, p.204).

Ainda no mesmo século, a preocupação geral entre os mercantilistas, como afirma Dobb (1987, p.205), foi “a criação de uma balança favorável de comércio, no sentido de uma expansão de exportações não equilibrada por um ingresso equivalente de mercadorias estrangeiras no mercado interno”. O objetivo era o aumento das exportações¹⁴, ou seja, um mercado complementar para as mercadorias. Dessa forma, o influxo de metais preciosos constituía apenas um meio para o equilíbrio comercial (DOBB, 1987, p.205).

Segundo Dobb (1987, p.206), essa política de influxo de metais preciosos acarretaria um aumento de salário e preços, entretanto, os mercantilistas “presumiam que os regulamentos do Estado poderiam e deveriam impedir que isso sucedesse”.

Toda a questão do comércio, segundo Dobb (1987, p.208), podia ser vista no pensamento explicitado por Colbert, pois este destacava que a questão reside no fato de facilitar a importação de matérias-primas para a manufatura, bem como embargar a entrada de produtos manufaturados, ou seja, investir na produção no próprio país.

Este pensamento gerou a política de colonização feita pela Inglaterra (notadamente no final do século XVII e início do século XVIII), na qual, por meio de regulamentações, as metrópoles obrigavam as colônias a comprar mercadorias da mesma – mesmo com o preço muito acima –, bem como limitar a produção de mercadorias manufaturadas para não concorrer com a metrópole (DOBB, 1987, p.208). Fato que ressalta o sentido do consumo enquanto “realização da produção”, ou seja, às colônias a produção de era limitada, pois elas deviam além de consumir as mercadorias da metrópole, não competir com ela. Evidencia-se o caráter heterônomo no que se refere ao consumo e as relações comerciais, imposto às colônias.

Esta era a antiga política de regulamentações monopolistas das guildas, agora extremamente expandidas, para os interesses de Estado. Para Dobb (1987, p.209),

¹³ Valor social, desse modo, instituído socialmente pelo coletivo anônimo no imaginário efetivo de determinada sociedade.

¹⁴ Foi justamente essa questão que forçou o aumento da produção e investimento no próprio país, aumento da manufatura, se transformando posteriormente, base para o desenvolvimento da indústria.

[...] tratava-se de uma política de monopólio semelhante àquela que, em estágio anterior, as cidades haviam adotado em suas relações com o campo circunvizinho, e que os mercadores e os mercadores-fabricantes das companhias privilegiadas tinham seguido em relação ao artesão. Era a continuação do que sempre fora o objetivo principal da política do empório.

Nesse sentido, o objetivo era submeter às colônias ao domínio das metrópoles. Mantinham-se os salários baixos para produção manufatureira não sair muito cara. As colônias deveriam ser “mantidas na qualidade de fornecedoras de produtos agrícolas baratos para o benefício da crescente indústria da economia metropolitana” (DOBB, 1987, p.210). Segundo o autor, o comércio colonial era tão explorado, que podia se comparar seus lucros com saques – pilhagem. Além de fornecedoras de matérias-primas, eram submetidas ao consumo heterônomo dos produtos e mercadorias das metrópoles devido à necessidade destas de escoamento da produção.

Sendo assim, o Sistema Mercantilista foi um modelo de exploração instituído pelo Estado, por meio do comércio, ou seja, uma política econômica do período da acumulação primitiva. Dobb (1987, p.212) afirma que essa prática para com as colônias “era considerado tão importante em sua própria época que, em algumas obras mercantilistas, encontramos uma inclinação a tratar o ganho auferido no comércio exterior como a forma única de excedente e, portanto, a fonte única de acumulação e de renda estatal”.

Assim, pode-se inferir que significação imaginária social “exploração” estabelece uma rede simbólica com a significação da “vantagem” e ambas encontram-se ligadas a outras significações imaginárias, como “lucro”, “renda” e, preponderantemente, acumulação de “riqueza”. Isto demonstra uma parte do imaginário social da época, ou seja, significações e instituições cristalizadas que “asseguram a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens¹⁵” (Castoriadis, 2004, p.130). Por meio dele podemos compreender as atitudes e ações dos homens dessa época.

Segundo Dobb (1987, p.212), o pensamento de Davenant era o corrente, pois residia no fato de que o comércio interno não **enriquecia** a nação – visto que o dinheiro só mudaria de mãos dentro da mesma –, mas o comércio externo teria a capacidade de aumentar a riqueza dela. Significação sempre presente no pensamento desta sociedade específica, fonte de preocupação dos países.

Outro fator exposto pelos autores mercantilistas era a modificação das condições comerciais visando à própria vantagem. Nesse caso, estes não viam problemas em “modelar o

¹⁵ Esta cristalização permanece até que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha a transformar e substituir estas significações e instituições.

mercado conforme o interesse próprio”. Este por fim, era o objetivo “natural da política comercial” e preocupação primeira desses autores (DOBB, 1987, p.213). Nesse caso, nota-se a criação de uma determinada mente – que antes não existia – voltada para uma significação central a riqueza, que estabelece, conseqüentemente, relação com uma série de significações, como se observou.

A partir do século XVII, houve uma mudança no pensamento mercantilista, perdeu-se a ênfase de que a abundância de tesouro era um fator desejado por si mesmo. Isto porque, segundo Dobb (1978, p.216), “agora que passara a fase em que a acumulação burguesa tomara a forma de entesouramento de dinheiro ou de metais preciosos, ou de compra de terras, e a afeição continuada a esses antigos objetos de acumulação”, estas práticas estavam atrapalhando o investimento industrial – que estava em voga.

Dobb (1978, p.217) destaca ainda que Davenant passou a afirmar que o ouro e a prata estão muito longe de consistir na única Riqueza (Tesouro) de uma Nação, bem como passou a destacar as vantagens em se aumentar o número de exportações e, assim, manter os preços nacionais baixos. Percebe-se, assim, a criação de novas formas e de novos conteúdos com a intenção de mudança – característica da articulação entre imaginário instituído e imaginário instituinte.

Importante frisar, nesse ponto, que os autores mercantilistas não são convergentes no que tange a teoria e, de certo modo, conforme Dobb (1987, p.217) são até mesmo confusos. No presente trabalho consideram-se os aspectos mais importantes do pensamento mercantilista, sendo que outros não serão abordados por falta de coerência entre os autores da época.

Como exemplo, se encontra no final do século XVII, autores que conferem ênfase às exportações – crescimento do comércio – como forma de baratear o crédito, assim como, outros afirmando que o entesouramento desvia o dinheiro do comércio e por consequência torna o crédito mais caro, e ainda, outros que afirmavam que as despesas geradas pela compra de artigos de luxo tinham o mesmo efeito do entesouramento, ou seja, tornavam o crédito mais caro para os mercadores (DOBB, 1978, p.219).

Uma característica interessante dessa época reside no fato dos autores mercantilistas fazerem parte de grandes companhias. No que tange ao caráter das exportações, nessa época, Dobb (1978, p.220), revela que o “investimento era um acessório a aventuras comerciais em vez de empreendimento independente, valorizado por si próprio, e as preocupações dos homens práticos e teóricos econômicos eram essencialmente com as relações de comércio e não com as condições de investimento no exterior”.

Dessa forma, o pensamento desses autores no final do século XVII, era de que mantendo as exportações, o investimento era feito no próprio país, pois o aumento dos mercados de exportação beneficia a criação e manutenção do emprego no país (DOBB, 1987, p.220). Isto porque, segundo Dobb (1987, p.221),

a preocupação dos autores mercantilistas fora sempre com o excedente ou produto líquido restante depois de pagos os salários da mão de obra. E um comércio colonial cuidadosamente regulamentado, servindo ao princípio de “comprar barato e vender caro”, fora encarado por eles como o principal método para aumentar esse excedente, e aumenta-lo em proporção maior do que qualquer aumento no capital envolvido. Numa era em que o investimento industrial estava pouco desenvolvido e o interesse prevalecente era o dos elementos privilegiados das companhias comerciais dotadas de cartas-patentes, o ganho de monopólio num dado movimento comercial era o foco natural de interesse e por isso a atenção se centralizava em termos favoráveis de comércio.

Entretanto, este movimento de atenção, posteriormente, é mudado para o volume de demanda de exportação, devido ao fato disso significar mais empregos na manufatura e mais investimento na indústria, sendo assim, mais excedente para os detentores das manufaturas (DOBB, 1987, p.221). Segundo o autor, até então o interesse industrial mantinha o modelo de protecionismo e regulamentação, só posteriormente, a partir de uma revolução norte-americana é que isso iria mudar¹⁶ (DOBB, 1987, p.222).

Diante do exposto, visa-se agora discutir a criação de um novo domínio social. Para tanto, recorre-se, novamente, ao pensamento de Cornelius Castoriadis, visando elucidar, alguns aspectos deste processo de criação. A criação do “mercado” apresenta-se relevante, nesse momento, pois este faz parte do imaginário efetivo da época, sendo assim, se relaciona com os fatos históricos, significações e instituições tratadas até agora. Em particular, o consumo faz parte dele, podendo ser destacado tanto em termos de produção quanto sua realização.

3.5 A CRIAÇÃO DO MERCADO NO DOMÍNIO SOCIAL-HISTÓRICO

Como podemos verificar, a transformação da vida feudal na qual o indivíduo produzia para si, foi radicalmente modificada, no que tange ao consumo, com o advento da burguesia – criou novas relações sociais, políticas e econômicas. Nesse ponto, surge um comércio voltado para o lucro, vantagens e privilégios. A criação de um mercado mundial, baseado no comércio entre as nações, rompe o fechamento da sociedade na era feudal. Este momento histórico é marcado pelo nascimento de novas formas e relações sociais.

¹⁶ Iremos aprofundar este assunto – a Revolução Industrial – no próximo capítulo.

Compete agora, compreender o que é o domínio social-histórico e associá-lo a este período de transformações ocorridas no contexto do mercantilismo. Destaca-se, ainda, a criação de um novo magma de significações imaginárias sociais – decorrentes da significação Mercado – como um dos principais elementos de coesão da realidade social neste período.

Segundo Castoriadis (1985, p.26), a sociedade é histórica – criação e destruição de formas – e o homem existe somente na sociedade e através dela. Cabe ressaltar que “a história é auto-alteração da sociedade – uma alteração cujas próprias formas são, a cada vez, criação da sociedade considerada” (CASTORIADIS, 2004, p.356). Dessa forma, cada sociedade possui uma determinada forma, particular, ou seja, é organizada e ordenada de maneira singular.

No que se refere ao mercantilismo, podemos observar que formas específicas de relações surgem a partir da criação dos burgos. Enquanto, em Portugal, associa-se a burguesia à criação de uma nação forte, dedicada ao capitalismo patrimonial; na Inglaterra, nota-se claramente, a burguesia associada à criação de políticas voltadas para o capitalismo comercial.

Uma questão importante, nesse sentido, é que a dimensão histórica de cada sociedade pode ser transformada, pois existe a possibilidade de criação¹⁷. Esta criação, no que concerne ao âmbito social, pode ser “expressa como alteração da ordem social dada e possivelmente tendente a terminar (de maneira súbita ou não) a “velha ordem” e a estabelecer uma nova” (CASTORIADIS, 1985, p.26). Positivamente, ocorreu a criação do mercantilismo, assim como sua destruição, e a criação, posteriormente, de uma “nova” sociedade – a industrial. Assim, percebe-se que a criação é incessante na história das sociedades.

Nesse sentido, quando uma sociedade é transformada radicalmente, ou destruída, o que desaparece é “todo o mundo das significações, dos afetos e das intenções – das significações imaginárias sociais – criado por essas sociedades e que as mantinha coesas” (CASTORIADIS, 2004, p.358). Assim, entende-se o movimento de destruição e criação no domínio social-histórico. Sendo que, como haverá de se notar, na história, algumas significações surgem e não desaparecem com seu desenvolvimento.

Para Castoriadis (1985, p.28), o que mantém uma sociedade coesa é o conjunto complexo de suas instituições sociais: normas, valores, regras, leis, língua, instrumentos, métodos e, principalmente, o tipo particular de indivíduo fabricado por esta sociedade.

¹⁷ Castoriadis define criação como fazer-se de uma forma que não estava lá – criação *ex nihilo*, ou seja, a criação de novas formas de ser; não quer dizer, *in nihilo* [fora do tempo], ainda menos *cum nihilo*, com nada.

Nesta perspectiva, pode-se pensar sobre um dos elementos de coesão do mercantilismo, este estabelece/institui um princípio unificador da realidade social instituindo, assim, um magma¹⁸ de significações imaginárias sociais. Segundo Castoriadis (1985, p.30), a fonte desse magma de significações encontra-se em todo conhecimento elaborado em sociedade, tanto teóricos quanto práticos, que organizam a vida, bem como em todos os sujeitos, indivíduos e grupos, que agem no processo de socialização.

Este magma de significações imaginárias no mercantilismo é constituído por significações tais como: a riqueza, o lucro, o mercado, a balança comercial favorável, a burguesia, as guildas, a vantagem, as cidades, a política enquanto forma de promover o benefício de alguns – monopólios e acordos –, o consumo de novas mercadorias, entre outras. Importante frisar que, nesse ponto, o “Mercado” sai da esfera interna e restrita da época feudal, para uma expansão e crescimento sem precedentes.

Segundo Castoriadis (1982, p.179), estas significações articulam-se entre si e são importantes, pois, por meio delas,

cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e finalmente uma certa “ordem do mundo”.

Nesse período mercantilista, pode-se notar a importância da união entre as significações “mercado” e “política”. Isto devido à formação de grupos reunidos por interesses comuns (econômicos) no que se refere ao comércio, visto que a política foi utilizada para regulamentar o mercado em busca de manter o poder e o privilégio dos mercadores/comerciantes. Outro fato de relevância foi que o surgimento de um Mercado tanto nacional quanto internacional promoveu o crescimento da produção e do consumo.

Dessa forma, Castoriadis (1985, p.30) destaca que cada sociedade, ao estabelecer seu próprio mundo, suas relações sociais, políticas e econômicas, institui o que é relevante, o que não é, qual é o peso ou valor das coisas, o que é insignificante. É a sociedade, por meio do coletivo anônimo, que institui o que existe, o que é significativo, o que tem valor.

O social-histórico, segundo Castoriadis (1985, p.35), “não somente cria, de uma vez por todas, um novo tipo ontológico de ordem, característico do genus “sociedade”. Este tipo é, cada vez, “materializado” através de formas diferentes, cada uma das quais incorpora uma criação, um novo eidos da sociedade”.

¹⁸ Segundo Castoriadis, magma é uma imensa e complexa teia de significados que permeiam, orientam e dirigem toda a vida da sociedade considerada, bem como os indivíduos propriamente ditos que constituem o corpo dessa sociedade.

Desse modo, a criação não se acerta com a ideia de um tipo de sociedade ser gerada a partir de outra, como um desenvolvimento natural, uma evolução. O que o autor frisa é que esta criação é fruto do “imaginário social, da sociedade instituinte” e não da sociedade instituída, assim, este é o modo de ser do social-histórico (CASTORIADIS, 1985, p.35). Trata-se da capacidade, da potencialidade de criação dos homens, a possibilidade de criação constante de novas formas a partir do nada, criação ex-nihilo.

Sendo assim, as novas formas social-históricas surgem através da criação política efetiva. Por exemplo, temos a ruptura do feudalismo e a criação de novas formas sociais, políticas e econômicas – o mercantilismo, e suas novas relações de comércio, trabalho e consumo. Posteriormente, temos a ruptura do mercantilismo e a criação da modernidade e todo o seu conjunto de significações, uma forma completamente diferente de interpretação do mundo.

Como observamos, o mercantilismo foi um período de intensa criação de formas e significados tanto sociais, quanto econômicos e políticos. Segundo Castoriadis (1985, p.38-9), quando a “protoburguesia começa a emergir dentro da estrutura geral da sociedade feudal (séculos 12 e 13)”, este fato “é, bem do início, um portador de uma (nova) ordem e de (novas) significações e existe somente pelo fato de ser tal portador”. É através desse movimento que se pode observar a característica de alto-alteração no domínio social-histórico.

Após este breve olhar sob a criação no domínio social-histórico, deve-se agora se voltar para a constituição de alguns aspectos da psique nesse período. Nesse seguimento, visa-se destacar a formação da subjetividade (enquanto processo realizado através das condições objetivas do mundo social-histórico, ou seja, da socialização) ao longo das transformações e mudanças ocorridas no mercantilismo.

3.6 PSIQUE: O INDIVÍDUO NO MERCANTILISMO

Segundo Figueiredo (2008, p.20), as formas de pensar e sentir as experiências não são universais, mas sim, construídas em determinada sociedade. As experiências de subjetivação privatizadas ocorrem mais em situações de crises sociais, ou seja, “quando há uma desagregação de velhas tradições e uma proliferação de novas alternativas”, novas formas sociais, que colocam em questão a intimidade do sujeito, sentimentos, crenças, valores, entre outros (FIGUEIREDO, 2008, p.21).

A construção de referências oferece ao indivíduo a possibilidade da experiência da subjetividade privatizada (FIGUEIREDO, 2008, p.21). É através das várias transformações e

mudanças pelas quais os indivíduos passam em sociedade, que se origina sua experiência subjetiva.

Segundo Figueiredo (2008, p.24), o período histórico da Renascença até a Idade Moderna, foi o período em que surge a subjetividade privatizada. O autor destaca que, “no Renascimento teria surgido uma experiência de perda de referências. A falência do mundo medieval e a abertura do Ocidente ao restante do mundo teriam lançado o homem europeu numa condição de desamparo” (FIGUEIREDO, 2008, p.25). O período do mercantilismo foi um período de abertura para novos povos, culturas, línguas, mercadorias/produtos.

Este desamparo ao qual se refere o autor, diz respeito, igualmente, à transformação ocorrida neste período, visto que a religião que antes determinava o sentido da vida do homem medieval é substituída por novas ideias – a liberdade de escolhas e a possibilidade de abertura para o mundo sem limites (FIGUEIREDO, 2008, p.25).

O homem que surge nesse período é “pura negatividade e possibilidade de escolha”, este deve estar aberto para decidir sobre “seu engenho, e arte, deve se preocupar, desde o momento em que nasce” (FIGUEIREDO, 2007, p.23) com todas as escolhas que pode e deve fazer. Ainda segundo Figueiredo (2007, p.24) sua liberdade depende sempre de sua consciência, que no contato com os outros, constrói sua própria identidade.

Segundo Figueiredo (2007, p.24), o tema sobre o homem livre “sem raízes, viajante e exilado, encarnam-se nas experiências da maioria das grandes figuras do século XVI”. O que se mostra é um espaço sem destino certo, uma verdadeira aventura, sem amarras e sem garantias (FIGUEIREDO, 2007, p.24), fruto das grandes aventuras e expedições marítimas.

Segundo Figueiredo (2008, p.25), o Renascimento foi, “por tudo isso, um período muito rico em variedade de formas e experiências de produção intensa de conhecimento. O contato com a diversidade das coisas, dos homens e das culturas impôs novos modos de ser”.

Nesse ponto, o homem passou a escolher o seu caminho e arcar com as consequências de suas escolhas. Assim, segundo Figueiredo (2008, p.25) houve cada vez mais uma valorização do homem. Essa característica da época ficou conhecida como antropocentrismo, o Homem estava no centro do mundo. Ainda havia a crença em Deus, porém ela mudou. “Ele foi o criador da ordem e do mundo e cabe ao Homem admirá-la, conhecendo e controlando a natureza” (FIGUEIREDO, 2008, p.26). Este pensamento foi a base para o desenvolvimento da ciência moderna.

Outra questão importante, levantada por Figueiredo (2008, p.27), neste período, foi a invenção da imprensa, a leitura individual e o lançamento de obras que tratavam sobre o “eu” do autor. Montaigne escreve nessa época um livro baseado em sua vida. Esta nova relação,

permitiu o surgimento da interioridade, bem como da valorização de cada indivíduo e sua construção (FIGUEIREDO, 2008, p.27).

No que diz respeito ao mercantilismo, Figueiredo (2008, p.41) afirma que a experiência de subjetivação é acentuada no momento em que as trocas de mercadorias ocorrem nos mercados, sendo que cada indivíduo, nesse sentido, deve descobrir no que ele é bom, em qual área irá situar sua produção. Como, por exemplo, situar-se como artesão e dominar o processo de produção; ou ainda situar-se como comerciante ardoroso por lucros; ou situar-se como um explorador, descobridor de novas terras, povos, culturas, produtos e mercadorias antes nunca vistas. Claro que tudo isto de acordo com suas possibilidades.

Com o sistema mercantil estabelecido, o comércio adentra as relações entre as pessoas. Assim, cada um pretende levar vantagem no ato de compra ou venda. Figueiredo (2008, p.42) destaca que “o mercado cria inevitavelmente a ideia de que o lucro de um pode ser o prejuízo do outro e que cada um deve defender seus próprios interesses”. Nesse sentido, é criada a experiência de que, nas relações humanas de mercado, o interesse de quem vende é, para ele, mais importante do que o interesse da sociedade (FIGUEIREDO, 2008, p.42).

Assim como a venda de produtos ocorre nesse período, outro mercado será aberto, o da força de trabalho. Nesse sentido, homens vendem sua força de trabalho em troca dos meios para sua sobrevivência. Figueiredo (2008, p.44) aponta, que esta nova relação social tem muita importância no processo de individualização. Assim, Figueiredo (2008, p.44) afirma a necessidade de compreender como se dava a relação de trabalho antes do mercantilismo:

[...] A produção era sempre diretamente social: embora pudesse haver algumas especializações entre os membros de uma família ou entre os membros de uma pequena comunidade, a existência de cada um dependia fundamentalmente de sua vinculação com o grupo. Muitos dos meios de produção podiam ser de uso comunitário, como florestas e pastagens. E aqueles meios de produção particulares eram tão rústicos que o acesso a eles não encontrava problemas.

Outra questão importante é que, além da relação de interdependência comunitária, havia a relação entre senhor e escravo, permeada pela exploração, mas também, por um acordo de proteção e defesa (FIGUEIREDO, 2008, p.44). Esta relação tende a desaparecer com o mercantilismo, pois este gera homens livres que precisam arranjar uma ocupação onde não há garantias ou proteção.

Figueiredo (2008, p.44) afirma que esta liberdade negativa, faz com que os indivíduos percam vários pontos de apoio estabelecidos no período anterior, tais como solidariedade de seu grupo, a família não é mais autossuficiente, cada indivíduo procura seu sustento isoladamente e perde a proteção que antes tinha do senhor.

A sociedade sofre uma desagregação, ou seja, destruição de significações que antes eram importantes. Os indivíduos não pensam mais comunitariamente, mas vivem como indivíduos livres produzindo ou vendendo sua força de trabalho, separadamente. Para Figueiredo (2008, p.55), esse indivíduo livre

[...] é um desamparado. Ele pode escolher (até certo ponto), mas, mesmo que a escolha seja real, ele passa a conviver com a indecisão: seu destino, pelo menos teoricamente, passa a depender dele, de sua capacidade, de sua determinação, de sua força de vontade, de sua inteligência e também, de sua esperteza, de sua arte de vencer, de passar por cima dos concorrentes, de chegar primeiro – e de sua sorte.

Assim, como é criada a possibilidade de mobilidade na escala social, de melhorar suas condições, também é possível cair na miséria, sem que ninguém se preocupe (FIGUEIREDO, 2008, p. 45). Esta realidade foi gerada a partir do momento em que se estabelece uma nova sociedade, com novas relações sociais, econômicas e políticas.

E é importante destacar que o mercantilismo abre um mundo antes fechado para os indivíduos. Com o crescimento do comércio e a transformação no modo de produção, tem-se, ao mesmo, tempo a abertura para um tipo de consumo distinto e desenvolvido pelas novidades trazidas por estes novos mundos e culturas. Ainda nessa perspectiva observa-se a criação de um pensamento voltado para a vantagem individual e pessoal.

Longe de extenuar os aspectos psicológicos desenvolvidos neste período, atentou-se para alguns deles. A destruição de significações imaginárias sociais, antes base do feudalismo, impôs ao indivíduo certo desamparo, mas também, a criação de novas significações emergiu. O mercantilismo, nesse sentido, foi se constituindo e estabelecendo novas formas sociais.

A importância desse capítulo reside no esclarecimento de várias questões sociais, políticas e econômicas desse período histórico. As significações imaginárias sociais que se destacam nessa sociedade mostram a profunda ligação entre psique e sociedade, no sentido de que ambas relacionam-se para construir e perpetuar esta última.

O que se torna evidente é a criação de uma sociedade dotada de um sentido particular, de uma “unidade e a coesão interna da imensamente complexa teia de significados que permeiam, orientam e dirigem toda a vida da sociedade considerada” (CASTORIADIS, 1985, p.29). Pode-se inferir que as significações imaginárias “riqueza”, “comércio”, “lucro”, “vantagem” entre outras se sobressaem nesta primeira fase do capitalismo.

Entretanto, como se observou, a história não é estática (é criação), bem como as significações e instituições são sujeitas ao movimento constante de destruição e criação. Dessa forma, o próximo capítulo tem como objetivo analisar a segunda fase do

desenvolvimento do capitalismo, a Revolução Industrial, bem como as significações que surgem nesse contexto.

4 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Após a discussão sobre o mercantilismo, e suas consequências, cabe agora discutir outro período importante na construção do capitalismo e de seu imaginário social. Nesse ponto constata-se a relevância em contextualizar as grandes mudanças tanto na produção, quanto no trabalho e, portanto, no consumo da sociedade.

Tendo em vista que o objetivo do estudo reside na análise da criação do capitalismo e, no processo de subjetivação heterônoma do sujeito – sobre o consumo – se faz presente a necessidade de prosseguir no entendimento da criação deste imaginário e das significações que lhes são consubstanciais, pois a Revolução Industrial transformou o modo de vida até então conhecido.

Este capítulo tenta revelar a criação de significações imaginárias sociais que formam o cerne do sistema capitalista, desenvolvendo novas formas de agir e ser, principalmente no campo do conhecimento, da ciência, da técnica, da produção e do trabalho. Assim, assistem-se ideias e concepções de produção e trabalho sendo desenvolvidas, sendo que estas transformam tanto a vida do trabalhador, quanto os meios técnicos empreendidos na produção.

Destaca-se, nesse sentido, a criação de algumas ideias importantes: a expansão da produção capitalista; a extrema importância da ciência – da razão – no imaginário social da época; a aplicação da ciência aos meios de produção – técnica, pesquisa e inovação constantes; a criação de uma produção em massa visando o consumo em massa. Pode-se inferir que esta época é, também, marcada pela ideia (significação) do aumento da produção e consumo como ápice da manifestação da razão humana.

Outra característica interessante que podemos começar a vislumbrar, por meio da discussão sobre o deslocamento que o movimento operário faz entre o polo da luta em direção ao polo da abundância, é o impacto do consumo na vida dos mesmos. Sabe-se que, neste momento, a abundância é restrita a uma parte dos operários – após a Segunda Guerra Mundial, porém, isso será ampliado mundialmente – mas suas consequências podem ser analisadas sob a ótica de um prenúncio, talvez, do impacto do consumo enquanto fator de heteronomia e enfraquecimento na luta por autonomia.

Nesse sentido, esse capítulo permite um olhar lúcido sobre a Revolução Industrial, visando à compreensão de algumas características da complexa teia de significações imaginárias sociais, na história da criação do capitalismo. De forma, a fazer sobressair

instituições e significações que formam o indivíduo social – processo de subjetivação – dessa época, bem como sua autonomia ou heteronomia.

Desse modo, parte-se agora para a análise de como ocorreu a Revolução Industrial e suas consequências.

4.1 PONTO DE PARTIDA: ALGUMAS¹⁹ CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS

Segundo Hobsbawm (2010, p.59), a Revolução Industrial teve seu ponto de partida em 1780. Nesse momento, a humanidade presenciou um fato extraordinário. Para o autor, “foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBBSAWM, 2010, p.59). Assim, ocorre tanto uma mudança radical no modo de produção quanto, igualmente, no consumo. A criação da significação de desenvolvimento das forças produtivas domina o pensamento da época.

Com uma série de transformações foi possível mudar a estrutura social e ultrapassar os limites das sociedades pré-industriais. Nesse sentido, Hobsbawm (2010, p.59) aponta que o início da Revolução Industrial pode ser datado na metade do século XVIII, mas que a maioria dos estudiosos a localiza no ano de 1780. Nesta década “todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical”, pode-se dizer que a economia voava (HOBBSAWM, 2010, p.59). O que demonstra outra significação imaginária importante, o crescimento econômico – sendo que esta significação não mais deixará de fazer parte do imaginário social capitalista.

Para Hobsbawm (2010, p.60), a Revolução Industrial não teve um princípio e um fim, pois sua essência revolucionária foi a mudança, sendo que esta tornou-se norma desde então. Pode-se destacar, nesse sentido, que esta mudança se refere, também, a uma busca constante por inovações, ‘melhoramento’ de produtos/mercadorias, novas máquinas, novos processos de produção, novas mercadorias²⁰.

Pode-se considerar essa mudança, vista como essência da Revolução Industrial, uma característica essencial do capitalismo. Segundo Pavão (2015, p.255), esta característica é a “transformação contínua e rápida no processo produtivo visando lucros maximizados e gastos

¹⁹ Devido à amplitude do tema em questão, torna-se inviável datar todas as características históricas de um período tão longo. Nesse sentido, destacaremos alguns aspectos importantes para o presente trabalho.

²⁰ Posteriormente, esta essência se transformará em outras significações: desenvolvimento, progresso, avanço científico, crescimento, racionalidade. Estas são significações concernentes ao imaginário capitalista. Isto será discutido no último capítulo.

minimizados, combinado com a aplicação da ciência em tal processo, que caracteriza decisivamente este modo de produção”.

No que se refere ao início da revolução industrial, Hobsbawm (2010, p.61), destaca que ela foi iniciada pela Grã-Bretanha, isto porque este país já estava adiantado em termos de comércio e na produção *per capita*. Foram necessários poucos refinamentos intelectuais para este início da revolução, segundo Hobsbawm (2010, p.62),

[...] sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiadeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente mais sofisticada, a máquina a vapor²¹ rotativa de James Watt (1784), necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século.

Nesta época, a Grã-Bretanha já havia elegido o objetivo da política governamental: o lucro privado e o desenvolvimento econômico, assim, todos os esforços estavam voltados para a busca científica e seus benefícios práticos (HOBBSAWM, 2010, p.63). Ou seja, os interesses estavam voltados para o desenvolvimento tecnológico e conseqüente intensificação da produção.

A agricultura já cumpria suas funções na era de industrialização com o desenvolvimento técnico. O desenvolvimento dela respondia a questões de mercado. Assim, Hobsbawm (2010, p.63), aponta três funções da agricultura: aumentar a produção e a produtividade para alimentar uma população urbana crescente; fornecer um crescente excedente de mão de obra para cidades e indústrias; fornecer mecanismo de acumulação de capital para serem utilizados nos setores mais adiantados da economia.

Nesse ponto, nota-se que a agricultura, além de fonte de alimento para as populações, era colocada numa posição de gerar lucro para investimento em outros setores. Assim, observa-se a característica da desfuncionalização. Segundo Castoriadis (2007, p.33), o exame de cada sociedade, mostra que todas elas submetem o conjunto das instituições funcionais a finalidades não “funcionais”. A agricultura é desfuncionalizada quando se elimina sua função de alimentação e é submetida às significações do capitalismo em termos de gerar capital para investimentos.

Mas, voltando à Revolução Industrial, Hobsbawm (2010, p.64) afirma que “um considerável volume de capital social elevado – o caro equipamento geral necessário para toda a economia progredir suavemente – já estava sendo criado, principalmente na construção

²¹ Depois de muito tempo, desta época, foi desenvolvida a teoria adequada das máquinas a vapor pelo francês Carnot na década de 1820 (HOBBSAWM, 2010, p.62).

de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis”.

A Revolução Industrial, no século, XVIII foi um período de expansão econômica em toda a Europa. Esta expansão foi fruto da criação de um mercado internacional, abrangendo vários países e, conseqüentemente, escoando as mercadorias. Assim, pode-se pensar que o aumento da capacidade de fabricação de novos produtos fomentou, além da expansão, o “consumo”, “mercado”, “aumento da produção”, “mercadorias”, “domínio”, “lucro”, entre outras significações imaginárias sociais investidas de valor que são criadas (ou já existiam, e são investidas de novas significações) e incorporadas ao imaginário social da época.

Neste contexto, Hobsbawm (2010, p.65-66) afirma que as bases da revolução já estavam constituídas, sendo estas: uma indústria altamente lucrativa para o fabricante e um mercado mundial amplo e monopolizado por uma nação produtora. Estas bases, de certo modo, já estavam presentes em todos os países nesse período.

O crescimento industrial deve grande parte de sua efetividade aos fabricantes de mercadorias voltadas para o consumo em massa. A produção têxtil²² é um exemplo forte, mas não único, nesse sentido. Isto porque, segundo Hobsbawm (2010, p.66), “o mercado para tais mercadorias já existia e os homens de negócios podiam ver claramente suas possibilidades de expansão”.

O sucesso britânico foi imitado e os benefícios da expansão econômica absorvida por todos, trazendo em si a expansão continuada da produção de bens, mercadorias e serviços. Para Hobsbawm (2010, p.66), “entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinaria para (processamento e transformação do) algodão e investimentos britânicos”.

A indústria algodoeira, nesse sentido, foi revolucionada, dando então um grande passo no caminho da Revolução Industrial. Segundo Hobsbawm (2010, p.67), o algodão e seus derivados conquistaram um importante mercado doméstico, pequeno, mas sua expansão rápida estava consagrada no comércio marítimo.

Hobsbawm (2010, p.67-68) afirma que o comércio colonial foi responsável pela instituição da indústria algodoeira, e também pelo comércio de escravos, estas duas mercadorias sempre estiveram juntas nesse período. As plantações das Índias Ocidentais eram as grandes fornecedoras de escravos e algodão para indústria britânica.

²² Fato que concerne a Grã-Bretanha.

Nesse sentido, devido à promessa do comércio algodoeiro de expansão rápida os empresários puderam investir em melhoramentos e adotar técnicas revolucionárias nesse ramo. Ao visar o lucro e o rápido retorno dos investimentos, de fato, tiveram lucros volumosos. Segundo Hobsbawm (2010, p.68), o comércio de algodão cresceu mais de dez vezes entre 1750 e 1769, e também, o mercado “ultramarino, e especialmente suas pobres e atrasadas “áreas subdesenvolvidas”, não só se expandia de forma fantástica de tempos em tempos, como também o fazia constantemente sem um limite aparente”.

A indústria britânica estabeleceu monopólios em determinadas áreas através de guerras e revoluções. Nesse sentido, destaca-se o “domínio” visando eliminar a competição, garantir “lucros”, escoar “mercadorias” e, principalmente “expandir”. E de fato, sua expansão foi fenomenal. Hobsbawm (2010, p.69) afirma que em 1820,

[...] a Europa, mais uma vez aberta às livres importações da Ilha, adquiriu 128 milhões de jardas de tecidos de algodão britânicos; a América, fora os Estados Unidos, a África e a Ásia adquiriram 80 milhões; mas ao redor de 1840 a Europa adquiriu 200 milhões de jardas, enquanto as áreas “subdesenvolvidas” adquiriram 529 milhões.

Dessa forma, o algodão proporcionou a possibilidade perfeita para investimentos privados e lucros altíssimos que estimulavam a aventura industrial e, de certo modo a **expansão ilimitada** tornou esta aventura uma exigência (HOBSBAWM, 2010, p.70). Outra questão importante destacada pelo autor é que os novos inventos – máquina de fiar, tear a motor, entre outros – “eram suficientemente simples e baratos e se pagavam quase que imediatamente” (HOBSBAWM, 2010, p.70).

Segundo Hobsbawm (2010, p.73), o único ramo em que predominava o modelo fabril, com emprego de maquinaria pesada, era o algodão. Inicialmente, de 1780-1815 dava-se na fiação, cardação e outras operações; posteriormente, mais ainda no processo de tecelagem. O autor destaca que as fábricas “eram, até a década de 1840, entendidas exclusivamente em termos de fábricas têxteis e predominantemente em termos de engenhos algodoeiros” (HOBSBAWM, 2010, p.73).

Entretanto, esta não era a única indústria a se propagar na época. Havia outras indústrias, porém estas empregavam um contingente menor de trabalhadores. Hobsbawm (2010, p.73) afirma: “outras mercadorias de consumo, notadamente têxteis, alimentos e bebidas, cerâmicas e outros produtos de uso doméstico” foram, dessa forma, “grandemente estimuladas pelo rápido crescimento das cidades”.

Pode-se observar que o crescimento das cidades, bem como a produção em massa, trouxe um novo aspecto na vida dos indivíduos. Agora uma série de mercadorias estava sendo

fabricada para o consumo dos cidadãos. Isto fomenta uma nova relação entre indivíduo e consumo, bem como estimula a compra do que é ‘novo’. Isto porque as necessidades humanas são ampliadas consideravelmente pela produção constante de mercadorias que insere uma nova significação imaginária dotada de valor social: a “novidade”.

Na Revolução Industrial, apesar da grande expansão da indústria algodoeira e de seu domínio na economia, Hobsbawm (2010, p.74), ressalta:

As exigências que se derivaram do algodão – mais construções e todas as atividades nas novas áreas industriais, máquinas, inovações químicas, eletrificação industrial, uma frota mercante e uma série de outras atividades – foram o suficiente para que se credite a elas uma grande proporção do crescimento econômico da Grã-Bretanha até a década de 1830.

Outra questão importante é como o algodão dominou a economia da época, sendo suas oscilações em termos de preço e produção determinantes na balança comercial nacional (HOBSBAWM, 2010, p.74). Para o autor, o progresso da indústria estava longe de ser tranquilo. Em meados de 1830 e início de 1840 “gerava grandes problemas de crescimento, para não mencionarmos a agitação revolucionária sem paralelo em qualquer outro período histórico [...]” (HOBSBAWM, 2010, p.74).

Nesse sentido, observamos a primeira crise do capitalismo britânico. Importante ressaltar que a criação do capitalismo – com a rápida e ampla expansão da industrialização – ocasionou uma série de mudanças sociais. Dessa forma, ocorreu também a criação de uma classe operária, trabalhadores das indústrias, desprovida de direitos, explorada e descontente com sua situação²³.

No que tange ao sistema capitalista, Hobsbawm (2010, p.77) afirma que a falha mais evidente do capitalismo era seu ciclo de *boom* e depressão²⁴, inerente ao sistema. Estas crises periódicas se deram na Grã-Bretanha, a partir de 1793. Entretanto, “não se acreditava que elas refletissem quaisquer dificuldades fundamentais do sistema” (HOBSBAWM, 2010, p.77).

A indústria estava, naquele momento, sob forte pressão para mecanização de seus processos, devido à necessidade de racionalizar e aumentar sua produção, tendo em vista a queda de custos por meio da diminuição de mão de obra empregada (HOBSBAWM, 2010, p.80).

Em termos de patente de inovação técnica, ressalta-se que entre 1800-1820 foram registradas 39 patentes; na década de 1820 foram 51; na década de 1830 foram 86 e na década de 1840 foram 156 patentes. Isto demonstra a intensificação da concorrência e a corrida por inovações tecnológicas que marcaram a época, além da tendência de racionalização.

²³ A questão dos trabalhadores será aprofundada neste capítulo, no subitem 4.4.

²⁴ Não iremos aprofundar a discussão desta questão por motivos de tempo e escopo do trabalho.

A indústria de mineração, também teve seu destaque nessa época de Revolução Industrial. Seu principal produto, o carvão, era a mais importante fonte de energia industrial no século XIX (HOBSBAWM, 2010, p.82). Segundo o próprio autor, em 1800, a Grã-Bretanha produziu 10 milhões de toneladas de carvão, na época o equivalente à 90% da produção mundial.

Nesse sentido, Hobsbawm (2010, p.82) afirma que esta indústria foi grande o bastante para revolucionar as indústrias de bens de capital, criando a ferrovia. Assim, o autor afirma que,

as minas não só necessitavam de máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transportes eficientes para trazer grandes quantidades de carvão no fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque. A linha férrea ou os trilhos sobre os quais corriam os carros era uma resposta óbvia; acionar estes carros por meio de máquinas era tentador; acioná-los ainda por meio de máquinas móveis não parecia muito impossível. Finalmente, os custos do transporte terrestre de grandes quantidades de mercadoria eram tão altos que provavelmente os donos de minas de carvão localizadas no interior perceberam que o uso desse meio de transporte de curta distância podia ser estendido lucrativamente por longos percursos.

Com o surgimento de um transporte ferroviário viável, eficiente e lucrativo na Inglaterra, logo, outros países aderiram a essa nova invenção (HOBSBAWM, 2010, p.83). Sendo assim, o autor retrata que as primeiras linhas férreas foram construídas nos Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica e Rússia. E, mais, tarde em outros países.

Segundo Hobsbawm (2010, p.84), o crescimento econômico foi muito grande no período de desenvolvimento das ferrovias, pois as demandas de investimentos, aço, ferro, carvão, maquinaria pesada e mão de obra proporcionaram uma profunda transformação nas indústrias de bens de capital.

Nesse ponto, o autor destaca o excedente de capital acumulado pelas classes médias, sendo necessário buscar maneiras de investir o capital acumulado. Assim, o capital encontrou nas ferrovias, “que não podiam ter sido construídas tão rapidamente e em tão grande escala sem essa torrente de capital” a solução para os “problemas econômicos do crescimento” (HOBSBAWM, 2010, p.88).

Importante notar que a construção das ferrovias, também trouxe uma nova possibilidade de transportes de pessoas e mercadorias, encurtou distâncias e abriu novos mercados aos produtos.

Diante do exposto observa-se a significação imaginária social central nesse ponto, o “crescimento econômico”, trazendo consigo um conjunto de significações como a expansão ilimitada das forças produtivas, a necessidade de investimento na industrialização, o aumento

da produção de mercadorias, bem como a instauração de uma nova significação no que tange ao consumo, à “novidade”.

Nesse ponto é importante notar que a economia vai tomando um lugar de extrema importância no imaginário social durante a Revolução Industrial. Posteriormente, ela dominara todos os âmbitos da vida humana – mas isso será discutido no próximo capítulo do presente trabalho. Agora, intenta-se destacar mais mudanças ocorridas neste período de industrialização, visto que este foi apenas o começo de mudanças profundas na organização da sociedade.

4.2 DA MECANIZAÇÃO À ELETRIFICAÇÃO

Desde o início, as inovações advindas da Revolução industrial permitiram mudanças profundas nos modos de produção. O surgimento das máquinas e o crescimento das fábricas permitiram uma importante revolução no campo da produção de mercadorias. E nesse momento, o avanço técnico e científico teve destaque, pois trabalhavam em busca de aperfeiçoamento dos meios de produção e, conseqüentemente, a expansão industrial.

Após o ponto de partida da revolução, torna-se importante compreender a mudança tecnológica – considerada como uma segunda fase da revolução industrial – com o advento da eletricidade, tanto no que tange a produção quanto a novidades em outros setores.

Segundo Dathein (2003, p.5), esta segunda revolução é marcada pelo uso da eletricidade, e também, com os avanços na área da química, nas comunicações e no uso do petróleo. Destaca-se, nesse período, o importante,

papel assumido pela ciência e pelos laboratórios de pesquisa, com desenvolvimentos aplicados à indústria elétrica e química, por exemplo. Surgiu também uma produção em massa de bens padronizados e a organização ou administração científica do trabalho, além de processos automatizados e a correia transportadora. Concomitantemente, criou-se um mercado de massas, principalmente e em primeiro lugar nos EUA, com ganhos de produtividade sendo repassados aos salários (DATHEIN, 2003, p.5).

A aplicação da ciência no desenvolvimento da técnica, segundo Pavão (2015, p.260) corresponde a uma necessidade e agilidade de transformações decorrentes das “necessidades de mercado, das relações de produção ou de maximização do lucro”. Sendo assim, as significações imaginárias sociais correspondem ao imaginário capitalista e sua necessidade de invenções e inovações para o aumento da produção – e eficiência nos modos de produção.

Com o desenvolvimento da eletricidade que poderia ser transformada em energia, som, luz, movimento e calor – muito facilmente – ocorreram várias mudanças tanto econômicas, na produção, quanto sociais (DATHEIN, 2003, p.6).

O autor cita três casos: os motores agora podem ser acoplados nas próprias máquinas; a energia pode ser transmitida a longas distâncias, sendo permitido, o acesso à eletricidade de uma grande parcela da população; e pequenas indústrias agora podem utilizar eletricidade em suas fábricas (devido a seu baixo custo), assim como as grandes indústrias (DATHEIN, 2003, p.6).

Segundo Dathein (2003, p.6), os avanços na área da eletricidade deram-se ao longo do século XIX. Nesse sentido,

em 1832, Faraday desenvolveu o dínamo, que permite converter energia mecânica em elétrica. No entanto, somente nas décadas de 1860 e 1870 desenvolveram-se geradores práticos para utilização comercial. Os dínamos foram acoplados a máquinas a vapor, rodas hidráulicas ou turbinas, o que tornaria possível o uso da eletricidade como energia para a indústria, a iluminação e o transporte.

Ainda em 1878, haveria de se dar um grande feito, com a invenção da lâmpada por Edison na América em 1878-79. Mas mais importante foi a criação de grandes estações geradoras de eletricidade (HENDERSON, 1969, p.57). Assim, Henderson (1969, p.57) afirma “a grande vantagem do gerador elétrico sobre a máquina a vapor podia agora ser claramente demonstrada. Enquanto a energia derivada de uma máquina a vapor tinha de ser usada no local, a energia produzida por um gerador elétrico podia ser usada a muitos quilômetros de distância”.

Na área da química, foram elaboradas várias descobertas que permitiram a formação das “bases das indústrias de plásticos e farmacêutica, e também permitiram grandes desenvolvimentos das indústrias de adubos, tinturas, explosivos, papel, cimento, placas fotográficas e fibras artificiais” (DATHEIN, 2003, p.5).

A área das comunicações, marca a criação do telégrafo eletromagnético em 1837-38,

sendo pela primeira vez em uso a eletricidade, e tendo a organização do tráfego de trens como primeira utilização importante. Em 1851 foi inaugurado o primeiro cabo submarino de comunicações (Canal da Mancha), e em 1866 foi inaugurado o cabo entre a Inglaterra e os Estados Unidos. O telefone foi desenvolvido em 1876 e o telégrafo sem fio em 1895. As ondas de rádio, por outro lado, foram descobertas em 1883 (DATHEIN, 2003, p.7).

Por fim, na área de energia, apresenta-se a descoberta do petróleo e sua utilização dando mais eficiência aos processos produtivos. Com isso, ocorreu uma revolução na indústria de produção de bens materiais, pois em

1850 James Young, químico escocês, desenvolveu as bases para a refinação do petróleo. Em 1859 já havia extração de petróleo a 210 metros de profundidade nos

EUA. De outra parte, surgiram os motores a combustão interna. Em 1860 o engenheiro francês Lenoir patenteou o motor a gasolina, tendo surgido também motores a gás. Em 1876 N. Otto desenvolveu o motor a quatro tempos, e em 1885 Daimler e Benz criaram o automóvel, tendo sido o primeiro carro popular construído em 1894 (DATHEIN, 2003, p.7).

A característica fundamental desta segunda fase da revolução industrial baseia-se no amplo papel da ciência na tecnologia e impulso constante às inovações e avanços, tendo em vista a profunda transformação nos modos de produção. Com a instituição fundamental da ciência e do laboratório de pesquisas entre 1790 e 1830 “a tecnologia científica tornou-se não só desejável, como também possível” (HOBSBAWM, 1986, p.161).

Nesse sentido, o autor afirma que nesse período o progresso técnico foi puramente científico,

ou seja, exigiam como mínimo indispensável para invenções originais algum conhecimento das novas evoluções no campo da ciência pura, um processo muito mais organizado de experimentação científica e de comprovação prática, para aperfeiçoamento daquelas invenções, e uma ligação cada vez mais estreita e contínua entre industriais, tecnólogos e cientistas profissionais e instituições científicas (HOBSBAWM, 1986, p.161).

Segundo Pavão (2015, p.260), “o poder da ciência (cujo significado lhe é dado pela sociedade que a constrói) expresso pelo discurso do desenvolvimento técnico é tratado como uma verdade quase absoluta. A técnica é tratada como uma entidade em-si, pura – neutra”, ela não é questionada, mas sim cristalizada no imaginário social capitalista.

Outra questão importante foi a mudança organizacional no sistema fabril que ocorreu concomitantemente ao progresso técnico científico. Segundo Hobsbawm (1986, p.162), ocorreu a divisão da produção em diversas etapas simples sendo cada etapa executada por máquina movida a energia. Este modelo permitiu o surgimento de indústrias de bens de consumo duráveis, tais como máquinas de uso pessoal.

Para o autor, “é essa evolução – parte técnica, parte organizacional – que chamamos de “produção em massa”, e que, quando a aplicação do trabalho humano ao processo real de produção é reduzida ao ponto de imperceptibilidade, damos o nome de “automação”” (HOBSBAWM, 1986, p.162).

A indústria de armamento foi o campo pioneiro, pois a produção era padronizada e a demanda, um potencial crescente. Mas também, outros produtos foram fabricados, principalmente nos Estados Unidos. Produtos tais como, a máquina de costura Singer, a máquina de escrever, a fechadura, o revólver, a metralhadora, a bicicleta. (HOBSBAWM, 1986, p.163). Foram também os Estados Unidos que adotaram a produção em massa de automóveis.

A produção teve um desenvolvimento qualitativo e quantitativo importantes. Os Estados Unidos foram pioneiros no desenvolvimento da organização sistemática da produção em massa (HOBBSAWM, 1986, p.163), permitindo, assim, através de mudanças técnicas uma maior produção de bens de consumo duráveis, mercadorias e serviços, ocasionando igualmente, um crescimento do consumo entre os indivíduos.

As mudanças técnicas continuaram impactando no que se refere a uma maior produção. Destaca-se, nesse ponto, que a constante inovação incidiu prontamente na taxa de obsolescência da maquinaria, sendo assim, diminuiu-se o tempo útil de uso das máquinas (DOBB, 1987, p.309). Posteriormente, esta obsolescência foi embutida, também, nas mercadorias e produtos, tornando o consumo mais frequente.

Neste ponto, a produção alcançou uma mudança quantitativa de crescimento na produção de mercadorias. O Estados Unidos, pioneiro nessa questão, descobriu que “o maior mercado potencial estaria nos crescentes rendimentos da massa de trabalhadores nos países economicamente desenvolvidos” (HOBBSAWM, 1986, p.164). Sendo assim, abre-se espaço para o consumo em massa, decorrente da produção em massa e necessidade de escoar as mercadorias/produtos.

Hobsbawm (1986, p.164) destaca que esse foi um período de formação de trustes²⁵, nos quais os monopólios eram medidas adotadas para garantir o escoamento da produção. Nesse momento, houve intensa criação de oligopólios – união de pequeno número de firmas de um ramo industrial, tendo em vista dominar um mercado consumidor. Está foi uma saída para a depressão de 1873, como será visto no próximo item.

Diante do que foi apresentado, constata-se que este período de grandes mudanças técnicas e científicas, estas inseriram no cotidiano dos indivíduos várias significações importantes. Primeiro, a inovação baseada no conhecimento científico e voltada para o progresso²⁶ dos modos de produção; segundo, o aumento de produtos/mercadorias; terceiro, a significação imaginária “novidade” no que se refere ao consumo em massa; quarto, a necessidade de garantir um mercado para escoar a produção e conseqüente formação de trustes; entre outras ‘novas’ formas sociais.

Diante de todas estas mudanças, um acontecimento marcante nesse período – além da constituição de uma massa de trabalhadores que a cada movimento novo da industrialização

²⁵ Na América e na Alemanha, a formação de trustes teve início na década de 1870 aproximadamente.

²⁶ Esta significação “progresso” será aprofundada no quinto capítulo devido a sua importância no imaginário capitalista.

se revoltam contra o sistema²⁷ – há de ser evidenciado ainda neste capítulo, devido à importância de suas consequências. O próximo item refere-se a depressão de 1873, a primeira crise do capitalismo.

4.3 A DEPRESSÃO DE 1873 E SUAS SAÍDAS

A depressão de 1873 foi a primeira crise do capitalismo tendo ocorrido em 1873. Posteriormente ocorreram melhoras na economia no período de 1880 e 1888, seguida novamente de uma depressão na década de 1890 (DOBB, 1987, p.300). Segundo o autor, uma série de acontecimentos causou a grande depressão, um deles seria o limite no campo dos investimentos, outra questão seria a incapacidade da procura por mercadorias aumentar de acordo com a expansão da produção (DOBB, 1987, p.302).

Para Dobb (1987, p.302), outra questão importante foi a falta de mão de obra qualificada – devido ao grande crescimento de investimento de capital e ampla expansão das máquinas em indústrias – o conseqüente aumento nos salários de 58 em 1860, para 80 em 1874.

Outra causa provável refere-se ao mercado de investimentos no exterior. Entre 1867 e 1873 foram feitos empréstimos a vários países para fomentar a indústria, a construção de ferrovias, entre outros, entretanto, a falta de pagamento das dívidas e juros ocasionou “uma paralisia abrupta do mercado para empréstimos no exterior” (DOBB, 1987, p.306).

Isto ocasionou que o investimento fosse direcionado ao próprio país, ou seja, investimento interno. O crescimento e expansão interna continuaram, entretanto, de forma lenta. Segundo o autor, no final de 1877, o investimento interno também entrou em “colapso, como ocorrera com o investimento exterior alguns anos antes” (DOBB, 1987, p.306).

O autor destaca que,

um revivescimento do investimento no país contribuiu para a curta recuperação de 1880-3, mas o aumento continuado da capacidade produtiva nesse período, conjugado à expansão anterior a 1873, serviu para exercer uma outra pressão decrescente sobre os preços e margens de lucro em meados da década de 1880 (DOBB, 1987, p.307).

Segundo Dobb (1987, p.308), a conclusão geral exposta pela Comissão Geral sobre a depressão foi a de que a superprodução é o traço mais relevante para explicá-la. Dobb (1987, p.308) destaca que esta superprodução já se apresentava a anos, estando a produção de mercadorias e a acumulação de capital em expansão há muito tempo.

²⁷ O item subsequente versará sobre a constituição da classe operária e seus desdobramentos.

Cabe ressaltar que a taxa de crescimento da população não acompanhou o ritmo de crescimento das mercadorias. Mostra-se claro que “a demanda em períodos anteriores do século, estavam afrouxando ou, pelo menos, deixando de crescer em influência conforme exigiria a imensa expansão da capacidade produtiva” (DOBB, 1987, p.308).

A depressão gerou reações por parte dos empresários e homens de negócios, cabe destacar duas saídas para tal problema. A primeira saída foi: diminuir a concorrência por meio de proteção do mercado, privilégios e “o acordo de preços e produção” (DOBB, 1987, p.310).

Como observado no item anterior, a formação de trustes e oligopólios teve seu início antes nos Estados Unidos e, também na Alemanha da década de 1870 sendo que só posteriormente, foi adotada pela Grã-Bretanha. O objetivo era unir pequeno número de firmas de um ramo industrial, tendo em vista dominar um mercado consumidor para garantir o escoamento de mercadorias para o consumo.

Para Hobsbawm (1986, p.121), a formação de grupos competidores indica, industrial e economicamente, a

fusão da rivalidade política e da econômica, fusão da iniciativa privada com o apoio governamental, já visível no incremento do protecionismo do atrito imperialista. Cada vez mais o empresariado, de uma maneira ou de outra, recorria ao estado não só para pedir carta branca como também para pedir auxílio. Surgiu uma nova dimensão na política internacional.

A segunda saída, segundo Dobb (1987, p.311), é marcada por “uma reocupação com as esferas privilegiadas do comércio exterior”. A década de 1880 foi marcada por um colonialismo – que, posteriormente, será chamado de imperialismo – tomado pela necessidade de abrir ‘novos’ mercados consumidores para escoar a produção (DOBB, 1987, p.312). Nesse sentido, um imperialismo formal compreendido como uma partilha virtual do mundo; um imperialismo semiformal de consórcios para administrar financeiramente países pobres; e um imperialismo informal do investimento estrangeiro (HOBBSAWM, 1986, p.121).

O autor retrata o cenário da época, da seguinte forma,

[...] um despertar ocorrido com simultaneidade notável entre as três principais potências industriais europeias. Durante aquela década, como acentuou Leonard Woolf, “cinco milhões de milhas quadradas em território africano contendo uma população de mais de 60 milhões de habitantes, foram tomadas e submetidas a Estados europeus. Na Ásia, durante os mesmos dez anos, a Grã-Bretanha anexou a Birmânia e submeteu a seu controle a península malaia e o Beluchistão, enquanto a França dava os primeiros passos no sentido de submeter ou esmagar a China, pela tomada de Anam e de Tonquim. Ao mesmo tempo, houve um corre-corre pelas ilhas do Pacífico entre as três grandes potências”. (DOBB, 1987, p.312).

Estas medidas foram adotadas para “criar novos mercados” consumidores, buscando garantir as margens de lucros nos mercados exteriores. Cercados por medidas imperialistas

nas tarifas, associações e monopólios, “essa preocupação nova representava um foco de interesse bem diverso e proporcionava um arranjo de estratégia econômica bem diferente” (DOBB, 1987, p.313).

Ainda no tocante às disputas por colônias, Henderson (1969, p.30) afirma que, entre 1870 e 1914, observou-se

um aumento rápido na marcha da industrialização europeia e uma aguda intensificação de interesse em novos mercados coloniais. A Grã-Bretanha e a França estenderam as suas possessões na África e no Pacífico. Em 1880, a Alemanha, a Itália e a Bélgica juntaram-se lhes na disputa por novas colônias. Bismarck assegurou certos territórios africanos para a Alemanha, embora o seu valor econômico fosse limitado. A Bélgica adquiriu uma colônia no Congo. A Itália teve de se contentar com a Líbia e parte da Somália.

Dobb (1987, p.313) ainda afirma que países tais como, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, foram afetados pela grande depressão, mas cada um a seu tempo adotou as saídas aqui apresentadas, não só estas, como também outras. Por exemplo, inicialmente os Estados Unidos adotaram o colonialismo interno, explorando novos mercados dentro do próprio país, para depois adotar o colonialismo externo - imperialismo (DOBB, 1987, p.313-314). Já na Inglaterra, o colonialismo externo foi o responsável primordial pela recuperação econômica do país.

Destaca-se que, na verdade, esta saída foi a conquista econômica de áreas do mundo ainda não exploradas. E, também, outro fator importante neste período da era da depressão foi o surgimento dos partidos proletários socialistas, principalmente os marxistas (HOBSBAWM, 1986, p.120).

Depois da apresentação de mudanças significativas, tanto econômicas quanto políticas no contexto da industrialização, deve-se partir para a apreciação da classe operária. Nesse segmento, visa-se salientar suas condições de vida, suas lutas, e desdobramentos dessa classe no desenvolvimento do capitalismo.

4.4 A CLASSE OPERÁRIA

Para Marx e Engels (1999, p.18), com o desenvolvimento da burguesia, surge o proletariado. Quanto mais há desenvolvimento dos modos de produção mais esta classe se expande. Ela é marcada pela necessidade de trabalhar, sendo que “só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 1999, p.18).

A Revolução Industrial trouxe mudanças profundas para todos os trabalhadores. Segundo Henderson (1969, p.122),

os operários nas fábricas, os mineiros nas minas de carvão, os artífices nas suas oficinas, e os camponeses na terra, tinham de se ajustar a um modo de vida inteiramente novo. Muitos entravam nas fábricas com grande relutância. Para os artífices respeitáveis, as fábricas pareciam estar a atrair operários do mais baixo estofo e tais estabelecimentos começaram a ser considerados quase como prisões ou asilos. Os males sociais das fábricas, das cidades fabris e das mineiras, e as tragédias dos trabalhadores domésticos agora desempregados estavam entre os primeiros aspectos da nova ordem que requeria a atenção dos reformadores.

Marx e Engels (1999, p.18) ainda afirmam que os operários têm agora que vender sua própria força de trabalho e, nesse sentido, tornam-se mercadorias. Os autores destacam outro aspecto dessa nova condição gerada pela mudança nos modos de produção capitalistas, além do operário se colocar a venda, este permanece à mercê das flutuações do mercado, ainda encarando um ambiente de competitividade extrema (MARX; ENGELS, 1999, p.18).

Outro aspecto importante, é que a inserção das máquinas no método de produção, bem como a divisão do trabalho estabelecida no mesmo, solapou o processo criativo e impôs um caráter automatizado ao trabalho (MARX; ENGELS, 1999, p.18). Dessa forma, tem-se uma diminuição do papel do trabalhador na produção assim “o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência” (MARX; ENGELS, 1999, p.18).

A classe trabalhadora, pobre – que representava a maioria da população – foi submetida a um novo estilo de vida devido à industrialização. No qual o caráter criativo do trabalho foi suprimido. Hobsbawm (1969, p.79) elenca uma série de efeitos sociais advindos desse período histórico. Em primeiro lugar, há uma nítida mudança em relação à mão-de obra, esta se torna assalariada, não contendo nenhuma outra fonte de renda digna. Seu único vínculo com o empregador é o salário (HOBSBAWM, 1969, p.79).

Cabe frisar, para Marx e Engels (1999, p.27), o avanço alcançado pela indústria capitalista privilegiou apenas os detentores de capital. Nesse sentido, “o operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo das condições de sua classe” (MARX; ENGELS, 1999, p.27). Assim, o proletariado estava sujeito a baixos salários, que só davam condições à sua sobrevivência.

Em segundo lugar, a forma de trabalho em uma fábrica, devido às máquinas que devem ser operadas, constrange completamente o ritmo de trabalho dos proletários. Agora, “a indústria traz consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo, e a complexa e a cuidadosamente prevista interação dos processos” (HOBSBAWM, 1969, p.79). E como os proletários tinham dificuldade em assimilar este novo ritmo de vida, era-lhes imposto todos os tipos de coerção.

Assim, segundo o autor (1969, p.79),

como os homens não assimilavam espontaneamente esses novos costumes, tinham de ser forçados – por disciplina e multas, por leis de Senhor e Servo como aquela de 1823 que os ameaçava com prisão por quebra de contrato (aos patrões cabia apenas multas) e por salários tão baixos que somente a labuta incessante e ininterrupta os fazia ganhar o suficiente para sobreviver, sem prover o dinheiro que os afastasse do trabalho por mais tempo que o necessário para comer e dormir [...].

Em terceiro lugar, Hobsbawm (1969, p.81), cita que na era industrial o trabalho passa a ser realizado nas cidades. Estas cidades eram não apenas “cobertas de fumaça e impregnadas de imundícies” como também não dispunham dos serviços públicos básicos (HOBSBAWM, 1969, p.81). Dessa forma, a distância econômica e social entre ricos e pobres era gritante. O autor ainda afirma que para os trabalhadores era uma prova “concreta de sua exclusão da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1969, p.79).

Entretanto, alguns grupos de artesãos e mecânicos apoiavam a indústria, a ciência e o progresso por serem dotados de “qualificação, perícia, independência e educação”. Estes não “viam grandes distinções entre eles próprios e aqueles membros de classes semelhantes que preferiam tornar-se empresários ou permanecer como pequenos proprietários rurais ou pequenos lojistas” (HOBSBAWM, 1969, p.84).

Hobsbawm (1986, p.86) afirma, no que tange a pobreza da classe operária e prosperidade da classe rica e média, que

no momento exato em que os pobres se viam com seus recursos esgotados – em começos e meados da década de 1840 – a classe média não tinha mais onde pôr dinheiro, investindo capitais furiosamente nas estradas de ferro e gastando até não mais poder nos suntuosos apetrechos domésticos exibidos na Grande Exposição de 1851, bem como nas construções municipais palacianas.

Sobre o consumo das classes trabalhadoras, existia pressão no sentido deles consumirem, entretanto, o pensamento corrente era de que esta classe não precisava ganhar mais do que seu nível de subsistência. Este pensamento foi transformado, por alguns teóricos que começaram “a sugerir teorias defendendo salários altos como economicamente vantajosos, e as atividades que abasteciam o mercado interno de bens de consumo – roupas e móveis por exemplo” (HOBSBAWM, 1969, p.86).

Nesse contexto, Henderson (1969, p.123) mostra que começam a surgir movimentos em busca de melhores condições de saúde e de vida, visto que

o novo sistema industrial arruinou a saúde de muitos trabalhadores. Quase todas as indústrias tinham as suas doenças características e as - suas deformidades físicas. Os oleiros, os pintores e os cortadores de arame sofriam de envenenamento pelo chumbo; os mineiros, de tuberculose, de anemia, da vista, e de deformações da espinha; os afiadores, de asma; os fiandeiros, de perturbações brônquicas; os fabricantes de fósforos, de envenenamento pelo fósforo.

Buscavam, também, por melhores condições de trabalho. Fundamentalmente, o que manteve esses movimentos juntos, mesmo “após periódicas derrotas e desintegrações, era a insatisfação universal de homens que se sentiam famintos numa sociedade podre de rica, escravizados num país que se orgulhava de sua liberdade, procurando pão e esperança e só recebendo em troca pedras e angústia” (HOBSBAWM, 1969, p.88).

Outra questão importante, segundo o autor, é a total ausência de segurança por parte do trabalhador. Quando estes trabalhadores eram dispensados – o que podia ocorrer a qualquer momento –, “nada tinham a que recorrer salvo suas economias, sua associação de amparo ou seu sindicato, seu crédito junto a lojistas locais, seus vizinhos e amigos” (HOBSBAWM, 1969, p.144). Não possuíam qualquer amparo público ou segurança no trabalho.

Segundo Hobsbawm (1986, p.144),

os trabalhadores qualificados, ou aqueles empregados pelas indústrias em expansão, desfrutavam provavelmente de alguns dos benefícios advindos da escassez de artesãos de seu ofício, salvo nas periódicas crises econômicas. Eram também beneficiados por sindicatos, associações de proteção, cooperativas e até mesmo por modestos pés-de-meia. Os não-qualificados davam-se por felizes por sobreviver e provavelmente atravessavam o pedaço vazio de cada semana penhorando e voltando a penhorar seus miseráveis pertences.

Pode-se vislumbrar a situação da massa de trabalhadores operários num contexto da Revolução Industrial. Estes eram explorados, excluídos do processo efetivo de produção, relegados à miséria, vistos apenas como força de trabalho. A importância deles residia apenas enquanto possibilidade de aumento do capital dos empresários.

Segundo Castoriadis (1982, p.99), no contexto da Revolução Industrial, deve-se destacar que a organização capitalista desde seu início é dominada por um conflito central,

os trabalhadores só aceitam pela metade e executam, por assim dizer, com uma só mão, as tarefas que lhes são atribuídas. Os trabalhadores não podem participar efetivamente da produção e não podem deixar de participar dela. A direção não pode deixar de excluir os trabalhadores da produção e ela não pode excluí-los. O conflito que disso resulta – que é ao mesmo tempo “externo”, entre dirigentes e executantes e “interiorizado”, no seio de cada executante e de cada dirigente – poderia enterrar-se e encobrir-se se a produção fosse estática e a técnica petrificada: porém a expansão econômica e a transformação tecnológica contínuas revigoram-no constantemente.

Castoriadis (1982, p.99) ressalta a importância da luta dos trabalhadores contra a conjuntura instituída pelo capitalismo. Esta luta por autonomia, pela autogestão da produção pelos operários, marca um ponto interessante na instituição da sociedade, mostrando a possibilidade de questionar as formas sociais instituídas, bem como a luta para criação de novas formas de relações tanto na indústria quanto na sociedade, a partir do interesse da

coletividade. Isso demonstra a vontade, o desejo, pela transformação da sociedade. Assim, o próximo subitem terá como tema a luta da classe operária.

4.4.1 Da luta

Segundo Castoriadis (1997, p.321), o fato mais importante a ser considerado nesse panorama, é que “a evolução da tecnologia capitalista e sua aplicação na produção orientam-se numa direção bem definida: suprimir o papel humano do homem na produção, eliminar o mais possível os produtores do processo de produção”. O primeiro movimento dos trabalhadores, cabe ressaltar, se colocou contra a inserção de máquinas na produção, pois estas tiravam o trabalho dos operários. Dessa forma, Max e Engels (1999, p.20), destacam que a princípio as lutas operárias são isoladas, mas, posteriormente, os operários de diferentes indústrias e ramos se unem contra a burguesia e o novo sistema industrial.

Marx e Engels (1999, p.20) afirmam que, inicialmente, os operários atacam os instrumentos de produção, ou seja, a maquinaria, também “destroem mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência” e queimam fábricas. Estes operários fazem assim, a primeira ação contra a industrialização e sua própria exploração – movimento conhecido como Ludista ou quebradores de máquinas.

Segundo Henderson (1969, p.143), para melhorar a situação, os próprios operários faziam ações em busca de garantir certa proteção, por exemplo,

formando sindicatos operários, ou por ação política e mesmo pela violência. Embora as horas de trabalho fossem muitas e os salários baixos, havia os que estudavam por si, para compensar a falta de cultura escolar; os que pensavam no futuro pondo dinheiro em caixas econômicas e associações de socorros mútuos; e os que tentavam elevar o nível de vida aproveitando-se das vantagens de vários tipos de organizações cooperativas.

Estas caixas econômicas “foram criadas nos países industriais para encorajar a poupança entre os operários e protegê-los de terem de recorrer à caridade pública em caso de doença ou desemprego” (HENDERSON, 1969, p.144). Entretanto, como estes bancos eram geridos pela classe média, os operários não aderiram a tal transação; assim, os lojistas, os comerciantes e empregadas acabaram utilizando estas caixas.

Porém, o autor afirma que depois de certo tempo as caixas econômicas, “eventualmente, porém, acabaram por atrair as economias dos operários e, em 1828, mais de 14 milhões de libras tinham sido investidas em caixas econômicas. Em 1850, o número de depositantes elevava-se a mais de um milhão e em 1861 criava-se uma caixa económica do Estado, dirigida pelos Correios” (HENDERSON, 1969, p.145).

O movimento das cooperativas, igualmente, se mostrou forte aliado dos operários pela busca de entreajuda. Assim, segundo Henderson (1969, p.146), isto ocorreu devido a existência de “uma classe operária organizada, por um lado, em sindicatos operários, que a defendessem dos excessos patronais e, por outro, em agremiações cooperativas que a defendessem dos excessos dos comerciantes”. As cooperativas possuíam dividendos que eram repartidos entre seus membros.

Assim, o autor afirma que o “movimento cooperativo espalhou-se pelas regiões industriais da Inglaterra e da Escócia, e a sua popularidade deveu-se sobretudo ao pagamento de «dividendos» bem como ao método democrático de um voto para cada membro, quaisquer que fossem as suas ações, e à alta qualidade dos produtos vendidos” (HENDERSON, 1969, p.148).

O desenvolvimento do sindicalismo foi outra criação da classe operária e, decorrente de sua união. Nesse sentido, destaca-se que um operário sozinho não tinha poder para argumentar contra o patrão, mas vários operários unidos, sim. Henderson (1969, p.154), explica que

um operário fabril ou um mineiro isolado não estava mais em posição de discutir com o patrão acerca de salários ou de horas de trabalho. O poder de negociação dos operários seria fortalecido se todos os homens de uma fábrica ou de uma região combinassem apresentar ao patrão uma frente unida. Tinham existido associações de operários durante o sistema doméstico, mas assumiram maior importância quando os operários se reuniram em grandes fábricas, visto ser mais fácil a união entre os homens que trabalhavam juntos do que entre os espalhados por várias aldeias. Pela ameaça de greves, um sindicato podia assegurar melhores salários e melhorar as condições de trabalho, o que nenhum operário conseguiria individualmente.

Estes sindicatos receberam fortes repressões no início, por parte dos patrões e instituições de leis proibindo tal exercício (HENDERSON, 1969, p.154-155). No século XVIII, na Inglaterra, os sindicatos,

lutavam pela defesa dos preços tradicionais do trabalho e pela continuação das restrições habituais sobre o número de aprendizes a ser admitido. Por vezes forneciam alimentos e alojamento a membros que andavam de cidade em cidade em busca de trabalho e também ajudavam os sócios em períodos de desemprego ou doença.

Diante das dificuldades sindicais, devido a grandes e inúmeras greves – algumas falharam - e acirrada luta entre sindicalistas e operários, o movimento partiu em busca de um outro tipo de luta. Estavam, dessa forma, “voltando-se, em vez disso, para a ação política. Esperavam que a aprovação da lei de reforma parlamentar de 1832 levasse à eleição de uma Câmara de Comuns que estaria disposta a escutar os seus agravos” (HENDERSON, 1969, p.155).

Como outro tipo de luta, surge o movimento Cartista portador das primeiras exigências formais da classe trabalhadora. Esta ação política submeteu ‘A Carta do Povo’ ao parlamento Inglês. Henderson (1969, p.169) destaca que tais eram as exigências:

sufrágio universal, parlamentos anuais, votação secreta, abolição da qualificação de propriedade para os membros do Parlamento, pagamento aos membros do Parlamento, e distritos eleitorais uniformes. A Carta refletia o desapontamento dos operários [...] e exigia a democratização da Câmara dos Comuns, de modo a que os candidatos da classe trabalhadora tivessem verdadeiras oportunidades de eleição. Esperava-se que o aparecimento de um poderoso partido operário no Parlamento levasse a reformas que beneficiassem uma vasta massa da população.

Os cartistas realizavam grandes convenções para discussão das reivindicações dos operários. Em fevereiro de 1839, prepararam a petição para submeter ao parlamento, ‘A Carta do Povo’, mas esta foi negada e seus representantes foram presos (HENDERSON, 1969, p.170). Em 1840, o cartismo se dividiu em várias facções entre mais violentos, militantes, moderados e outros. Este movimento contava com greves como forma de legitimação.

Talvez o mais importante movimento operário, o socialismo, conta com a participação e construção de um manifesto – *O Manifesto Comunista* (1948) de Marx e Engels – que evidencia sua luta a favor da classe operária, bem como a instituição de um novo sistema econômico, político e social, a extinção da exploração dos operários e a igual distribuição dos bens entre as pessoas e o fim das diferenças de classes.

Assim, Henderson (1969, p.172), destaca que

em 1845, Marx e Engels encontraram-se outra vez, em Bruxelas, onde começaram a sua longa colaboração como escritores e agitadores comunistas. Usaram o Comité de Correspondência de Bruxelas como órgão para a propaganda das suas ideias, e em Outubro de 1846 Engels comunicou ao Comité de Bruxelas que tinha persuadido um pequeno grupo de socialistas alemães exilados em Paris a aceitar a sua definição de comunismo. Isto acarretava «a abolição da propriedade particular e a sua substituição por uma comunidade de bens», objetivo a ser conseguido através de uma «revolução democrática pela força».

Já no verão de 1847, houve uma conferência na qual Engels explicou o socialismo e seus princípios (HENDERSON, 1969, p.172). Seguiu-se, assim, uma série de conferências e debates sobre o socialismo e seu fim último – o comunismo. Henderson (1969, p.174) ressalta que

uma nova constituição foi aprovada, a ideologia marxista aceite, e Marx e Engels convidados para prepararem uma declaração pública relativa às finalidades do que agora se chamava a «Liga Comunista». Engels preparou um breve esboço da política da Liga em forma de catecismo, mas o Manifesto Comunista foi trabalho de Marx. No Manifesto, Marx defendia que «a história de todas as sociedades até aqui existentes é a história das lutas de classes». Denunciava os males da sociedade industrial dos seus dias e previa o triunfo dos trabalhadores sobre os opressores burgueses. Criticava formas primitivas do socialismo.

Depois disso, houve uma perseguição aos comunistas e Marx e Hegel foram para a Inglaterra, onde lá se estabeleceram. Marx dedicou-se então a escrever sua grandiosa obra *O Capital*. Começou a teorizar sobre a sociedade capitalista e o socialismo. Neste ponto, ressalta-se que não há possibilidade de aprofundar estas questões devido ao escopo do trabalho.

Este contexto do capitalismo e das lutas sociais, Segundo Castoriadis, é marcado concomitante pelo surgimento de uma nova significação imaginária social: a expansão ilimitada das forças produtivas (posteriormente, expansão ilimitada do domínio racional) criada no cerne do capitalismo (Castoriadis, 1985, p.37), bem como o ressurgimento de uma significação imaginária social: o projeto de autonomia.

A luta dos operários, desde seu início, evidencia a contestação das formas instituídas sendo levada a todos os campos da vida social: “formas políticas, formas de propriedade, organização da economia”, relações e organização do trabalho, entre outras. (TAURO, SILVA, 2007, p.7-8). O eu demonstra a vontade e o desejo pela autonomia e consequente eliminação da alienação neste contexto.

Observa-se uma “sociedade turbulenta, onde o choque entre duas significações imaginárias sociais expressava o conflito social e político” entre operários e capitalistas, trabalhadores e patões (TAURO, SILVA, 2007, p.9). Entretanto, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se percebe o obscurecimento da significação de autonomia, o enfraquecimento das lutas sociais e políticas.

Nesse sentido, observa-se que as lutas trabalhistas continuam a existir, entretanto, elas são enfraquecidas conforme a capacidade de consumir dos operários/trabalhadores é aumentada. Para Castoriadis²⁸ (2000, p.11), somente, de “1930-1975, as lutas trabalhistas continuam a existir, mas são gradativamente substituídas pela expansão do consumo”. Entretanto, nota-se, neste estudo, que essa tendência²⁹ já se mostrava antes dessa época.

Ressalta-se, neste momento que o desaparecimento do conflito social e político, no que se refere aos operários apresentam condições complexas. Segundo Castoriadis (2000, p.17-18), algumas delas são: falência das organizações tradicionais operárias por meio da burocratização das mesmas, tornando-se ferramenta do sistema capitalista; o declínio do operariado industrial com o aumento do setor de serviços, o que causa dispersão entre os

²⁸ A título de informação, para Castoriadis a partir de 1970, o declínio das lutas operárias é tão grande que se tornam quase inexistentes.

²⁹ Fala-se em tendência, pois isso não foi visto na maioria dos trabalhadores, somente em uma parte desta população.

trabalhadores; o consumismo, cada vez mais os sujeitos pensam no trabalho como forma de ter/aumentar seus rendimentos para poder consumir mais.

Devido ao escopo de nosso trabalho, trataremos da questão do consumo, enquanto sua expansão no capitalismo e condição (uma das condições) de enfraquecimento nos conflitos sociais e políticos. Diante disso, o próximo subitem versará sobre as mudanças sociais no cotidiano dos trabalhadores na sociedade capitalista.

4.4.2 A abastança

Como observamos, a Revolução Industrial trouxe severas consequências tanto sociais quanto econômicas, entre 1750 e 1850. Agora, cabe ressaltar outro tipo de mudanças, as ocorridas depois das lutas sociais – o enfraquecimento dos movimentos operários– e, principalmente, o avanço no padrão de vida social da população entre 1860 e 1914, bem como a expansão do consumo e suas consequências.

Em 1851, a população urbana ultrapassou a população rural em números. Já em 1881 esta estatística se apresentava da seguinte forma: da população britânica economicamente ativa formada por 12.800.000 pessoas, apenas 1.600.000 se dedicavam a agricultura (HOBSBAWM, 1986, p.146).

As cidades haviam mudado em suas condições de habitação e saúde, após uma profunda reforma sanitária iniciada na década de 1850. Segundo Hobsbawm (1986, p.147), “a opulência havia permitido obras municipais e, em combinação com a agitação radical, conseguiu-se salvar alguns espaços abertos e parques para o uso público”. Nesse sentido, a classe trabalhadora também era beneficiada com as melhorias ocasionadas pelas reformas municipais, devido à possibilidade de uso de locais públicos.

Segundo o autor (1986, p.147), neste período havia um “impulso comercial, ainda mais forte, no sentido de explorar o desejo insatisfeito de diversão e o conforto já pronto que os trabalhadores pobres encontravam em instituições como o *gin palace*, com seus espelhos e vidros lavrados”. Locais como este *gin palace* – bares públicos – logo se espalharam pelas cidades.

Hobsbawm (1986, p.148) destaca que, de modo geral, a vida dos britânicos melhorou nos “anos áureos”, e de forma menos geral, antes disso. O autor elenca algumas mudanças que contribuíram para esta afirmação. Primeiro, houve queda na taxa de mortalidade; segundo, houve um declínio na taxa de natalidade devido à elevação do nível de vida – mais

fácil de obter em consequência do pouco número de filhos; terceiro, principalmente, em razão do aumento dos salários.

Assim, segundo Hobsbawm (1986, p.149), houve um grande avanço no que tange ao salário e ao consumo, pois

o salário médio manteve-se quase inalterado desde 1850 até os primeiros anos da década de 1860, mas aumentou em cerca de 40% entre 1862 e 1875. Durante um ano ou dois, em fins da década de 1870, caiu um pouco, mas em meados da década de 1880 voltaram ao nível anterior e depois cresceu rapidamente. Em 1900 eram 1/3 maior do que tinham sido em 1875 e 84% maior do que em 1850.

Importante ressaltar que os trabalhadores estavam dispostos em classes distintas, por exemplo, haviam trabalhadores qualificados, não-qualificados (mais pobres e, portanto, passavam por mais dificuldades) e uma camada intermediária. Sendo diferentes os níveis de vida entre eles, os que conseguiam “aumentar seus salários monetários mais depressa do que a subida dos preços logravam melhorar suas vidas” (HOBBSAWM, 1986, p.150). O autor afirma que somente depois de 1860 pode-se notar uma melhora sensível na vida dos trabalhadores em geral.

Hobsbawm (1986, p.151), afirma que a depressão foi favorável na vida dos trabalhadores do século XIX, tendo em vista a melhoria nas condições de vida da população em geral entre os anos de 1880 e 1895. Este período é marcado pela queda nos preços dos produtos, e, também, por um mercado imenso de produtos baratos e importados. Ou seja, a expansão do consumo.

Segundo Hobsbawm (1986, p.151), os hábitos alimentares da população britânica mudaram muito. O autor relata alguns exemplos, tais como: o consumo de carne aumentou quase 1/3; o consumo de frutas, antes apenas da classe rica, passou a fazer parte do cardápio dos trabalhadores; os trabalhadores passaram a consumir geleias e a banana (além da maçã, únicas frutas frescas consumidas nas cidades) (HOBBSAWM, 1986, p.151).

A partir de 1870, surgiu a loja de peixe com batata (típica na vida do proletariado britânico), logo se espalhando pelas cidades, e mais “não só a oferta de alimentos cresceu como todo o mercado de bens de consumo para os pobres começou a se transformar com a multiplicação das lojas varejistas (sobretudo das cadeias de lojas) e da produção fabril destinada especificamente ao público proletário” (HOBBSAWM, 1986, p.151).

O autor (1986, p.152) continua a pintar o quadro geral da época, e afirma,

mais impressionante foi o desenvolvimento das lojas em cadeias, em que passaram de 10 filiais de açougues em 1880 para 2.000 em 1900, de 27 filiais de mercearias para 3.444 (na década de 1900 o crescimento tornou-se mais lento). Fato mais expressivo – pois as primeiras cadeias visavam basicamente ao mercado da classe trabalhadora – foi a expansão das lojas de roupas e calçados, subproduto do desenvolvimento da produção industrial de botas e sapatos na década de 1860 e da

fabricação industrial de roupas na década de 1880. Os calçados abriram caminho – já havia 300 lojas em cadeia em 1875, mas 25 anos depois seu número era de 2.600, metade das quais fundadas nos anos 90 [...].

E ainda, outra questão levantada pelo autor, foi que a indústria britânica – incentivada pelos Estados Unidos – iniciou a produção de bens de consumo duráveis com o valor relativamente barato, como exemplo: a máquina de costura e a bicicleta. Esse período também gerou o bonde (como transporte coletivo); o fonógrafo e o cinema estavam sendo criados e desenvolvidos; o esporte teve destaque, o futebol foi legalizado e elevado à categoria profissional; entre outros (HOBSBAWM, 1986, p.152). Esta época foi marcada como a época do entretenimento popular.

Nesse sentido, pode-se pensar na significação imaginária social da “novidade”, vários produtos e mercadorias estavam sendo criados, tanto no que se trata de alimentos, quanto de roupas e calçados, máquinas de uso pessoal, bicicletas, e outras. A partir disso, se infere, como os indivíduos antes restritos a uma pequena gama de produtos foram afetados por esta mudança. Pode-se pensar que surgem novas significações – ou a intensificação de algumas –, a comparação entre os indivíduos, a competição, a curiosidade e o interesse pelo novo, o desejo por objetos e uma infinidade de características decorrentes dessa nova relação de consumo.

Este estilo de vida da classe trabalhadora britânica perdurou sem grandes alterações até a década de 1950. Segundo Hobsbawm (1986, p.153), “não era uma vida nem muito boa nem muito rica, mas era provavelmente a primeira espécie de vida, desde a Revolução Industrial, que proporcionava um abrigo seguro para a classe trabalhadora”.

Hobsbawm (1986, p.117) destaca que, nesse período, os grandes movimentos da massa que antes mobilizavam os “trabalhadores pobres contra a classe Patronal, como o cartismo, estavam mortos”, afirmando que

a abastança – ou aquilo que homens habituados à fome consideravam conforto – havia extinguido as fogueiras e enchido as barrigas vazias. Outro fator importante, a descoberta de que o capitalismo não era uma catástrofe temporária, mas sim um sistema permanente que permitia alguma melhoria, alterara os objetivos de suas lutas.

Para Hobsbawm (1986, p.116), assim se encontrava o panorama da época

[...] minhas lastimosas impressões [escrevia um velho cartista em 1870] confirmaram-se. Em nossos bons tempos de cartismo, é verdade, os trabalhadores de Lancashire andavam esfarrapados aos milhares; e muitos deles frequentemente não tinham o que comer. Mas sua inteligência era patente onde quer que fosse. Podia-se vê-los em grupos a discutir a grande doutrina da justiça política. ... Hoje não se veem tais grupos em Lancashire. Mas pode-se escutar a conversa de trabalhadores bem vestidos, enquanto caminham de mãos nos bolsos, a respeito de sociedades e das ações que possuem nelas, ou em empresas de construção. E pode-se ver outros, como idiotas, puxando pelas coleiras pequenos galpos.

De fato, observa-se uma mudança na luta dos trabalhadores. Em 1880, reaparece certo tipo de luta socialista em meio à trabalhadores ativos. Estes transformam as lutas em sindicatos e partidos trabalhistas independentes. De acordo com Hobsbawm (1986, p.154), o ano de 1900 é marcado pela criação do Partido Trabalhista. Em 1889 e 1990 o número de associados dos sindicatos dobrou sua quantia inicial de 1.500.000. Em 1884 e 1885 o direito ao voto deu a classe influência política. Em 1914 havia 40 trabalhadores no parlamento.

Segundo Hobsbawm (1986, p.154), “pela primeira vez, as autoridades públicas e o Estado pensaram seriamente em melhorias sociais”. Assim, em 1914 já estava se pensando em mudanças trabalhistas que iriam redundar na previdência social, futuramente.

Pode-se pensar aqui o desenvolvimento do capitalismo, com o aumento da produção e mudanças políticas – em relação ao aumento de salários e a criação de uma produção em massa voltada aos operários – como umas das condições do eclipsamento nas lutas por autonomia. Uma questão importante se trata da expansão do consumo e do entretenimento, colocando no cotidiano dos operários (dos indivíduos em geral) uma inundação de “novidades”.

No que se refere ao consumo, Castoriadis (1982, p.103), afirma que o capitalismo, além de saturar a maioria das necessidades tradicionais, inventa também a “fabricação sintética de novas necessidades, a manipulação dos consumidores, o desenvolvimento de uma mentalidade de “status” e de posição social ligados ao nível de consumo”, entre outros fatos.

Para Castoriadis (2006, p.21), a criação do sistema capitalista constituiu uma sociedade específica, não só pela instituição de significações imaginárias sociais particulares, mas também, pela fusão entre dois projetos – projeto capitalista e projeto de autonomia. Nesse sentido, o resultado é a contaminação entre autonomia e capitalismo, pois estes “dividem o imaginário do progresso e a crença de que a potência material-técnica como tal é a causa ou condição decisiva da felicidade ou da emancipação humanas” (*ibid*).

Diante do exposto, o próximo subitem versará sobre as transformações no campo do planejamento e administração do trabalho e da produção ocorridas com as inovações tanto científicas e tecnológicas desenvolvidas por Taylor e Ford, no século XX.

4.5 O PLANEJAMENTO E A ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Como observamos, este período foi de intensa produção no campo do progresso técnico-científico aplicado aos modos de produção capitalistas. O presente subitem tem como

objetivo mostrar mudanças significativas nesse contexto produzidas pelas inovações de Frederick Taylor e Henry Ford.

Segundo Pavão (2015, p.260), a técnica “ocupa lugar central no e para o desenvolvimento capitalista, da mesma forma que é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção”. Nesse sentido, destaca-se a importância da ciência aplicada à produção na totalidade dessas novas formas social-históricas criadas por Taylor e Ford. Estas criações revolucionaram a organização e a administração do trabalho e da produção.

Frederick Taylor (1856-1915) destacou-se pelo desenvolvimento de princípios científicos para administração do trabalho. Segundo Pinto (2007, p.29), Taylor iniciou o contato com a rotina de uma fábrica ao empregar-se como operário aprendiz em uma metalúrgica. Através de sua experiência no cotidiano fabril, formulou sua teoria.

Segundo Pinto (2007, p.29), durante o período de trabalho na fábrica Taylor percebeu

que a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que a sua produção “real” na empresa. Verificava que, se por um lado a destreza adquirida com o tempo aumentava sua produtividade, por outro, parte desta era perdida na troca constante de operações, de ferramentas nos deslocamentos dentro do espaço fabril, etc.

Além disso, os operários desenvolviam artimanhas para controlar o tempo que trabalhavam para proteger seus salários e empregos do aumento da maquinaria. Para Taylor, havia a necessidade de aumentar a produtividade ao máximo, para gerar mais lucros e investimentos na produção e, assim, gerar mais empregos. Pinto (2007, p.30) afirma que Taylor concluiu

que se subdividisse ao extremo diferentes atividades em tarefas tão simples quanto esboços de gestos, passando então a medir a duração de cada movimento com um cronômetro, o resultado seria a determinação do tempo “real” gasto para se realizar cada operação. Entrevista-lhe a ideia de que as gerências, na posse desses resultados, estariam possibilitadas a exigir de qualquer trabalhador o cumprimento da “quantidade ideal” de trabalho diário.

Assim, Taylor desenvolveu um sistema de organização do trabalho visando à otimização da produção, com a separação e clareza das funções de administração e de produção. Pinto (2007, p.30) afirma que Taylor escreveu dois livros importantes sobre a divisão técnica do trabalho. Seus princípios de administração do trabalho foram difundidos em vários países industriais.

No que tange ao incentivo ao operário para que desempenhe seu trabalho da melhor maneira possível, Taylor apontou que a solução nesse caso era “o estabelecimento e uma divisão de responsabilidades e tarefas” unicamente desenvolvida por determinado operário

(PINTO, 2007, p.33). Esta tarefa seria extremamente rígida, “ao nível de gestos físicos, das operações intelectuais e da conduta pessoal – cujo estabelecimento prévio, através de um estudo de um planeamento e de uma definição formais”, visaria maximizar ao máximo a produção do operário (PINTO, 2007, p.34). Assim, todo seu movimento era padronizado.

Taylor (1995, p.95) postula mecanismos da administração científica do trabalho, cujos elementos são:

- 1) Estudo do tempo, com os materiais e métodos para realiza-lo corretamente; 2) Chefia numerosa e funcional e sua superioridade sobre o velho sistema do contramestre único; 3) Padronização dos instrumentos e material usados na fábrica e também de todos os movimentos do trabalhador para cada tipo de serviço; 4) Necessidade duma seção ou sala de planeamento; 5) Princípio de exceção na administração; 6) Uso da régua de cálculo e recursos semelhantes para economizar tempo; 7) Fichas de instrução para o trabalhador; 8) Ideia de tarefa na administração, associada ao alto prêmio para os que realizam toda a tarefa com sucesso; 9) Pagamento com gratificação diferencial; 10) sistema mnemônico para classificar os produtos manufaturados e ferramentas usadas etc.; 11) Sistema de rotina; 12) Novo sistema de cálculo do custo, etc.

São quatro os princípios fundamentais da administração científica do trabalho “desenvolvimento de uma verdadeira ciência; seleção científica do trabalhador; sua instrução e treinamento científico; cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores” (TAYLOR, 1995, p.95). Dessa forma, uma das preocupações de Taylor era com o desperdício, assim, seus princípios, leis e normas visavam, “sobretudo, a exploração do trabalho em seu limite máximo, daí o estudo minucioso do tempo e movimentos, sendo um dos pontos fundamentais a separação entre os momentos de planeamento e execução do trabalho” (BATISTA, 2008, p.5)

De acordo com Pinto (2007, p.36), as técnicas desenvolvidas podem ser vistas como um

sistema de organização e de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias a tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador.

Assim, é exigida do trabalhador uma atividade puramente mecânica e maçante, com o objetivo principal –senão único – de aumentar a produção a qualquer custo. O que se destaca neste sistema é que todo o planeamento e administração do trabalho ficam ao encargo da gerência ocorrendo uma agressiva divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal, entre dirigentes e executantes. Como já observado, a liberdade de gerir seu próprio trabalho é retirada dos operários. Segundo Pinto (2007, p.37), “tudo lhe será passado em forma de ordens, através de fichas de instrução, nas quais estarão contidas as quantidades, os meios e os

resultados passíveis de serem esperados pela administração, junto a um treinamento sobre como deve cumprir tais ordens”.

Outro autor importante no desenvolvimento técnico para aumento da produção foi Henry Ford (1862-1947). Ford apresentou aptidão para a mecânica muito cedo, aos 16 anos. Trabalhou em várias oficinas e dedicou-se ao estudo de motores. Segundo Pinto (2007, p.39), Ford montou seu primeiro “calhambeque” em 1894 e, teve sua primeira fábrica de carros (em sociedade com outras pessoas) em 1896, mas logo a abandonou.

Em 1903, abriu sua própria fábrica, em Detroit, o que seria futuramente a Ford Motor Company, “por muito tempo a maior fabricante mundial de veículos automotivos” (PINTO, 2007, p.40). Ford se dedicava tanto à administração da fábrica quanto à pesquisa dos veículos que fabricava. Nesse sentido, uniu dois campos, a engenharia de produção e a engenharia de processo. Isto ocasionou uma série de inovações organizacionais e tecnológicas.

Segundo Pinto (2007, p.40) a principal genialidade de Ford reside na ideia de inculcar nos indivíduos a “postura de consumidores de massa de produtos padronizados”. Pois seu principal objetivo era produzir uma quantidade enorme de automóveis tendo em vista torná-lo um objeto de consumo das massas. Sendo assim, Pinto (2007, p.41) afirma que

[...] padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionando, por sua vez pela elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais.

Pinto (2007, p.42) ainda ressalta que:

Se a divisão do trabalho de atividades entre vários trabalhadores, a elas limitadas dentro de funções específicas, já estava bastante avançada na indústria com a expansão do sistema taylorista, a novidade introduzida por Ford, com a linha de produção em série, foi a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final (como o acabamento do produto, por exemplo). Ao longo dessa linha, as diversas atividades de trabalho aplicadas à transformação das matérias-primas ou insumos, forma distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade.

Pinto (2007, p.44) coloca que a linha de montagem fordista com suas inovações em dispositivos organizacionais e tecnológicos incorporou os princípios de administração científica do trabalho taylorista, sendo o objetivo central a produção em larga escala e, conseqüente, consumo em massa.

Pinto (2007, p.45) destaca que a união desses princípios ocasionou, por um lado, a racionalização taylorista do trabalho com intensificação do trabalho humano através do controle do tempo e, também, o estabelecimento do sistema fordista de tempos, cada vez mais

apertados, impostos aos trabalhadores. Observa-se, igualmente, o declínio da criatividade no trabalho e, também, a falta de consciência do produto final, imposta pela separação cada vez maior nas etapas do processo de fabricação.

A intenção técnica do sistema taylorista/fordista é

[...] elevar a especialização das atividades de trabalho a um nível de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina”, repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto.

Diante disso, observa-se com a criação da técnica no domínio social-histórico, uma série de atitudes, orientações e valores importantes por mudar as relações dentro – e fora – da organização industrial. Nota-se que a sociedade cria não só a técnica como instrumento, mas também enquanto dimensão que estabelece, principalmente, a significação imaginária social da “eficácia” enquanto valor social.

Conforme Pavão (2015, p.261), diante deste contexto, pode-se verificar que a técnica

[...] em sua acepção moderna, trata-se de um instrumento à disposição do sujeito e da sociedade, valorizado como mercadoria e sem relação necessária com um saber explicitado. Podemos constatar, portanto, que a técnica é separada da criação (e de um processo de autonomia), assim como das questões relacionadas à sua criação, tais como o que e para que algo deve ser produzido. A técnica é tornada, em seu contexto moderno, como algo neutro em relação à sociedade e às suas escolhas e decisões.

Esta neutralidade, de acordo com Castoriadis (1997, p.310), decorre do fato de que “considerada em e para ela mesma, a atividade técnica não leva em conta o valor dos fins que lhe são propostos. Valor para ela, quer dizer eficácia; uma técnica nuclear é boa se produz barato”. Assim, a eficácia se apresenta como único valor no que se refere a ela.

Apresenta-se, então, a ideia de que a técnica é uma expressão da racionalidade – da “Razão” –, sendo que “esta racionalidade guia o homem através da ciência e do desenvolvimento de novas necessidades históricas, sendo ela a expressão do progresso real na história” (PAVÃO, 2015, p.262).

De acordo com Pavão (2015, p.262), a consequência do pensamento de que a técnica é neutra acaba ocasionando “sua quase autonomização na sociedade”, ou seja, ela é vista como independente da sociedade – em vez de ser vista como uma expressão de orientação de conjunto da sociedade contemporânea. A técnica não é questionada e colocada em questão no fazer humano.

Por conseguinte, Pavão (2015, p.264), destaca que

[...] a técnica não pode ser separada de sua dimensão econômica e social, pois não há economia sem técnica capitalista e nem técnica capitalista sem economia capitalista, ambas instituídas pela própria sociedade. A técnica não pode ser

aplicada, tornada efetiva, se não for criada e executada por um conjunto de pessoas, por uma força de trabalho, como parte de uma criação que a faz existir como significação imaginária.

Nota-se, portanto, a inseparabilidade do conjunto econômico social e da dimensão técnica, e, a necessidade de questionar tanto a posição da economia no capitalismo quanto o lugar que a técnica ocupa no mesmo. Para tanto deve-se considerar a técnica como uma expressão do mundo/fazer humano, aberta ao questionamento, pois criada pela própria sociedade.

Diante do exposto, destacado o novo sistema de organização e realização do trabalho, bem como a questão da técnica envolvida neste contexto. Parte-se agora para a compreensão do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, no qual os princípios de Taylor e Ford foram difundidos em escala global, provocando um crescimento econômico surpreendente na “Era de Ouro” do capitalismo. Serão apresentadas outras significações imaginárias sociais importantes na criação do imaginário capitalista desse período.

5 O MUNDO CONTEMPORÂNEO: CAPITALISMO E CONSUMO

Após a discussão sobre a Revolução Industrial e suas profundas modificações econômicas e sociais, se observa que as mais importantes criações apresentam continuidade e uma expansão incrível durante o período pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, as aplicações da ciência com o objetivo de aumentar a produção e as possibilidades humanas tanto no campo do conhecimento, quanto no campo imaginário serão agora destacados.

Nunca perdendo de vista que o objetivo do estudo reside na análise da criação do capitalismo e no processo de subjetivação heterônoma do sujeito – sob a perspectiva do consumo – torna-se importante seguir no entendimento dos mesmos.

Este capítulo analisa o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, tanto em termos históricos, frisando o aumento da produção de mercadorias, bens e serviços, quanto às significações imaginárias sociais criadas neste período. Torna-se de extremo valor compreender o crescimento e a expansão sem precedentes do capitalismo mundial.

Destaca-se a criação de significações imaginárias sociais que trazem em seu cerne o imaginário da época: crescimento e expansão do modelo econômico; racionalidade; progresso e desenvolvimento, estas ideias atrelam-se ao pensamento de bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos, muito ligadas à quantidade de mercadorias, bens e serviços, “quanto mais, melhor”, entre outras.

Pode-se inferir que esta época é distinguida pelo apelo incessante da produção e inovação constante. A “novidade”, que aparece durante a Revolução Industrial, neste período, é elevada ao extremo. Novos carros são lançados todo ano, destinos turísticos são divulgados e vendidos, novas roupas são lançadas diariamente, novos aparelhos são inventados ou “melhorados”. Pode-se questionar aqui, o quanto esse imaginário social se torna uma manifestação do desejo humano, ou objeto dele.

Outra característica interessante que se pode começar a vislumbrar neste período é a troca dos materiais, antes resistentes e feitos para durar, utilizados na produção das mercadorias por materiais mais plásticos – gerando uma obsolescência programada no que tange aos produtos. Sendo que não se pode perder de vistas que esta obsolescência embutida já estava presente no que tange as máquinas utilizadas na produção, mas devido à constante inovação do maquinário visando aumentar e tornar a produção mais eficiente.

Este olhar e análise do período contemporâneo permite entender a criação tanto de um novo imaginário social, quanto de um novo indivíduo fabricado pelas “instituições e significações da época”. No que se refere ao consumo, nota-se a criação de novas

necessidades constantemente confeccionadas pelo capitalismo. Assim, nesse domínio onde tudo é efêmero, tudo deve conter uma novidade, questionamos sobre as características sociais e psíquicas envolvidas neste processo, buscando não respostas prontas, mas lançando interrogações.

5.1 O MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial, presenciou uma época em que a revigoração do capitalismo trouxe prosperidade. Esta época de grande crescimento e expansão foi denominada de “era de ouro” por alguns historiadores (HOBBSAWM, 2008, p.253). Depois de 1945, a prioridade dos países – europeus e o Japão – devastados pela guerra era a reconstrução.

Segundo Hobsbawm (2008, p.254), na década de 1950, já era possível observar os benefícios materiais da prosperidade, entretanto, foi somente à partir da década de 1960, que o pleno emprego – arma secreta de sociedades de riqueza popular –, na Europa, tornou-se, de fato, real.

Hobsbawm (2008, p.255) afirma que “hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representam cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas”.

Entretanto, na década de 1950, a taxa de crescimento econômico era buscada mundialmente, nesse sentido, independente de regime econômico – tanto capitalistas quanto comunistas. Cabe frisar que a população aumentou num ritmo alto e, também, a expectativa de vida aumentou em média sete anos – às vezes até em dezessete anos, comparado com 1930. Para Hobsbawm (2008, p.156), “isto significa que a produção em massa de alimentos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas, quanto em toda grande área do mundo não industrial”.

Segundo Hobsbawm (2008, p.156), a produção de alimentos cresceu tanto que

[...] o mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente, e na década de 1980 decidiu plantar substancialmente menos, ou então (como na comunidade europeia) vender suas “montanhas de manteiga” e “lagos de leite” abaixo do custo, com isso solapando os produtores nos países pobres. Ficou mais barato comprar queijo holandês nas Ilhas do Caribe do que na Holanda.

Entretanto, isto não fez com que o crescimento parasse. Em verdade, o mundo industrial crescia cada vez mais e se expandia para regiões socialistas, capitalistas e, inclusive no terceiro mundo. Segundo o autor (HOBBSAWM, 2008, p.256),

a economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 – e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca mundial, enquanto isso, triplicaram suas capturas [...].

Hobsbawm (2008, p.258) aponta que uma das razões do surpreendente crescimento econômico na Era de Ouro foi o baixo preço do barril de petróleo. Isso teve reflexo no aumento do consumo total de energia que disparou. Nesse ponto, o barril de petróleo saudita custava em torno de dois dólares durante 1950 a 1973, já em 1973 o cartel de produtores de petróleo aumentou consideravelmente o preço do barril. Importante destacar que a taxa de poluição subiu juntamente com o consumo de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural, carvão).

O crescimento extraordinário desse período é retratado como “uma globalização da situação econômica dos EUA pré-1945, tomando esse país como modelo de socialidade industrial capitalista” (HOBBSAWM, 2008, p.259). Como exemplo, tem-se depois da Segunda Guerra, a disseminação do automóvel – que fazia parte da sociedade norte-americana há tempos – em países europeus, bem como nas classes médias latino-americanas e nos países socialistas.

Segundo Hobsbawm (2008, p.259), pode-se ver o avanço do capitalismo medindo “o aumento da riqueza na sociedade ocidental pelo número de carros particulares – dos 750 mil da Itália em 1938 para os 15 milhões, no mesmo país, em 1975 –, podia-se reconhecer o desenvolvimento econômico de muitos países do terceiro Mundo pelo aumento do número de caminhões”.

O grande *boom* do capitalismo se deve à transformação dos meios de produção e organização do trabalho. Nesse ponto, cabe ressaltar, este *boom* foi uma expansão de tendências que já podiam ser vistas no período da Revolução Industrial. Hobsbawm (2008, p.259) destaca que

o modelo da produção em massa de Henry Ford espelhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes

restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais que 150 mil norte-americanos viajaram para a América central ou o caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões. Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália.

Hobsbawm (2008, p.259) segue afirmando que esta mudança mostra que,

o que antes era luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Em suma, agora era possível o cidadão médio desses países viver como só os muitos ricos tinham vivido no tempo de seus pais – a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.

O consumo, nesse ponto, é visto enquanto significação imaginária social ligada ao “conforto”, sendo um “padrão/modelo” desejado pelos indivíduos. O crescimento do consumo demonstrado pela apresentação destes números exorbitantes impressiona no que se refere a esta voracidade pelo consumo. Pode-se inferir que esta mudança na vida dos indivíduos, ocasionada pela disseminação de um “padrão de conforto” instalou no imaginário humano o desejo por tais “confortos”, o desejo de consumir.

Igualmente, a revolução tecnológica – fruto da revolução industrial – se mostrou de forma patente neste período de grande expansão. Hobsbawm (2008, p.260) afirma que a necessidade de desenvolvimento de tecnologias em função das guerras, proporcionou o desenvolvimento de várias técnicas, ideias, produtos e materiais que seriam utilizadas posteriormente para uso civil.

Surgiram tanto produtos novos e atualizados (melhores) de uma versão já existente, quanto produtos revolucionariamente novos e inéditos. A marca da Era de Ouro, para Hobsbawm (2008, p.260), é que esta “se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX”.

Nesse sentido, Hobsbawm (2008, p.260), aponta três questões se sobressaem no que tange a revolução tecnológica. Primeiro, a vida cotidiana em países ricos e, em certa medida, em países pobres, foi transformada radicalmente pela inserção de produtos/mercadorias tecnológicas, tais como a geladeira, a máquina de lavar roupas, o rádio portátil, as baterias de longa duração, os materiais sintéticos como o plástico e sandálias de plástico, o náilon, os lasers, os vários subprodutos dos foguetes espaciais e uma infinidade de coisas.

Segundo Hobsbawm (2008, p.260),

a maior parte do conteúdo da geladeira ou freezer (nenhum dos quais a maioria das casas teria tido em 1945) é novo: comida desidratada congelada, hortigranjeiros industrializados, carne recheadas de enzimas e vários produtos químicos para modificar o seu gosto, ou mesmo feita por “simulação de carne de primeira sem osso”, para não falar de produtos frescos importados por avião de países muito distantes, o que teria sido impossível então.

Um fato interessante apresentado pelo autor é que “em comparação com 1950, o uso de materiais naturais ou tradicionais – madeira e metal tratados à maneira antiga, fibras e estofos naturais, e mesmo a cerâmica – em nossas cozinhas, móveis e roupas pessoais baixou de maneira impressionante” (HOBSBAWM, 2008, p. 260-1).

Podemos pensar, dessa forma, na mudança da produção de bens duráveis, para bens mais efêmeros e descartáveis, tendo em vista o rápido escoamento da produção e maior consumo por parte dos consumidores, ou, mais que isso, por uma instalação nos consumidores da necessidade de novidades constantes. Para Tauro (2004, p.9), este quadro “se expressou com a inundação de produtos cada vez mais populares e numa corrida infernal de consumo individualista e desenfreado, inaugurando o que apropriadamente foi chamada a sociedade plástica descartável”.

Segundo Hobsbawm (2008, p.261), a indústria de higiene pessoal é um ótimo exemplo de exagero sistemático, pela sua produção de novidade e diversidade ter sido extremamente alta. E o autor (2008, p.261), a partir disso, afirma que

[...] a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores laptop. A crença era que “novo” equivalia não só a melhor, mas absolutamente revolucionado.

A indissociabilidade entre sociedade e psique se mostra de forma patente neste ponto. As instituições e significações imaginárias sociais criadas no imaginário capitalista penetram seguramente na psique individual, dotando, assim, de sentido e valor, um tipo de consumo estabelecido pelo mesmo. A importância aqui reside no apelo ao consumo de “novidades” e num consumo sempre reiterado. Cabe frisar, estas são apenas algumas significações na complexa teia de significados do consumo.

Nesse sentido, Hobsbawm (2008, p.261) aponta que neste período surgiu uma infinidade de produtos, tais como:

[...] televisão; discos de vinil (1948), seguidos de fitas cassete (1960), e dos compact discs; pequenos rádios portáteis transistorizados, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de fotos e vídeo. Um aspecto não menos significativos dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a portabilidade, que ampliou intensamente seu alcance e mercados potenciais.

Para Hobsbawm (2008, p.261), a segunda questão que se sobressai no que tange à revolução tecnológica é o fato de que “quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la”. O campo de pesquisa e desenvolvimento teve expansão formidável e, também, conseqüentemente, o incentivo à pesquisa e a criação de laboratórios para estes fins. Dessa forma, a inovação tecnológica (no imaginário capitalista) continua sendo – desde a Revolução Industrial – fundamental para o crescimento econômico.

Segundo Hobsbawm (2008, p.261),

[...] o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção. No caso extremo das indústrias de armamentos, onde, reconhecidamente, o dinheiro não era problema, mal novas máquinas entravam em uso e já eram trocadas por equipamentos ainda mais avançados (e, claro, imensamente mais caros), com considerável lucro das empresas envolvidas.

O mesmo ocorria em outros ramos da indústria, tanto específicas quanto as voltadas para o mercado de massa. As indústrias farmacêuticas, indústrias de roupas, indústrias de produtos de higiene pessoal. Tudo girava em torno da produção e inovação gerada pela concorrência entre os empresários capitalistas. A inovação provoca, conseqüentemente, a obsolescência tanto das máquinas utilizadas na produção, quanto das próprias mercadorias.

A terceira questão é que “as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam” (HOBSBAWM, 2008, p.262). A principal preocupação da Era de Ouro era exatamente “a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros,” e “computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas” (HOBSBAWM, 2008, p.262). Nesse sentido, pode-se pensar na prevalência em olhar os seres humanos apenas como consumidores de bens e serviços.

Entretanto, o crescimento da época foi tão grande que durante esta fase isto não foi perceptível. Ao contrário, os empregos aumentavam e a taxa de desemprego reduziu-se a pouco mais de 1%. A pobreza já não significava fome. Os trabalhadores agora tinham oportunidade de adquirir o próprio carro e fazer viagens. As rendas cresciam a cada ano. O Estado agora assegurava a previdência. A quantidade “de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles [população], tornava antigos luxos itens de consumo diário. E isso aumentava a cada ano” (HOBSBAWM, 2008, p.263).

Este “crescimento”, “progresso” e “desenvolvimento” ocorreram devido à reestruturação do capitalismo com base na “racionalidade”³⁰, sendo importante, agora, compreender os fatos envolvidos nesse processo.

5.1.1 Reestruturação e reforma do sistema capitalista

O longo período de expansão econômica e bem-estar, realizado pela economia capitalista, pode ser melhor compreendido através das mudanças no modelo da sociedade industrial. Segundo Hobsbawm (2008, p.264), por trás do *Grande Salto* desse período, “havia mais uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia”.

A primeira iniciativa foi a produção de uma economia mista. O Estado agora planejava e administrava o crescimento, dessa forma, o sucesso econômico decorria de “histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos” (HOBBSAWM, 2008, p.264). Assim, o compromisso do governo era com uma economia planejada, o pleno emprego, a seguridade social e o consumo em massa visto como necessidade da população.

O consumo em massa, agora abrangia os “bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades” (HOBBSAWM, 2008, p.264). Nesse sentido, o autor revela que “na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 16%. O resto ficava disponível para outras despesas”. Ou seja, observa-se que os gastos da casa com comida correspondiam a mais de 33%, baixando em 1980 para 16% – são mais de 80% dos gastos domésticos com bens de consumo agora vistos como necessidades.

A segunda iniciativa foi a multiplicação da “capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada” (HOBBSAWM, 2008, p.264). Segundo o autor,

[...] o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953. Os fabricantes, que compunham uma fatia constante do comércio mundial desde o século XIX, de pouco menos da metade, agora disparavam para mais de 60%. [...]. Em 1957, só os sete grandes do capitalismo (Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Grã-Bretanha) possuíam três quartos de todos os carros de passageiros do globo, e uma proporção quase igualmente alta de seus telefones. Apesar disso, a nova revolução industrial não estava restrita a nenhuma região.

³⁰ Estas significações imaginárias sociais serão aprofundadas no subitem 5.2 e 5.2.1 do presente capítulo.

Para Hobsbawm (2008, p.265), o capitalismo foi reestruturado a partir de uma “espécie de casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social (ou em termos americanos, política do *New Deal* rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico” resultando no avanço da internacionalização da economia.

Segundo Hobsbawm (2008, p.266), na Era de Ouro, o “mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos”. Isto devido ao fato de que os formuladores de decisões pretendiam evitar as catástrofes geradas pela Grande Depressão de 1930 e o período entre-guerras.

Dessa forma, segundo Hobsbawm (2008, p.266), quatro questões eram levadas em consideração para a reformulação do sistema capitalista, entre elas,

a catástrofe do entreguerras, que de modo nenhum se devia deixar retornar, se devera em grande parte ao colapso do sistema comercial e financeiro global e à conseqüente fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial. O sistema global fora um dia estabilizado pela hegemonia, ou pelo menos centralidade, da economia britânica e sua moeda, a libra esterlina. [...]. Terceiro, a Grande Depressão se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito. Daí em diante o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele. Finalmente, por motivos sociais e políticos, não se devia permitir um retorno do desemprego em massa.

Após 1945, houve um alargamento do modelo econômico baseado na “forte orientação e planejamento estatais em assuntos econômicos”, sendo que este modelo não era novidade em vários países. Segundo Hobsbawm (2008, p.267), “mesmo a posse e administração das indústrias pelo Estado eram bastante conhecidas, e haviam se ampliado bastante em países ocidentais”. O que houve neste caso foi a rejeição do modelo do liberalismo de livre mercado.

Os partidos socialistas e movimentos trabalhistas, também aderiram ao capitalismo reformado, pois precisavam de uma economia capitalista forte que criasse riqueza, para que pudessem atingir seus objetivos. A esquerda, assim, buscava melhorar a vida dos operários por meio de reformas sociais. Segundo Hobsbawm (2008, p.267), para a esquerda, “um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações socialdemocratas, lhes parecia bastante adequado”.

O abandono do *laissez-faire* e direcionamento do capitalismo voltado para o planejamento e administração da economia tornou a presença do Estado mais forte. Esta questão tornou-se o modelo a ser seguido pelo “novo” capitalismo e seu futuro residia, portanto, numa economia mista (HOBBSAWM, 2008, p.268).

Neste contexto, Hobsbawm (2008, p.268) afirma a importância do consenso nesse período, no qual

todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (“livre empresa” era o nome preferido) precisava ser salva de si mesma.

Nota-se que, sempre, o interesse econômico no crescimento orienta as ações da sociedade. O próximo subitem continuará tratando das mudanças ocorridas neste período de consolidação do capitalismo. Agora, além das relações econômicas, destacam-se as relações empresariais, trabalhistas e a produção-consumo.

5.1.2 Deslocamento das empresas, trabalhadores e consumo em massa

A Era de Ouro é marcada pelo domínio da economia americana, que detinha 60% de todo capital dos países capitalistas e 60% de toda produção do mundo. Nesse sentido, Hobsbawm (2008, p.270) afirma que esta foi

[...] a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo de guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970.

A preocupação dos planejadores era a ampla e agressiva expansão das exportações americanas como objetivo principal da política americana. A Guerra Fria encorajou os americanos “a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível” (HOBSBAWM, 2008, p.270).

Segundo o autor (2008, p.270), os EUA assim fizeram, pois a “gigantesca generosidade do plano Marshall sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim – como fizeram sistematicamente a França e a Áustria –, e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão”. Este plano foi um projeto maciço para recuperação europeia, em 1947, assumiu mais a forma de verbas do que de empréstimos.

Tendo isto em vista, pode-se observar que a economia mundial foi desenvolvida pelos EUA através de sua agressiva expansão e domínio. Para Hobsbawm (2008, p.271) o EUA “ergueu menos obstáculos aos movimentos internacionais de fatores de produção que qualquer outra desde o período médio-vitoriano”. Os países estabeleceram, dessa forma, uma intensa rede de econômica internacional.

A partir da década de 1950, começa a surgir uma política econômica transnacional. Dessa forma, surge um “sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores” (HOBBSAWM, 2008, p.272). Assim se estabelece uma economia mundial sem fronteiras determináveis.

Hobsbawm (2008, p.272), destaca que, com a transnacionalização, e também, internacionalização, três aspectos se revelam importantes: a criação de empresas transnacionais (multinacionais), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do investimento externo (*offshore*). A prática de *offshore* consiste, basicamente, em

registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permita aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país. [...]. Uma combinação convenientemente complexa e engenhosa de buracos legais nas leis empresariais e trabalhistas dos bondosos mini territórios – por exemplo, Curaçao, Ilhas Virgens e Liechtenstein – podia produzir maravilhas no balanço da empresa.

Assim, o aumento das multinacionais foi enorme. Segundo Hobsbawm (2008, p.273), “as empresas americanas desse tipo aumentaram suas filiais estrangeiras de cerca de 7,5 mil, em 1950 para mais de 23 mil em 1966”. O objetivo, nesse caso, era “internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais, isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território” (HOBBSAWM, 2008, p.273).

Esta tendência de empresas comerciais, logo, iniciou outra tendência – a mudança das empresas para outros países que não os pioneiros na industrialização. Hobsbawm (2008, p.275) afirma que,

uma nova divisão internacional do trabalho, portanto, começou a solapar a antiga. A empresa alemã Volkswagen instalou fábricas na Argentina, Brasil (três), Canadá, Equador, Egito, México, Nigéria, Peru, África do Sul e Iugoslávia – como sempre, sobretudo após 1960. Novas indústrias do Terceiro Mundo abasteciam não apenas os crescentes mercados locais, mas também o mercado mundial. Podiam fazer isso tanto exportando artigos inteiramente produzidos pela indústria local, quanto tornando-se parte de um processo transnacional de manufatura.

Segundo Hobsbawm (2008, p.275) por meio da revolução nos transportes e na comunicação mundial foi possível dividir a produção de uma mercadoria entre vários países. Esta inovação se espalhou rapidamente nos países pobres devido à baixa remuneração da mão-de obra nesses locais, entre eles de mulheres e jovens.

Para Castoriadis (2000, p.13), a liberação, a desregulamentação, globalização e o deslocamento das empresas tinham como objetivo “livrar-se da pressão crescente do salário, das lutas trabalhistas, o que foi facilitado, acessoriamente, pelo fato de que, a partir dos anos 1970/1975, as lutas trabalhistas caíram numa fase de atonia”.

Segundo Castoriadis (2000, p.14), o trabalho passa a ser dividido meticulosamente pelos capitalistas, com o objetivo de minimizar ao máximo os gastos. O avanço tecnológico permite a formatação e automatização do trabalho, para que possa ser realizado de forma eficiente e precisa em qualquer lugar, além do que os trabalhadores (de países subdesenvolvidos) que efetuam a maior parte do trabalho ganham um salário miserável.

Para Hobsbawm (2008, p.276), era natural que as indústrias se mudassem para países pobres onde a mão-de-obra era barata, ainda mais com “a descoberta de que a força de trabalho não branca era pelo menos tão qualificada e educada quanto a branca que iria ser um bônus extra para as indústrias de alta tecnologia”. Aqui se observa, claramente, o pensamento racional voltado unicamente para a maximização dos lucros e a minimização dos custos, não se importando com a exploração dos trabalhadores.

Castoriadis (2000, p.15) aponta um exemplo desta questão da seguinte forma: um engenheiro alemão recebe por seu trabalho, aproximadamente, US\$ 30 a hora. Um engenheiro no Brasil, ou na Polônia, deve receber em torno de US\$ 10 a hora, contudo, um excelente engenheiro na China ou no Vietnã recebe US\$ 1 a hora e fica contente em pensar no quanto recebia antes. As diferenças são gritantes e, nessas condições, é realizada a racionalidade do capitalismo e sua expansão ilimitada no domínio humano.

Outra questão importante nesse período é a política keynesiana de crescimento econômico baseada no consumo em massa. Este acordo tratava-se de um benefício para ambos os lados, patrões e trabalhadores, pois os lucros da Era de Ouro continuavam altos e os trabalhadores ganhavam salários e benefícios extras que lhes davam segurança. Mas, que benefícios? Para quem?

Certo que esta significação imaginária, estava ligada, de um lado aos lucros proporcionados aos patrões, e de outro ao aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores (além de outras coisas). Mas que benefício é este em que o trabalhador é explorado em seu trabalho e seu dinheiro volta para as mãos dos empresários capitalistas que o inundam de mercadorias, num imaginário social no qual “poder de compra” é um “benefício”; no qual o consumo é associado ao “bem-estar”; no qual quanto mais se consome, melhor. Enfim, a significação do consumo é instituída igualmente no imaginário capitalista enquanto desejo e, os indivíduos, fabricados nesta sociedade acreditam e são movidos por esse desejo³¹.

³¹ Poucos conseguem enxergar esta imposição cruel observada no imaginário social capitalista, estes se interrogam a si mesmos (enquanto psique singular) e a sociedade, tendo a possibilidade de um fazer mais autônomo. Pretende-se aprofundar esta questão no subitem 5.3.

Segundo Hobsbawm (2008, p.277), nos vibrantes anos da década de 1960,

[...] as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez para pelas crescentes rendas públicas.

Até o final da década de 1970, todos os países capitalistas, haviam se tornado “Estados do Bem-Estar”, ou seja, “Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais” (HOBSBAWM, 2008, p.278). Os anos a partir de 1973 seriam anos de crise, mas independente disso, a Era de Ouro havia revolucionado rápida e profundamente a vida humana em todos os sentidos.

Diante disso, agora parte-se para a discussão sobre as significações imaginárias sociais que dominaram este período e, conseqüentemente, dominam a contemporaneidade. Os próximos subitens tratarão do imaginário capitalista e algumas de suas significações que orientam e dão sentido à atual sociedade e à vida dos indivíduos.

5.2 AS SIGNIFICAÇÕES DO CAPITALISMO NO MUNDO PÓS-GUERRA: DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO/PROGRESSO

Como se observou, o mundo pós-Segunda Guerra, em seu surgimento, trouxe consigo várias mudanças no que tange a vida social e econômica – grandes mudanças tanto na produção quanto no consumo, bem como na política dos governos. Nesse momento, busca-se evidenciar a criação de algumas significações imaginárias sociais nesse período de expansão do capitalismo. Estas significações se mostraram capitais para o desenvolvimento das sociedades capitalistas contemporâneas – “desenvolvimento”, “crescimento”, “progresso”, “economia” e “racionalidade” – e tornam-se, posteriormente, objetivos centrais da vida humana.

Segundo Castoriadis (1987, p.136), o “desenvolvimento” e o “crescimento” são duas das significações imaginárias sociais do imaginário capitalista e este conjunto tornou-se a ideologia oficial e profissional da sociedade, sendo sua origem encontrada no período de reconstrução do mundo pós-guerra, pois nesta fase a única preocupação dos países era a reconstrução dos mesmos.

De acordo com Castoriadis (1987, p.136), o crescimento econômico, como significação imaginária social gerada nesta fase foi considerado a “solução dos problemas

humanos”. Esta nova ideologia tomou conta do cenário social nos países capitalistas e, posteriormente, a discussão voltou-se para a necessidade de desenvolver os países do Terceiro Mundo, pois estes não apresentavam taxas de crescimento econômico. Sendo assim, foram chamados de “países em via de desenvolvimento” e não mais de atrasados ou subdesenvolvidos.

Segundo Castoriadis (1987, p.136), esta ideologia baseava-se em um único interesse, pois “se preocupava apenas com o crescimento e promovia apenas o crescimento – um crescimento de tipo determinado, com um conteúdo específico, que acarretava determinadas consequências humanas e sociais”. A preocupação era unicamente com “a quantidade de bens e serviços produzidos” (CASTORIADIS, 1987, p.137).

Castoriadis (1987, p.137) aponta que, neste período, surgiu uma forte crítica ao crescimento que fomentou tanto os movimentos estudantis, quanto os movimentos dos anos de 1960. Os movimentos alertavam quanto às consequências do crescimento desenfreado, pois “tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da interação destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização” (CASTORIADIS, 1987, p.136).

A reação dos países “ricos”, nesse sentido, foi a criação de ministérios, comissões e conferências, para resolver os problemas ambientais. Para Castoriadis (1987, p.136), estes organismos burocráticos interessavam-se apenas pelos cálculos de custos e rendimentos, bem como com o impacto das ações de controle da poluição sobre o crescimento do PIB/PNB. Ou seja, não estavam interessados em promover mudanças, mas sim, garantir um *modus operandi*.

Segundo Castoriadis (1987, p.136), o interesse não era pensar profundamente sobre as premissas do crescimento e suas consequências, nem igualar a taxa de crescimento de países ricos e de países subdesenvolvidos – PNB/PIB – e, muito menos, mudar a estrutura do sistema, no que tange à questão do meio ambiente, para proteger o futuro da humanidade.

Como se observou o crescimento baseou-se na produção de quantidades incriveis de bens e serviços, bem como de viagens e formas de lazer, e no consumo em massa. A significação do crescimento econômico provocou uma mudança extraordinária no psiquismo humano, pois sua cartada decisiva foi aliar a significação imaginária do consumo às significações de “qualidade de vida” e “bem-estar”.

Segundo Castoriadis (1987, p.140), já o desenvolvimento, como significação imaginária social – que abarca além do crescimento, outras significações imaginárias, tais

como “progresso”, “expansão” e “racionalidade” – domina e organiza a vida social, as ações e o pensamento ocidental por muitos séculos.

Como se observou, o desenvolvimento – sem precedentes – dos países capitalistas os efetivou como “portadores privilegiados” de tais significações sociais e os colocou como modelo para o resto do mundo. Segundo Castoriadis (1987, p.141), nesse momento, o Ocidente pensava que para desenvolver outros países bastava o investimento externo, maquinário e capacitação da mão de obra local. Entretanto, descobriu-se que o obstáculo ao desenvolvimento residia no fator humano, na falta de uma classe com pensamento empresarial. Sendo assim, segundo Castoriadis (1987, p.142),

[...] começou-se a perceber, obscuramente, que não existiam “obstáculos ao desenvolvimento” particulares e discerníveis e que, para que o Terceiro mundo pudesse “desenvolver-se”, era preciso se modificarem as estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos.

No Ocidente, logo foi percebido que para espalhar seu modelo de “desenvolvimento” para o resto do globo era necessária uma mudança na estrutura e cultura das sociedades. Assim, Castoriadis (1987, p.142) afirma que a saída dos países capitalistas foi alegar que haviam encontrado o melhor modo de vida, dotado de “qualidade de vida” e “bem-estar” para todas as sociedades e não que havia encontrado um modo de aumentar a produção e minimizar os custos – racionalidade.

Importante ressaltar que o desenvolvimento aqui pregado pelos países capitalistas nada tem haver com o desenvolvimento biológico/natural. O desenvolvimento biológico significa orientar-se para uma maturidade biológica, ou seja, para um fim. Este desenvolvimento “é definido pelo fato de atingir esse fim, enquanto norma natural do ser considerado” (CASTORIADIS, 1987, p.142). Entretanto, o desenvolvimento, enquanto significação imaginária social das sociedades ocidentais (capitalistas), não pode ser comparado ao desenvolvimento biológico, pois não se pode dizer que a sociedade possui um estado final singular e próprio a ser atingido.

Esta questão advém do contexto no qual a significação imaginária social do desenvolvimento é criada. Castoriadis (1987, p.144) afirma a necessidade de considerar dois processos deste contexto, primeiro, a ascensão e expansão da burguesia, e segundo, o surgimento de uma nova concepção, a do crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas como objetivo central da vida humana.

Sendo assim, o crescimento, o progresso e o desenvolvimento não possuem um estado final a ser atingido – eles se tornam um fim em si mesmo. Dessa forma, nota-se a infinita

busca pelo “progresso”, “crescimento” e “desenvolvimento” através de uma produção sem fim de objetos, bens e serviços; do aprimoramento e avanço das forças produtivas; do consumo pelo consumo. Não há limites para nada no âmbito racional e técnico. O que importa é o que pode ser feito, produzido e consumido – o mote é a expansão e a inovação.

Nesse ponto, para Castoriadis (1987, p.145), a significação imaginária do desenvolvimento junta-se a outra e ocasiona mudanças em toda a sociedade, pois surgem

[...] novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta. Numa palavra: de agora em diante, o que conta é o que pode ser contado. Por outro lado, filósofos e cientistas, impõem uma nova e específica torsão ao pensamento e ao conhecimento: não há limites para os poderes e as possibilidades da Razão, e a Razão por excelência, ao menos quando se trata da *res extensa*, é a matemática: *Cum Deus calculat, fitmundus* (“À medida que Deus calcula, o mundo se faz”, Leibniz).

Ocorre então, a fusão entre dois pensamentos – Desenvolvimento e Racionalidade – e esta fusão se torna fundamentalmente a base da criação do Mundo Contemporâneo. Segundo Castoriadis (1987, p.145), estas significações imaginárias sociais demonstram toda a ideologia do progresso, “uma vez que não há limites para a progressão de nosso conhecimento, tampouco os há para a progressão de nosso “poder” (e de nossa “riqueza”)”. Cabe ressaltar que isto faz com que não haja referência para o desenvolvimento e o progresso, tornando-o ilimitado, infundável e inatingível.

O problema surge, então, nesse movimento incessante em busca de contagens, números, quantias. Segundo Castoriadis (1987, p.145), “o movimento se dirige para o cada vez mais; mais mercadorias, mais anos de vida, mais casa decimais nos valores numéricos das constantes universais, mais publicações científicas”. Sem um estado definido para o desenvolvimento, o progresso, o crescimento, o domínio racional, o que importa é a habilidade de atingir novos patamares, em um movimento sem fim. Assim, enfim, o autor (1987, p.146) aponta que o desenvolvimento

[...] chegou a significar um crescimento indefinido, e a maturidade, a capacidade de crescer sem fim. Assim concebidos, enquanto ideologias mas também, a um nível mais profundo, enquanto significações imaginárias sociais, elas eram e continuam a ser consubstanciais a um grupo de postulados (teóricos e práticos) dos quais os mais importantes parecem ser: a “onipotência” virtual da técnica; a “ilusão assintótica” relativa ao conhecimento científico; a “racionalidade” dos mecanismos econômicos; (...) o homem e a sociedade estão “naturalmente” predestinados ao progresso, ao crescimento [...].

Diante do exposto, contemplada a criação um novo mundo de significações imaginárias sociais, cabe agora empreender uma discussão sobre outra significação que se tornou central na sociedade capitalista: a Racionalidade.

5.2.1 Racionalidade

Observou-se até aqui a revolução ocasionada pela industrialização. Esta adotou em seu cerne a necessidade constante de “progresso”, por meio da união da ciência à indústria e, conseqüente, inovações tecnológicas, sempre com a finalidade de racionalizar tanto os modos de produção quanto o trabalho. Nesse segmento, intenta-se ressaltar a criação de alguns aspectos do imaginário capitalista decorrentes de uma de suas significações imaginárias sociais centrais, a racionalidade.

Primeiramente deve-se compreender a importância do papel do imaginário na lógica capitalista. Isto porque é impossível tentar compreender a história humana sem o conceito de imaginário. Este imaginário é que faz com que o mundo – o mundo ocidental, entre outros – não seja um caos, mas sim uma pluralidade ordenada. Esse “faz emergir o valor e o não-valor, que traça para essas sociedades a demarcação entre o verdadeiro e o falso, o permitido e o proibido – sem o que elas não poderiam existir nem por um segundo” (CASTORIADIS, 1982, p.195).

E, é justamente, devido a este imaginário, que há a ordenação do mundo e que há possibilidade de surgimento do capitalismo enquanto significação central do mundo contemporâneo. Para Castoriadis (1982, p.59), esta significação aparece de diversas maneiras,

ela é aquilo que, através de todas as conexões causais e além delas, confere uma espécie de unidade a todas as manifestações da sociedade capitalista fazendo com que reconheçamos imediatamente em tal fenômeno um fenômeno desta cultura, que nos faz simultaneamente situar nesta época objetos, livros, instrumentos, frases das quais nada conheceríamos em outra perspectiva, excluindo, também, imediatamente, uma infinidade de outras. Ela aparece como a existência simultânea de um conjunto infinito de possíveis e de um conjunto infinito de impossíveis dados desde o início. Ela aparece ainda no fato de que tudo o que se passa no interior do sistema, não somente se produz a maneira de algo como “o espírito do sistema” mas também contribui para consolidá-lo.

Acentua-se aqui que o mundo contemporâneo possui como uma de suas especificidades – ou como um dos “espíritos do sistema” – a racionalidade, enquanto expansão do domínio racional. Segundo Castoriadis (1982, p.188), isto faz com que a sociedade dependa do domínio imaginário, tanto quanto as outras culturas.

Isto porque, segundo Castoriadis (1982, p.188), a “pseudo-racionalidade moderna é umas das formas históricas do imaginário; ela é arbitrária em seus fins últimos na medida em que estes não dependem de nenhuma razão, e é arbitrária quando se coloca como fim, visando somente uma “racionalização” formal e vazia”.

Outro exemplo para se observar o papel do imaginário na lógica capitalista, no que se refere ao consumo, é o domínio das necessidades, porque, segundo o autor (1982, p.188)

[...] mais do que em qualquer outra sociedade, o caráter arbitrário, não natural, não funcional da definição social das necessidades aparece na sociedade moderna, precisamente devido ao seu desenvolvimento produtivo, a sua riqueza que lhe permite ir muito além da satisfação das necessidades “elementares” (o que aliás, com frequência, como contrapartida não menos significativa, do que a satisfação dessas elementares é sacrificada à das necessidades “gratuitas”). Mais do que nenhuma outra sociedade, também, a sociedade moderna permite ver a fabricação histórica das necessidades que são manufaturadas todos os dias sob nossos olhos.

É precisamente este imaginário que faz com que a ideia das necessidades seja elevada a níveis de consumo sem fim. Sempre há produção de uma nova mercadoria, há sempre o último lançamento de tal celular ou carro, há sempre novas roupas sendo lançadas, entre outros – a produção, no capitalismo, nunca para. Tudo isto é “vendido” como produto da racionalidade do capitalismo.

E ainda, o autor (1982, p.188) prossegue

[...] lembremos somente o lugar gradualmente crescente que assumem nas despesas dos consumidores as compras de objetos correspondendo a necessidades “artificiais”; ou então a renovação sem nenhuma razão “funcional” de objetos que podem ainda servir, simplesmente porque não estão mais na moda ou não possuem tal ou qual “aperfeiçoamento” frequentemente ilusório.

Cabe ressaltar que a reflexão acima demonstra a suspensão do funcional no campo do imaginário. Assim, Castoriadis (1982, p.189) afirma que a “economia do capitalismo moderno só pode existir na medida em que ela responde às necessidades que ela própria confecciona”. O que há de racional nisso? Pode-se pensar, nesse ponto, que o que faz parte deste imaginário capitalista é uma pseudo-racionalidade.

Mais uma vez, podemos ver a preponderância da “racionalidade” capitalista no imaginário, desta vez, no que tange ao lugar do homem na estrutura produtiva e econômica. Nesse caso, Castoriadis (1982, p.189) afirma que a substituição dos operários e homens por traços escolhidos arbitrariamente em função de um sistema de fins igualmente arbitrários, e “trata-lo na prática de acordo com isso, traduz uma prevalência do imaginário”. A indústria, nesse sentido, cria e estabelece a assimilação do homem à outra coisa – ao homem autômato.

Assim, as características mentais e psíquicas, tanto de um engenheiro taylorista como a de um psicólogo industrial, baseiam-se em isolar gestos, medir coeficientes, fragmentar a pessoa em fatores e a recompô-la de acordo com necessidades concernentes ao trabalho/produção. “O fetichismo capitalista do “gesto eficaz”, ou do indivíduo definido por testes, determina a vida real do mundo social” (CASTORIADIS, 1982, p.190).

Observa-se que o caráter pseudo-racional decorre, portanto, de sua racionalidade na qual tudo é subordinado à eficácia, ao crescimento. Castoriadis (1982, p.192) questiona este modo da sociedade capitalista e indaga:

[...] mas eficácia para quem, com vistas a que, para fazer o que? O crescimento econômico se realiza; mas é crescimento de que, para quem, a que custo, para chegar a que? Um *momento* parcial do sistema econômico (...) é erigido em momento soberano da economia; e, representada, por esse momento parcial, a economia, ela própria momento da vida social, é erigida sem instância soberana da sociedade.

Mas por que a economia é considerada o modelo mais extraordinário da racionalidade nas sociedades e elegida soberana? Na verdade, não é difícil compreender a razão desse fato, pois a economia, segundo Castoriadis (1987, p.147),

[...] forneceu a possibilidade aparente de uma matematização, pois ela se refere ao único campo de atividade humana no qual os fenômenos parecem mensuráveis de maneira tão trivial, na qual essa mensurabilidade parece mesmo ser – e é efetivamente, até certo ponto – o aspecto essencial aos olhos dos agentes humanos envolvidos.

A ligação entre economia e racionalidade, ou seja, a união entre um máximo econômico com o ótimo econômico³² possibilitou o surgimento de uma ficção da economia “racional”. Para Castoriadis (1987, p.149), a ficção, nesse caso, se deve ao fato de que a questão da mensurabilidade só é possível instantaneamente, devido à variedade e constante movimento das variáveis. Isso evidencia a impossibilidade de calcular os custos envolvidos na produção e faz com que a ideia de uma economia “racional” se torne uma ilusão.

Segundo Castoriadis (2004, p.91), o capitalismo é o primeiro regime social que produz uma ideologia de que ele mesmo é “racional”. O objetivo dessa racionalidade é o bem-estar, entretanto, este é visto como um máximo econômico. Sendo assim, direta ou indiretamente, a racionalidade é reduzida à “racionalidade” econômica, que “é definida de maneira puramente quantitativa como maximização-minimização – maximização de um “produto” e minimização dos “custos”” (CASTORIADIS, 2004, p.91).

Com os avanços tecnológicos obtidos, a produção material “poderia mesmo absorver um quantum desprezível do tempo humano, não fossem a fabricação contínua de novas necessidades e a obsolescência incorporada na construção da maioria dos produtos fabricados hoje em dia” (CASTORIADIS, 2006, p.15). O que está em mote é a contínua produção, em grandes quantidades e, não a produção sustentável com ocasional redução das horas de trabalho.

Vale evidenciar que a especificidade da racionalidade do capitalismo é, exatamente, esse impulso para dominação da totalidade da sociedade. Castoriadis (2004, p.99) enfatiza: “não é apenas na produção que ela deve se realizar [a dominação], mas também no consumo, e não só na economia, mas na educação, no direito, na vida política, etc.”.

³² Maximização dos lucros e minimização dos custos. Este é o lema da economia.

Observa-se em diversos contextos que a “racionalidade” do capitalismo – o sentido da razão – está essencialmente na quantificação, bem como na fetichização do “crescimento” por ele mesmo. A “racionalidade” é na verdade irracionalidade, pois em sua finalidade, ao priorizar de qualquer forma o aumento dos meios de produção e a redução dos custos, não leva em conta “nem a destruição do meio ambiente, nem o achatamento das vidas humanas, nem a feiura das cidades, nem a vitória universal da irresponsabilidade e do cinismo, nem a substituição da tragédia e da festa popular pelo folhetim televisado” (CASTORIADIS, 2004, p.119).

Castoriadis (2004, p.119) ressalta ainda que a finalidade do capitalismo conta com o desenvolvimento constante da tecnologia e, também, que os objetivos perseguidos são o poderio para os dominantes, a eliminação do papel humano na produção e o consumo de massa.

Castoriadis (2004, p.148) alerta sobre esse caminho já traçado pela humanidade, do domínio pseudorracional, da perda do sentido, da repetição de formas vazias, do conformismo, da apatia, do consumismo. Pontua ainda que isso é fruto do domínio do imaginário capitalista que preza, além de outros fatores, a expansão ilimitada de um pseudo-domínio pseudo-racional, de uma “expansão ilimitada do consumo pelo consumo, vale dizer, por nada, e da tecnocracia autonomizada em sua corrida”.

Diante disso, podem-se inferir duas questões importantes; primeiro, o imaginário capitalista define formas de ser e existir das sociedades – e, conseqüentemente, indivíduos –, sendo a “racionalidade” criada com todas as suas especificidades neste domínio social-histórico; segundo, o consumo, visto aqui como criação do capitalismo, se mostra produto de uma pseudo-racionalidade na medida em que se situa mais no campo imaginário.

5.3 HETERONOMIA

Para Castoriadis, a sociedade possui uma característica marcante: a heteronomia. Nesse sentido, o fenômeno individual e social encontrado nesta sociedade é a alienação. A heteronomia é instituída e encontra suas condições no social-histórico – coletivo anônimo, o humano impessoal –, visto que, Castoriadis (1985, p.39) a define como:

Mas é isso exatamente o que chamaríamos – e o que chamo – *heteronomia* no domínio humano e social-histórico: o estado no qual as leis, os princípios, as normas, os valores, os significados são dados uma vez para todos e onde a sociedade, ou o indivíduo, conforme o caso, não tem qualquer ação sobre os mesmo.

A heteronomia pode ser observada, em primeiro lugar, no inconsciente individual, pois este inconsciente é impregnado pelo discurso do Outro (Cultura). Segundo Castoriadis (1982, p.124), este Outro é em grande parte “o depósito dos desígnios, dos desejos, dos investimentos, das exigências, das expectativas – significações de que o indivíduo foi objeto”, desde sua concepção e por toda sua vida, até a sua morte.

Em segundo lugar, a heteronomia pode ser observada socialmente, pois o que sobrecarrega os indivíduos é “o que se manifesta como massa de condições de privação e opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência” (CASTORIADIS, 1982, p. 131).

Isto porque, segundo Castoriadis (1982, p.131), a alienação/heteronomia social não aparece meramente no “discurso do outro”, mas

[...] o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos “mecanismos econômicos do mercado” ou da “racionalidade do plano”, da lei de alguns apresentada como lei simplesmente. E, conjuntamente, o que representa daí em diante o outro não é mais um discurso: é uma metralhadora, uma ordem de mobilização, uma folha de pagamento e de mercadorias caras, uma decisão de tribunal e uma prisão.

A característica essencial na heteronomia é que o sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real (CASTORIADIS, 1982, p. 124). Dessa forma, a heteronomia, num sentido mais amplo, é o domínio por um imaginário autonomizado que se atirou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo. Nota-se que o imaginário capitalista é que define o sentido da vida, da produção, do consumo, da economia, e de várias outras formas sociais para os indivíduos – sendo este, nesse sentido, heterônomo.

Dentre outras questões, como se observou, o imaginário capitalista coloca como sentido da vida a expansão ilimitada no domínio “racional” e significações tais como “progresso”, “crescimento” e “desenvolvimento” sem fim. Desse modo, o centro da vida humana, segundo Castoriadis (2002a, p.110) é permeado pelas significações de aumento da produção e consumo – entre outras.

Pode-se inferir, nesse ponto, que o indivíduo fabricado pelas “instituições e significações da época contemporânea”, no que se refere ao consumo, é dominado por significações que o impelem ao consumo frequente, pois que o imaginário capitalista é dominado pela criação de novas necessidades constantemente confeccionadas pelo mesmo. Assim, tudo se torna efêmero, tudo deve conter uma novidade. Ainda, até que ponto o desejo por novas necessidades adentra o psiquismo humano? Há indivíduos que esperam

ansiosamente o lançamento de um novo celular, de um novo jogo, de uma nova coleção de determinada marca de roupa.

Pode-se pensar, igualmente, que esta época é distinguida pelo apelo incessante da produção e inovação constante e, que esta significação já se encontra como característica psíquica de (alguns) indivíduos. O valor social, da “novidade”, é elevada ao extremo. Novos carros são lançados todo ano, destinos turísticos são divulgados e vendidos, novas roupas são lançadas diariamente, novos aparelhos são inventados ou “melhorados”, novas versões “atualizadas”, de algo que já existe, ou algo inédito. Pode-se questionar aqui, que esse imaginário social se torna uma manifestação do desejo humano ou que o desejo humano se torna esse imaginário social capitalista.

Segundo Castoriadis (2002a, p.111), com isso, os indivíduos são impelidos à valores proclamados socialmente, tais como: “que o único valor é o dinheiro, o lucro, que o ideal sublime da vida é o enriqueça”, dentre outros valores. Assim, o que se observa é a corrida maluca de indivíduos com a ideia “de que o objetivo central de suas vidas é de que seu consumo aumente em 2% ou 3% ao ano” (CASTORIADIS, *ibid.*).

Para Castoriadis (1982, p.131), nenhum indivíduo consegue escapar ou neutralizar os efeitos causados pela estrutura social em suas vidas. Pode-se observar que o imaginário capitalista, também dissemina (entre outras formas de ser) uma prática de consumo específica, instituída socialmente. Os indivíduos, muitas vezes, são envolvidos por estes artifícios e, na maioria das vezes, nem alcançam este entendimento – pois este consumo é vivido como algo natural.

Portanto, de forma simples, a heteronomia é o fato de pensar e agir como a instituição e o meio social impõem, tanto abertamente quanto de maneira inconsciente. Isto configura um conformismo ao imaginário capitalista que, com a instituição da expansão ilimitada do domínio “racional”, da expansão do consumo pelo consumo, da expansão da tecnocracia autonomizada, cria um mundo com um sentido próprio, ou seja, uma identidade própria.

Entretanto, cabe ressaltar que há possibilidade de certa autonomia no fazer humano. Mediante o caráter alienante das instituições, ao indivíduo é lançada a possibilidade de indagação e reflexão sobre as significações imaginárias sociais e instituições sociais, para que, assim, possa pensar novas maneiras de ser, ou seja, tomar uma decisão lúcida, consciente e autônoma.

Castoriadis (2004, p.348) destaca que a submissão ao discurso social é uma submissão à lei do inconsciente. O autor (1982, p.124) afirma que esta lei é o discurso do outro – a cultura e suas instituições e significações. Já a autonomia, é o caminho oposto, que pressupõe

que o indivíduo se desapropriar deste discurso estranho a ele – discurso do outro –, para enfim, ter/fazer seu próprio discurso.

Castoriadis (1982, p.125) afirma a importância de que o sujeito deva elaborar um discurso que é “dele”. Segundo o autor, este discurso não é a supressão do discurso do outro, mas sim um discurso

[...] que negou o discurso do outro; que o negou, não necessariamente em seu conteúdo, mas enquanto discurso do Outro; em outras palavras que, explicitando ao mesmo tempo a origem e o sentido desse discurso, negou-o ou afirmou-o com conhecimento de causa, relacionando seu sentido com o que se constitui a verdade própria do sujeito – como minha própria verdade.

Cabe frisar que o indivíduo nunca terá um discurso que é só “dele”, pois este é antes encontrado em sociedade. Nesse sentido, a elaboração do pensamento lúcido do sujeito, segundo Castoriadis (1982, p.126) deve ser entendido não como um estado concluído, mas sim, como uma situação ativa na qual o sujeito “seria uma pessoa real, que não para seu movimento de retomada do que havia sido adquirido do discurso do Outro”, que é capaz de continuar se colocando em questão, assim como a sociedade na qual vive. Esta situação ativa só acaba quando se finda a vida do sujeito, pois a subjetividade é um processo.

A autonomia é “a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito” (CASTORIADIS, 1982, p.126). Há necessidade de não parar de analisar o discurso da sociedade e de si mesmo, há de se pensar e refletir sempre sobre os conteúdos e significações instituídas para, dessa forma, ter um agir lúcido e autônomo. Os que param de fazer o movimento de retomada do adquirido acabam se alienando no discurso do Outro – da sociedade –, tomando como dele mesmo o discurso instituído.

Percebe-se a necessidade de questionar o imaginário capitalista e suas formas, suas significações e instituições, bem como questionar as formas de racionalidade, expansão da produção, inovação, a forma de consumo instituída nesta sociedade e, também, pensar não de maneira individual, mas coletiva, novas formas, significações e instituições sociais – pois como se observa o agir humano na contemporaneidade é dirigido pela racionalidade de formas esvaziadas, nas quais o objetivo econômico toma o lugar que deveria ser do humano (da coletividade).

Castoriadis (1982, p.129) destaca a importância em se estabelecer um fazer lúcido/autônomo coletivo, pois a autonomia pressupõe o envolvimento da sociedade enquanto coletividade. Isto se dá porque:

[...] a autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro [pessoa], e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente porém conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não

esta fadada a permanecer inútil ou a violar por sua simples existência o que estabelece como seu princípio.

Observa-se que a autonomia não visa a uma atitude egoísta e, diferentemente do individualismo, pressupõe o respeito ao outro e, principalmente, a auto-instituição coletiva da sociedade. Nesse ponto, observa-se a importância de um pensamento voltado para a coletividade (coletividade que define sua existência de forma autônoma e lúcida) e esta é uma questão admirável, pois se esta significação fosse tornada objetivo central da vida, haveríamos de eliminar uma série de irracionalidades da sociedade.

Diante do exposto, ressalta-se que a ideia de autonomia, “de retorno reflexivo sobre si mesmo” e sobre a sociedade, “de crítica e de autocrítica, de interrogação que não conhece e aceita limites” é de extrema importância para que se possa libertar-se da heteronomia encontrada no imaginário capitalista, tanto no que tange à produção, às relações humanas, e às relações de consumo (CASORIADIS, 2002a, p.116). Nesse sentido, depois de vista esta relação instituída nas sociedades, caminha-se agora para fazer interrogações no que se refere ao consumo.

5.4 INTERROGAÇÕES SOBRE O CONSUMO

O caminho até aqui percorrido permite compreender tanto a criação do capitalismo no domínio social-histórico, quanto de um novo indivíduo fabricado pelas instituições e significações desse período. No que se refere ao consumo, nota-se a criação de novas necessidades constantemente confeccionadas pelo capitalismo. Desse modo, questiona-se sobre duas características sociais e psíquicas envolvidas neste processo, buscando-se não respostas prontas, mas lançando interrogações de forma a ultrapassar qualquer “fechamento”.

Em primeiro lugar, nota-se a característica da desfuncionalização – característica tanto da sociedade quanto da psique – e, em segundo lugar, a característica das necessidades humanas e sociais. O entrelaçamento destas questões será feita na perspectiva do consumo, visto que este é o tema da discussão neste momento. Cabe ressaltar que estas características psíquicas e sociais serão postas enquanto interrogações no tocante ao estabelecimento da sociedade e a fabricação do homem.

Sobre as diversas sociedades, deve-se afirmar que elas não podem, é claro, viver sem uma dimensão funcional, mas também é igualmente real o fato de que “toda sociedade submete esta funcionalidade a outras coisas” (Castoriadis, 2007, p.32). Igualmente, sobre a

psique humana, deve-se afirmar que não há somente funcionalidade, mas também desfuncionalização, isto porque, segundo Castoriadis (2004, p.131),

esta psique é, antes de tudo, imaginação radical, na medida em que é fluxo incessante de representações, desejos, afetos. (...) Há sobretudo representações sem nenhuma funcionalidade. Pode-se pensar que os animais, em qualquer caso os animais superiores, tem uma certa representação de seu mundo, mas essa representação – e aquilo que a compõe – é regulada funcionalmente, contém essencialmente aquilo que é necessário a vida do animal e para a continuação de sua espécie. Porém, no ser humano, a imaginação é desfuncionalizada.

Interessante, notar, como sempre, a intrínseca relação entre psique e sociedade – sua indissociabilidade. Mas a relevância desta questão reside no fato de que há uma diferenciação fundamental entre os homens e os animais. Ambos necessitam de, por exemplo, alimentos para sobreviver, bem como se reproduzir, mas ao homem é possível uma variedade imensa de representações, afetos e desejos que não o prendem à funcionalidade (estritamente).

Questiona-se o seguinte: os indivíduos necessitam de roupas para se proteger ou cobrir o corpo, necessitam de alimentos para sobreviver. Entretanto, a maioria (senão todas) dos modos e escolhas envolvidas nestas necessidades escapam à pura funcionalidade. Como exemplo, observa-se que alguns indivíduos usam roupas conforme a “moda” – não se pode “repetir” a mesma roupa. Usam roupas específicas para festas (sendo que a roupa utilizada em um evento não pode ser usada em outro, no caso das mulheres), roupas para o dia-a-dia, roupas para trabalhar, entre outras.

Quanto aos alimentos, podemos ver perfeitamente a característica da a-funcionalidade/desfuncionalização nas classificações feitas no que tange à alimentação, tais como: a comida caseira, que se come (ou que se deveria comer) todo dia; e a “junk food³³”, sendo esta relacionada ao desejo de comer algo diferente – ela é calórica, gordurosa e não contém todos os nutrientes necessários para uma refeição saudável. Nota-se que os indivíduos podem mesmo sentir fome de um “Mac Lanche Feliz”, ou sede de Coca-Cola. Qual a funcionalidade, nesse caso? Qual a necessidade de comer alimentos que declaradamente não fazem bem a saúde?

As representações, desejos e afetos são algo que ultrapassam o campo funcional das necessidades. O mais interessante, no que tange à a-funcionalidade, é que, os objetos/produtos – tais como roupas, carros, celulares, eletrônicos, gadgets³⁴, entre outros, são trocados pelos indivíduos, antes mesmo do fim de sua vida útil, pela simples razão de haver um novo modelo lançado no mercado.

³³ Junk food (“comida lixo”), também coloquialmente, “porcaria” ou “besteira”, é uma expressão pejorativa para denominar alimentos com alto teor calórico, mas com níveis reduzidos de nutrientes.

³⁴ Dispositivos eletrônicos portáteis.

Segundo Castoriadis (2007, p.33), pode-se pensar que

no imaginário existe certamente uma “funcionalidade”. (...). Mas o que diríamos a esse respeito? O exame de cada sociedade, inclusive a nossa, mostrará que todas elas submetem o conjunto das instituições funcionais a finalidades não “funcionais” (o que viriam a ser, alias, essas últimas?), mas imaginárias e dependentes das significações sociais do conjunto considerado – e notadamente das significações nucleares, as mais importantes.

Castoriadis (2004, p. 135) mostra a impossibilidade de uma sociedade puramente “funcional”, isto porque,

a cultura é o domínio do imaginário no sentido estrito, o domínio poiético, aquilo que numa sociedade vai além do que é puramente instrumental. Evidentemente, não existe nenhuma sociedade sem cultura; nenhuma sociedade é reduzida ao funcional ou ao instrumental, não se conhece sociedade humana que viva como as “sociedades” de abelhas ou formigas.

Depara-se, então, com o imperativo de mudar as finalidades não “funcionais” imaginárias e dependentes das significações sociais do conjunto da sociedade, visando um tipo de consumo mais autônomo e lúcido. Mas o que é “funcional” e quais significações deveriam ser aí colocadas? Mas, e o consumo que diz respeito somente ao prazer? E a destruição do meio ambiente? O que é uma necessidade “real”? Por que querer um consumo apenas funcional? Qual o problema da satisfação apenas por representação? O que é, afinal, um consumo autônomo e lúcido?

Observa-se, nesse sentido, a importância das significações imaginárias sociais na criação de valor social no imaginário, que constitui o cerne de atividades humanas, sendo que este valor faz existir um desejo que se dirige na direção dele (Castoriadis, 2004, p.131). Por exemplo, o “estar na moda” é um corolário subjetivo de um valor social imaginário que incita/impele/estimula/ordena uma série de indivíduos a comprar roupas – mesmo com o guarda-roupa cheio. Há o desejo pela roupa nova, por um modelo específico que todos estão usando³⁵, por roupas da cor que está em alta.

Apresenta-se, então, a segunda característica a ser tratada: a necessidade. Cada sociedade inscreve suas próprias necessidades enquanto atividade e fazer social efetivo. Para Castoriadis (1982, p.180), a necessidade apenas se torna necessidade social em função de uma elaboração social. Nesse sentido, uma tarefa relevante a qual a sociedade se dá é, exatamente, a escolha dos objetos, atos, comportamentos, modos de pensar, onde se encarna o que para ela tem sentido e valor.

Desse modo, ao se compreender as significações imaginárias sociais, apresenta-se a possibilidade de entender a confecção das necessidades humanas históricas e de como a

³⁵ O não se vestir de acordo pode causar rejeição, vergonha, falta de adequação, e outras significações para alguns indivíduos.

sociedade estabelece e dota de valor cultural determinados objetos. Estas significações são as que estabelecem a forma como o indivíduo vê, pensa e age em sociedade.

O que constitui a necessidade humana é, assim, o investimento de um determinado objeto com um valor que ultrapassa o funcional/racional, mas que o dota de sentido cultural – *cria o objeto* no sentido cultural. Diante disso, Castoriadis (1982, p.181) afirma enfaticamente sobre a elaboração das necessidades, bem como o estabelecimento no sentido do valor cultural que,

[...] essa escolha é feita por um sistema de significações imaginárias que valorizam e desvalorizam, estruturam e hierarquizam um conjunto cruzado de objetos e de faltas correspondentes, e no qual pode-se ler, mais facilmente que em qualquer outro, essa coisa tão incerta como incontestável que é a orientação de uma sociedade.

O que se mostra fundamental aqui, é que nenhuma interpretação funcionalista ou racionalista e nem mesmo biologista pode, em si, responder à pergunta: quais são as necessidades de uma sociedade? Castoriadis argumenta, nesse caso, que “não conhecemos sociedade onde a alimentação, o vestuário, o *habitat* obedeçam à considerações puramente “utilitárias” ou “racionalis”” (CASTORIADIS, 1982, p. 180). Isto ocorre porque “existe um abismo entre as necessidades do homem como espécie biológica e as necessidades do homem enquanto ser histórico e este abismo é cavado pelo imaginário do homem”. (CASTORIADIS, 1997, p.180)

O capitalismo, nas sociedades contemporâneas, cria continuamente novas “necessidades” e esgota-se para satisfazê-las, mas não consegue totalmente. Castoriadis (1982, p.164) destaca quanto às necessidades que as populações não conseguem satisfazer:

[...] se disserem que esta necessidade é mantida constantemente insatisfeita pelo progresso técnico, que faz aparecerem novos objetos, ou pela existência de camadas privilegiadas que colocam diante dos olhos dos outros outras maneiras de satisfazê-la – terão então admitido o que queremos dizer: que essa necessidade não traz em si própria a definição de um objeto que poderia preenchê-la, como a necessidade de respirar encontra seu objeto no ar atmosférico, que ele nasce historicamente, que nenhuma necessidade definida é a necessidade da humanidade.

Dessa forma, destaca-se que todas as necessidades são humanas e construídas socialmente. As necessidades são constantes, estão sempre se transformando, não há fim. No nível psíquico singular, podem-se observar indivíduos que vivem com uma necessidade de algo, que nunca cessa. “Eu preciso viajar”, depois da viagem vem uma nova necessidade, “eu preciso trocar meu carro”, e depois outra, “eu preciso comprar roupas novas”, e depois outra, “agora eu preciso viajar para outro local”, e outra, “eu preciso de um celular de última geração” e assim por diante, num ciclo sem fim.

No que tange ao consumo, percebe-se, a conexão entre a impossibilidade de satisfação total das necessidades neste imaginário constituído pelo capitalismo e a característica de desfuncionalização ou a-funcionalidade da psique. A necessidade do consumo pelo consumo, desenfreado, encontra seu lugar numa característica da sociedade, ou seja, de que a necessidade não tem objeto fixo, e também, da psique, pois no ser humano o desejo e as intenções não estão ligadas à funções biológicas. Então, como pensar o consumo diante desta característica?

De um lado temos a característica da desfuncionalização inerente à psique e, conseqüentemente, à sociedade, de outro lado temos a impossibilidade da satisfação total das necessidades individuais e sociais. O que isso revela ou significa? Como pensar num tipo de consumo mediante estas características tão importantes?

Estas interrogações não podem ser respondidas de maneira objetiva, pois há necessidade de reflexão e deliberação coletivas, pois aliadas à práxis, a um fazer coletivo autônomo. O caminho não está traçado de antemão, pois o fazer se faz fazendo. O que se mostra é a necessidade de compreender que sem colocar em questão uma série de significações imaginárias sociais do capitalismo, não há maneira de se tentar ao menos mudar o modo como o consumo está instituído nos dias de hoje.

O consumo é inevitável, pois obviamente, precisamos comer, vestir roupas, o que se pode e se deve fazer é escolher de forma lúcida como ele se dará. Enfim, há necessidade de se interrogar constantemente indivíduo e sociedade, sobre as significações e instituições, de maneira que a coletividade possa “estabelecer” novas formas de relação com o mundo, novas instituições e, principalmente, compreender que isto não é um fim, mas sim um processo. A autonomia individual/coletiva é uma criação constante – auto-instituição – de uma sociedade a partir da reflexão, deliberação e ação da coletividade.

6 EM LUGAR DE CONCLUSÃO

Após este longo percurso no labirinto da criação humana, evidenciou-se várias formas criadas no contexto da criação do capitalismo que nos ajudam a compreender a orientação e o sentido desta sociedade. O que se tornou relevante, desde o início, foram as formas sociais criadas a partir de interesses comuns, sempre a riqueza, o lucro e o dinheiro são colocados em um lugar de destaque na sociedade. Com estas significações surgem outras, estabelecendo uma rede simbólica instituída e movendo os indivíduos para este mesmo caminho.

Depara-se, portanto, com a orientação de um fazer social e com a finalidade da sociedade voltada para a produção e para o consumo. Nesse sentido, a inovação, a técnica, o desenvolvimento e o progresso, são significações que determinam as atitudes e ações no sistema capitalista. Observa-se, igualmente, a penetração destas significações na psique dos indivíduos contemporâneos.

A economia, nesse sentido, é transformada no cerne de uma sociedade onde tudo é calculado e tudo deve girar em torno do crescimento. Esta irracionalidade que é a maximização da produção e a minimização dos gastos gera uma série de problemas. No que se refere ao consumo, pode-se dizer que um deles é “estabelecer” que este é a solução dos “problemas humanos”. Este consumo, na verdade, não passa de uma imposição heterônoma. O que se percebe é um conformismo e a aceitação de uma sociedade, na qual os homens não tomam seu lugar enquanto sujeitos reflexivos e ativos.

A cada dia novos produtos são fabricados, novas roupas, modelos de carros, celulares, relógios, calçados, comidas, entre outros, numa incessante avalanche de novas necessidades. Estas novas necessidades são fabricadas socialmente, são vividas de forma real pelos indivíduos. Alguns “morrem” de trabalhar para ter determinado objeto, outros vendem um rim para comprar um Iphone e, ainda outros, parcelam em mais 24 meses um produto que é muito mais do que seu salário.

Todas estas necessidades são “humanas” e “reais”. A questão é que estas são estabelecidas de forma heterônoma. Quem decide quais são as necessidades da sociedade é, apenas, uma pequena parcela de indivíduos tendo em vista o interesse econômico e sem se importar com a destruição do meio ambiente.

Dessa forma, o cenário se mostra complicado, pois a heteronomia, cada vez mais se fortalece. A maioria dos indivíduos não questiona a organização da sociedade, as instituições e significações, nem mesmo seus próprios comportamentos. O que existe é uma acomodação a um ciclo de desejo relacionado a objetos, viagens, carros, tecnologias, e uma infinidade de

trecos que o capitalismo confecciona e oferece. Dessa forma, este desejo fica saltando de consumo em consumo, de objeto em objeto.

Assim, o projeto de autonomia, de uma reflexão crítica, de questionamento das formas instituídas se encontra apagado e obscurecido. Dessa forma, nota-se que o capitalismo exerce todo seu poder de dominação, pois ele é fabricante de um tipo “específico” de indivíduo, tipo necessário para sua própria reprodução.

Mas como abandonar este caminho até aqui traçado? Como sair desse ciclo sem fim? Castoriadis sinaliza, através da busca pela autonomia, uma escolha de fazer coletivo, deliberante e ativo. Assim, teríamos que pensar e colocar em questão as significações e instituições sociais da sociedade contemporânea.

Há, portanto, o imperativo de se pensar coletivamente e “estabelecer” – nunca de forma totalizadora ou para sempre, pois a autonomia é um projeto constante – quais são as necessidades humanas, como se dará a produção, o que precisamos consumir ou não consumir, bem como pensar nos danos causados no meio ambiente pelas escolhas no fazer humano e social.

Dessa forma, mostra-se a importância da destruição radical das significações que dominam a sociedade, por exemplo, a expansão ilimitada do domínio racional. Isto porque, somente assim, haverá mudanças na organização social e na organização psicossocial do homem no que tange à sua vida, às suas relações com os outros e, principalmente, com o meio ambiente. Cabe frisar que isto, só pode acontecer enquanto fazer, refletir e agir coletivo.

Outra questão que se mostra importante é o fato de repensar e refletir sobre o consumo e sua união às significações imaginárias sociais de “bem-estar” e “qualidade de vida” e assim, colocar em questão o imaginário capitalista. Refletir sobre estas significações traria a possibilidade de, por exemplo, desvincular estas significações da produção e do consumo pelo consumo. A coletividade autônoma poderá “estabelecer” de forma lúcida o que é “bem-estar” e o que é “qualidade de vida”. Lembrando sempre que o fazer autônomo e lúcido pressupõe sempre o questionamento, a retomada constante do que é “estabelecido”.

A reflexão proporcionada pelo presente trabalho deixa uma proposta de se pensar quanto ao estado do indivíduo e da sociedade. Percebe-se, dessa forma, a necessidade de colocar em questão o sentido da sociedade, bem como as significações que orientam e definem as atitudes e comportamentos humanos. O que se observa, de um lado, é o domínio destas significações, ou seja, domínio do imaginário capitalista e, de outro lado, um indivíduo conformado, sem pensamento crítico, reflexivo e ativo.

Sendo assim, o projeto de autonomia deve ser assumido pela coletividade, pois se existem pessoas e grupos que já demonstram interesse por mudanças, eles podem apenas criticar, incitar ao questionamento e esboçar possíveis orientações. Contudo, para que uma mudança social efetiva e autônoma ocorra há necessidade da reflexão, deliberação e ação da sociedade enquanto coletividade auto-intuitiva.

7 REFERÊNCIAS

BATISTA, Erika. **Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/ PR. III Simpósio, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie: O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **Os destinos do totalitarismo & outros escritos**. L & PM, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius; e outros. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto V: Feito a ser feito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **Tendências do capitalismo, consequências políticas e sociais**. In CASTORIADIS E BAUDRILLARD, **Dois filósofos em Brasília**. Brasília: Funarte, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto IV: A ascensão da insignificância**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto VI: Figuras do Pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DATHEIN, Ricardo. **Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX**. Publicações DECON, Porto Alegre, 2003.

DOBB, Maurice, Hebert. **A evolução do capitalismo**. LTC, Rio de Janeiro, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, Vol. 1. Publifolha, São Paulo, 2000.

FIGUEIREDO, Luís, Claudio, Mendonça. **A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. Escuta/EDUC, São Paulo, 2007.

FIGUEIREDO, Luís, Claudio, Mendonça; SANTI, Pedro, Luiz, Ribeiro. **Psicologia: uma nova introdução**. EDUC, São Paulo, 2008.

GABATZ, CELSO. **Cornelius Castoriadis e as significações de uma sociedade fragmentada**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, v. 33, p. 39-52, jan./abr. 2014.

HENDERSON, William, Otto. **A revolução industrial: 1780-1914**. Editorial verbo, Lisboa, 1969.

HOBSBAWM, Eric. John. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Forense-universitária, Rio de Janeiro, 1986.

HOBSBAWM, Eric. John. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

HOBBSAWM, Eric. John. **A era das revoluções: 1789-1848**. Paz e terra, São Paulo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Editorial Ridendo Castigat Mores, 1999, Fonte Digital (www.jahr.org).

PAVÃO, Ronaldo, Maciel. **Os gregos, os anarquistas e a criação da autonomia: observações sobre educação e trabalho a partir do referencial de Cornelius Castoriadis**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. Tese de doutorado. PPGEDU – UFMS. 2015.

PINTO, Geraldo, Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

TAURO, David Victor-Emmanuel. **Cornelius Castoriadis (1922-1997)**. Intermeio, Revista do Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, n. 18, p. 24-37, 2003.

TAURO, David Victor-Emmanuel. **Cornelius Castoriadis (1922-1997): Itinerários no labirinto**. Intermeio, Revista do Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, n. 19, p. 4-18, 2004.

TAURO, David Victor-Emmanuel; SILVA, Vivian Veiga. **Olhando a sociedade contemporânea sob a ótica de Cornelius Castoriadis (1922-1997)**. Composição, Revista, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, n. 1, ano 1, p. 04-22, Dez 2007.

TAYLOR, Frederick. **Princípios de administração científica**. Atlas S.A., São Paulo, 1995.

VIEIRA, Marilene. **Educação e filosofia**. Páginas de filosofia, Revista, v.2, n.1, p. 77-107, jan/jun 2010.

VILAR, Pierre. **A transição do feudalismo ao capitalismo**. In: SANTIAGO, Theo (Org.). A transição do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica. Contexto, São Paulo, 2006.